

Departamento de História

A Guerra-Fria combatida a partir da charneca  
ribatejana: O Caso da RARET 1951-1963.

Vitor Manuel Malta Madail Herdeiro

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em História Moderna e Contemporânea  
Especialidade em Relações Internacionais

Orientadora:

Professora Doutora Ana Mónica Fonseca  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro 2019



## **AGRADECIMENTOS**

Pretendo agradecer a todos aqueles que de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente contribuíram para a realização e conclusão desta investigação.

Agradecer à Professora Ana Mónica Fonseca pela orientação, estímulo, acompanhamento e sábio aconselhamento que, ao longo da realização desta investigação me facultou, que em muito contribuíram para enaltecer a mesma e sem os quais não teria sido possível realiza-la.

Aos meus professores e professoras que ao longo do meu percurso de aprendizagem, tanto na licenciatura, como no mestrado em História Moderna e Contemporânea, no ISCTE - IUL, contribuíram para a minha formação académica numa fase adiantada da minha vida.

À minha família, pais, filho e namorada, quero expressar de forma agradecida o apoio, o estímulo e o carinho, dos quais foi alvo ao longo dos últimos cinco anos.



## RESUMO

A historiografia da Guerra Fria incorporou nas últimas décadas novas áreas de estudo, tais como: diplomacia pública, estudos de propaganda e o uso dos meios de comunicação social colocados ao serviço dos Estados no contexto geral do conflito Leste/Oeste.

Em 19 de dezembro de 1950, o embaixador dos EUA em Portugal foi recebido em audiência pelo Presidente do Conselho de Ministros Oliveira Salazar. A audiência tinha dois objetivos; por um lado, revelar às autoridades portuguesas os esforços realizados pelos EUA no combate à expansão do comunismo na Europa e, ao mesmo tempo, convidá-lo a participar dessa luta, autorizando a construção de um centro de retransmissão Radio Free Europe (RFE) em Portugal. Nenhuma documentação é conhecida sobre as conclusões daquela audiência, exceto um "Aide Memoire" elaborado na época. No entanto, desde a reunião inicial em São Bento, até a constituição da Sociedade Anônima de Rádio Retransmissão - (RARET), em 10 abril de 1951, cinco meses se passaram. A primeira retransmissão da RARET ocorreu em 4 de julho de 1951, dirigida à Checoslováquia.

A RARET tinha como objetivo retransmitir, a partir do Centro de Emissor da Glória do Ribatejo, as emissões da RFE, organização patrocinada pelo National Committee Free Europe (NCFE), fundado nos EUA em 1949, financiada pela CIA e pelos fundos angariados pela Cruzada pela Liberdade (Crusade for Freedom). A adesão das autoridades portuguesas à iniciativa americana colocou Portugal no epicentro de um combate hertziano, que envolveu os dois blocos ideológicos da Guerra Fria ao longo de quarenta e cinco anos.

Pretende-se contribuir para o estudo das relações entre, Portugal-EUA, durante a Guerra Fria, revelando o papel desempenhado pelas autoridades portuguesas no contexto da luta ideológica travada então e que definiu a segunda metade do século. XX. Desta forma, a presente dissertação tem como objetivo investigar, entender e revelar a relação, entre as autoridades portuguesas e o NCFE/RFE, entre 1951 e 1963, ou seja, desde a concessão inicial da licença de radiodifusão, até sua primeira renovação. A escolha do tema justifica-se como mais um elemento para a compreensão daquilo que foram as relações, entre Portugal e os EUA, nos primórdios da Guerra-Fria e o modo como as autoridades portuguesas capitalizaram a luta anticomunista e antissoviética travada pelos EUA, como mais um elemento de afirmação e inserção na esfera de influência da nova potência ocidental.

**PALAVRAS-CHAVE:** EUA; Guerra-Fria; Portugal; Rádio; Salazar; Diplomacia Pública; Propaganda.

## **ABSTRACT**

The Cold War historiography has incorporated new areas of study in recent decades, such as: public diplomacy; propaganda studies; and the use of state-run mass media in the general context of the East / West conflict.

On December 19, 1950, the US Ambassador to Portugal was received in audience by the President of the Council of Ministers Oliveira Salazar. The audience had two goals; on the one hand, to disclose to the Portuguese authorities the efforts made by the US to combat the spread of communism in Europe and, at the same time, to invite him to participate in this struggle by authorizing the construction of a Radio Free Europe relay center in Portugal. No documentation is known about the conclusions of that hearing except an "Aide Memoire" made at the time. However, from the initial meeting in Sao Bento until the formation of the Anonymous Radio Relay Society (RARET) in April 10, 1951, five months have passed. The first relay of the RARET took place on July 4, 1951, addressed to Czechoslovakia.

RARET aimed to relay, from the Gloria do Ribatejo Broadcasting Center, RFE emissions, an organization sponsored by the National Committee for a Free Europe (NCFE), founded in the US in 1949, financed by the CIA and funds raised by the Crusade for Freedom. The adhesion of the Portuguese authorities to the American initiative put Portugal at the epicenter of a hertzian combat, which involved the two ideological blocs of the Cold War, over forty-five years.

It is intended to contribute to the study of relations between, Portugal-USA, during the Cold War, revealing the role played by the Portuguese authorities in the context of the ideological struggle waged then and that defined the second half of the century. XX. Thus, this dissertation aims to investigate, understand and reveal the relationship, between the Portuguese authorities and the NCFE / RFE, from 1951 to 1963, that is, from the initial grant of the broadcasting license, until its first renewal. The choice of the theme is justified as another element for understanding what were the relations between, Portugal and the US, in the early Cold War and the way the Portuguese authorities capitalized on the anti-communist and anti-Soviet struggle waged by the US, as yet another element of affirmation and insertion into the sphere of influence of the new western power.

**KEY-WORDS:** USA; Cold-War; Portugal; Radio; Salazar; Public Diplomacy; Propaganda.

## INDÍCE

AGRADECIMENTOS .....	i
RESUMO .....	iii
ABSTRACT .....	iv
GLOSSÁRIO DE SIGLAS .....	vii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	15
1.1 PROPAGANDA.....	15
1.2 DIPLOMACIA PÚBLICA .....	20
CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	23
2.1 GUERRA-FRIA .....	23
2.2.1 <i>Antecedentes: A Ditadura Militar (1926-1933)</i> .....	27
2.2.2 <i>O Estado Novo (1933-1961)</i> .....	29
2.3. A POLITICA EXTERNA PORTUGUESA E AS RELAÇÕES COM OS EUA .....	33
2.3.1. <i>A política externa portuguesa</i> .....	33
2.3.2. <i>As Relações com os EUA</i> .....	40
CAPÍTULO 3 - OS PRIMÓRDIOS DA RADIODIFUSÃO: QUADRO SÍNTESE .....	47
3.1 RÁDIOS EM PORTUGAL: ESTADO E PRIVADOS.....	49
CAPÍTULO 4 - A DIMENSÃO RADIOFÓNICA DA GUERRA-FRIA: UMA VISÃO GERAL.....	53
CAPÍTULO 5 - A SOCIEDADE ANÓNIMA DE RÁDIO RETRANSMISSÃO S.A.R.L. (RARET) .....	57
5.1 O CONCEITO DE GUERRA TOTAL EM TEMPOS DE PAZ .....	58
5.2. CONVITE E ADESÃO EM 1951 .....	61
5.2. O ÉTER PORTUGUÊS AO SERVIÇO DA AMÉRICA.....	69
5.3 A RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO: A ANGUSTIA AMERICANA 1961/63 ....	78
CONCLUSÃO.....	88
FONTES & BIBLIOGRAFIA:.....	93
ANEXOS.....	101



## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AMCOMLIB - *American Committee for the Liberation of the People of Russia* (Comité Americano para a Libertação do Povo da Rússia)

AOS - *Arquivo Oliveira Salazar*

CIA - *Central Intelligence Agency* (Agência Central de Inteligência)

EN - *Emissora Nacional*

ERP - *European Recovery Program* (Programa de Recuperação Económica)

EUA - *Estados Unidos da América*

FPC - *Fundação Portuguesa Comunicações*

FOIA - *Freedom of Information Act* (Lei de Liberdade de Informação)

NARA - *National Archives and Records Administration* (Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América)

NATO - *North Atlantic Treaty Organization* (Organização do Tratado do Atlântico Norte)

NSC - *National Security Council* (Conselho Nacional de Segurança)

NCFE - *National Committee for a Free Europe* (Comité National para uma Europa Livre)

OAC - *Online Archive of California* (Arquivo Online da Califórnia)

OPC - *Office of Policy Coordination* (Escritório de Coordenação Política)

OSS - *Office of Strategic Services* (Agência de Serviços Estratégicos dos Estados Unidos da América)

RARET - *Radio Retransmissão*

RFE - *Radio Free Europe* (Rádio Europa Livre)

RL - *Radio Liberty* (Rádio Liberdade)

RCP - *Rádio Club Português*

RIAS - *Radio in American Sector* (Rádio no Sector Americano)

USIA - *United States Information Agency*



## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo estudar o envolvimento das autoridades portuguesas, com o National Committee for a Free Europe (NCFE)<sup>1</sup> - organização anticomunista fundada nos EUA em 1949 - cuja criação ficou a dever-se à ação combinada do Departamento de Estado e da Central Intelligence Agency (CIA)<sup>2</sup>. A materialização do acordo firmado entre, as autoridades portuguesas e NCFE, em 1951, tinha como objetivo a instalação em território português de retransmissores da Radio Free Europe (RFE)<sup>3</sup>, destinados à difusão de emissões radiofónicas para os países da Cortina de Ferro. O período cronológico aqui analisado abarca um total de doze anos, tendo o seu início em 1951, data da assinatura do contrato entre, as autoridades portuguesas e o NCFE e estendendo-se até 1963, data da renovação do contrato, após um período de tensão nas relações luso-americanas no início da década de 1960.

A aliança entre as autoridades portuguesas e o NCFE viabilizou a utilização do espaço radioelétrico português, ao mesmo tempo que colocou o conhecimento técnico e a mão-de-obra nacionais, ao serviço dos fins e objetivos definidos pela RFE. A emissora norte-americana retransmitiu a partir de Portugal os conteúdos radiofónicos, produzidos em Nova Iorque e em Munique, durante quarenta e cinco anos, ou seja, até 1996.

É nosso objetivo contribuir para um aprofundamento dos estudos acerca das relações - Portugal / EUA - tomando como objeto de estudo a parceria firmada entre, as autoridades portuguesas e o NCFE, posteriormente designado Free Europe Committee (FEC)<sup>4</sup> e a Radio Free Europe, nos primórdios da Guerra-Fria. A presença do NCFE em Portugal por mais de quatro décadas, a par da ausência de estudos sobre o tema de um ponto de vista português, justifica o nosso interesse e estimulam a nossa curiosidade, sobre uma dimensão pouco explorada do conflito ideológico que marcou a segunda metade do século XX - a utilização das rádios ao serviço dos estados.

A participação de Portugal nesta aliança anticomunista obrigou à constituição de uma empresa, especialmente vocacionada para albergar os objetivos da RFE, funcionando como subsidiária da emissora norte-americana em Portugal.

---

<sup>1</sup> Tradução: Comité Nacional para a Libertação da Europa.

<sup>2</sup> Tradução: Agência Central de Inteligência.

<sup>3</sup> Tradução: Rádio Europa Livre.

<sup>4</sup> Tradução: Comité Europa Livre.

A Sociedade de Anónima de Rádio Retransmissão SARL, popularmente identificada como - ‘a rádio dos americanos’ - e, após 25 de Abril de 1974, como - a ‘rádio da CIA’ - tendo passado à história como a RARET (Rádio Retransmissão). Tinha a sede em Lisboa no Edifício da Garagem Monumental na zona do Areeiro, e centros recetores e retransmissores na Maxoqueira e na Glória do Ribatejo, concelho de Salvaterra de Magos. Para trás ficou uma memória física, pontuada por antenas e edifícios, em conjunto com uma memória vivida por todos aqueles que trabalharam na RARET e que agora convém resgatar, acrescentando mais um capítulo à história das relações, entre Portugal e os Estados Unidos da América, na segunda metade do século XX.

O NCFE tinha como missão combater a influência soviética nos países da Europa de Leste e Central - comumente chamados países da Cortina de Ferro - utilizando para o efeito, alguns naturais desses países, que se encontravam refugiados na Alemanha ocupada pelas forças aliadas no imediato pós II GM. O Departamento de Estado dos EUA e CIA foram os principais promotores da iniciativa, através do Office of Policy Coordination (OPC)<sup>5</sup>, liderado por Frank Wisner.<sup>6</sup> Integravam os quadros do NCFE destacadas personalidades da vida política e empresarial norte-americana, tais como Allan Dulles, Henry Luce, C.D. Jackson, William P. Durkee ou H. Gregory Thomas, entre outras. Paralelamente organizou-se uma campanha pública de angariação de fundos, designada Crusade for Freedom<sup>7</sup>, que tinha em Dwight Eisenhower a sua figura de maior relevo<sup>8</sup>. Das várias iniciativas desenvolvidas pelo NCFE, destacou-se a criação da Radio Free Europe em 1950. Emissora de radiodifusão, cuja programação propagandística e anticomunista, visava os países da Cortina de Ferro, e cuja orientação e organização interna baseava-se no princípio de rádios no exílio a emitir para o interior dos países visados. À semelhança do papel desenvolvido pela BBC durante a II GM.

---

<sup>5</sup> Studies In ntelligence Supplement, *Office of Policy Coordination 1948-1952*, Vol. 17 N° 2-S Summer 1973, pp-1-24. Disponível em <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/1973-06-01.pdf>.

<sup>6</sup> Michael Warner (1998) “The CIA'S Office of Policy Coordination: From NSC 10/2 to NSC 68”, *International Journal of Intelligence and Counter Intelligence*, 11:2, 211-220, DOI: 10.1080/08850609808435373. Disponível em <https://doi.org/10.1080/08850609808435373>

<sup>7</sup> Memorando enviado ao Secretário da Defesa dos EUA pelo Diretor da CIA Allan Dulles em 1 de Outubro/53. Assunto “*Crusade for freedom*”. Disponível [www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP80R01731R001300220014](http://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP80R01731R001300220014).

<sup>8</sup> Eisenhower, Dwight D., “*The Crusade for Freedom: Truth Our Most Formidable Weapon*” *Vital Speeches of the Day*, Vol. XVI, nº 24, October 1950, pp. 746-747. [www.vsotd.com/speech-archive](http://www.vsotd.com/speech-archive) Consultado em 10/07/2019. Uma análise do discurso pode ser consultada: Medhurst, Martin J., Eisenhower and the Crusade for Freedom: The Rhetorical Origins of a Cold War Campaign, *Presidential Studies Quarterly* N° 4, Vol. 27, 1997, pp. 646-661.

Os objetivos da Crusade for Freedom e da Radio Free Europe eram essencialmente os mesmos, “dizer a verdade” para assim “ganhar os corações e as mentes” do público na luta contra o comunismo. Porém, estavam apontados a públicos diferentes - a primeira - visava o público interno, ou seja, os cidadãos norte-americanos, ao passo que - o segundo - pretendia chegar ao público externo, o mesmo, é dizer às populações que se encontravam por detrás da Cortina de Ferro.<sup>9</sup>

Contudo, a “verdade” nunca é só uma. Num mundo bipolar dividido, entre capitalistas e comunistas, ambos desenvolveram as “suas verdades”, por norma enaltecendo-se a si próprios e diabolizando o adversário. A sujeição a campanhas de propaganda influenciou e condicionou mutuamente, a construção de uma imagem fidedigna do outro, em ambos os lados da Cortina de Ferro. Ao fazê-lo, a cultura política da Guerra-Fria, condicionou e moldou os critérios de análise das próprias experiências individuais.<sup>10</sup>

Porém, existiram outros atores e fatos que concorreram para a ação das rádios e que carecem de estudo. A participação portuguesa, solicitada pelos EUA a Oliveira Salazar logo em 1950, e formalizada nos primeiros meses de 1951, insere-se neste contexto. É propósito desta dissertação abordar a relação formalizada, entre as autoridades portuguesas e NCFE/RFE, a qual permitiu a instalação em território português de um dos mais potentes centros emissores de ondas curtas do mundo (Centro Emissor da RARET).

Para tal formulou-se uma questão/hipótese principal como fio condutor da investigação:

**QP:** Qual a razão ou razões que levaram as autoridades portuguesas a aceder ao pedido norte-americano, formulado pelo embaixador Lincoln MacVeagh a Oliveira Salazar, para construir em território nacional retransmissores da Radio Free Europe?

A questão/hipótese principal deu lugar a questões/hipóteses subsidiárias, que pretendemos ver respondidas, de modo a contribuir, mediante as respostas obtidas para um conhecimento completar e mais aprofundado, acerca do envolvimento português com o NCFE/RFE nos alvares da Guerra-Fria.

**QS:** As questões formuladas são as seguintes:

---

<sup>9</sup> CUMMINGS, Richard. “*Crusade for Freedom: Rallying Americans Behind Cold War Broadcasting, 1950-1960*”, McFarland & Co., 2010, pp. 2-3.

<sup>10</sup> FEINBER, Melissa., *Curtain of Lies: The Battle over Truth in Stalinist Eastern Europe*, New York, Oxford University Press, 2017, pp. 14-15.

a) Qual o motivo da escolha do território português para localizar os emissores da RFE?

b) Qual foi o contributo português e o grau de envolvimento das autoridades portuguesas na iniciativa norte-americana?

c) Quais as contrapartidas envolvidas pela adesão portuguesa à iniciativa norte-americana?

d) Como se processou o relacionamento entre, as autoridades portuguesas e o NCFE/RFE, ao longo dos primeiros doze anos (1951-1963)?

e) Porque foi colocado o éter português ao serviço dos objetivos norte-americanos?

f) Quem foram os portugueses que integraram a estrutura diretiva e operativa da RARET?

g) Quais foram os impactos locais na Maxoqueira e na Glória do Ribatejo, por força da presença dos emissores norte-americanos?

A historiografia da Guerra-Fria incorporou nas últimas décadas novas temáticas e objetos de estudos, como sejam o papel das rádios e a sua utilização, enquanto meios de comunicação de massas ao serviço dos Estados. O debate cultural em torno da Guerra-Fria, sua génese e manutenção, abriu novas possibilidades de investigação. Alguns autores dedicaram-se ao estudo das rádios<sup>11</sup> - RFE e RL - enquanto veículos de propaganda e agentes da diplomacia pública dos EUA, dirigida aos países da Cortina de Ferro e à URSS.<sup>12</sup> Ao mesmo tempo que estudam o envolvimento e o contributo dos exilados, desses países na luta anticomunista então em curso. Destacamos a este propósito os trabalhos de autores como, Katalin Kádár Lynn, Arch Puddigton, Richard Cummings ou Scott Thomas, que analisaram o desempenho da RFE, na perspectiva norte-americana da longa duração, enquanto elemento ativo da política externa dos EUA, ou em determinados eventos pontuais, como, a Revolta Húngara de 1956 ou a Primavera de Praga em 1968<sup>13</sup>. A perspectiva sobre o envolvimento da

---

<sup>11</sup> PRADOS, John, *Safe for Democracy: The Secret Wars of the CIA*, Ivan R, Dee, 2006, pp. 48-51.

<sup>12</sup> Radio Liberation mais tarde Radio Liberty. Fundada nos EUA em 1953 por iniciativa do American Committee for the Liberation of the People of Russia (AMCOMLIB). Emitia a partir de Lampertheim na RFA e retransmitia para a URSS a partir da praia de Pals, Girona, Catalunha. Emitia em língua russa. Consultar mais informação: CAL, Rosa, *Radio Liberty: LA CIA EN PLAYA DE PALS*, Vision Libros, Madrid, 2017, pp. 17-21.

<sup>13</sup> CUMMINGS, Richard. H, “*Cold War Radio: The Dangerous History of American Broadcasting in Europe 1950-1989*”, McFfarland & Co.2009; LYNN, Katalin Kádár, ed. *The Inauguration of “Organized Political Warfare”: The Cold War Organizations Sponsored by the National Committee for a Free Europe / Free Europe Committee*. Central European University Press, 2013; LUCAS, Scott. *Freedom’s War: The American Crusade Against the Soviet Union*, Manchester University Press, 1999;

CIA nos anos iniciais das rádios pode ser encontrada nos trabalhos de John Prados ou de Rosa Cal, tendo esta autora investigado a ligação, entre a Espanha franquista e o AMCOMLIB<sup>14</sup>. Do ponto de vista comunicacional e dos critérios de análise subjetivos em função da construção retórica do discurso da Guerra-Fria, destacamos os contributos de Melissa Feinber e Martin J. Medhurst.<sup>15</sup>

Do ponto de vista metodológico, baseamos a nossa investigação em arquivos nacionais e internacionais. Dos fundos nacionais foram consultados: o Arquivo Oliveira Salazar, depositado no Arquivo Nacional - Torre do Tombo (ANTT-AOS); o arquivo histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações (FPC); consulta ao Diário da República Eletrónico (DRE); e o Arquivo da Defesa Nacional - Secretaria Geral da Defesa Nacional (ADN-SGDN). Socorremo-nos ainda de um conjunto de fotografias pertencentes ao espólio de Mario Novais depositado na Fundação Calouste Gulbenkian, bem como de um conjunto de plantas arquitetónicas, existentes no Arquivo da Defesa Nacional, depositadas no fundo do Secretariado Geral da Defesa Nacional (ADN-SGDN). Estes últimos elementos permitem revelar a dimensão física do empreendimento que foi a RARET e são apresentados nos anexos da dissertação.

De entre os arquivos estrangeiros recorremos: à Hoover Institution; ao Wilson Center; ao Online Archive of California; e aos fundos depositados na Central European University. Através dos quais foi possível consultar, identificar e selecionar um conjunto de documentação, que permitiu conhecer: o processo negocial nas suas diversas fases e dimensões - entre norte-americanos e portugueses - ou seja, desde a abordagem inicial; às negociações, entre o NCFE e as autoridades portuguesas; à constituição da filial portuguesa da RFE - a Sociedade Anónima de Rádio Retransmissão S.A.R.L. - RARET; o debate governamental em torno dos usos futuros das instalações, após o fim da concessão e por fim a renovação contratual, num dos períodos mais quentes da Guerra-Fria.

Às fontes de arquivo acrescentamos fontes orais de duas proveniências: (1) entrevistas realizadas a três ex-funcionários da RARET, conduzidas pelo autor desta dissertação, mediante uma grelha de perguntas e respetivos perfis; (2) fontes orais provenientes das entrevistas realizadas por Sig Mickelson em 1981, a um conjunto alargado de antigos quadros

---

PUDDINGTON, Arch, *Broadcasting Freedom - The Cold War Triumph of Radio Free Europe and Radio Liberty*, University Press of Kentucky, 2000.

<sup>14</sup> Tradução: Comité Americano para a Libertação do Bolchevismo.

<sup>15</sup> FEINBER, Melissa., *Curtain of Lies: The Battle over Truth in Stlalinist Eastern Europe*, New York, Oxford University Press, 2017; MEDHURST, Martin J., *Eisenhower and the Crusade for Freedom: The Rhetorical Origins of a Cold War Campaign*, *Presidential Studies Quarterly*, Vol. 27, nº 4, 1997.

do NCFE, RFE, RL e da RARET. Sig Mickelson foi um antigo jornalista, diretor da CBS News e administrador da RFE, entre 1975 e 1978. Mickelson conduziu as entrevistas com a finalidade de recolher testemunhos para o livro “America's Other Voice: The Story of Radio Free Europe and Radio Liberty”. Este lote de entrevistas encontra-se depositado na Universidade Stanford /Hoover Institution, fazendo parte do espólio de Sig Mickelson.

Após uma seleção e análise das fontes, nacionais e estrangeiras, procedemos à sua crítica, interna e externa, para daí extrair as informações relevantes sobre as quais se alicerçou a dissertação. O uso de fontes orais revelou-se valioso na medida em que permitiu, colmatar ausências informativas das fontes documentais, ao mesmo tempo, que forneceu testemunhos na primeira pessoa, impossíveis de encontrar de outra forma. À análise qualitativa associamos ainda dados quantitativos, procurando assim medir a importância da RARET em termos financeiros para o Estado português, mas também em termos de horas de radiodifusão no universo da RFE.

Os pressupostos iniciais deste trabalho visavam uma análise baseada na cronologia total da permanência em Portugal da RFE, ou seja, entre 1951 a 1996. Analisando os vários momentos considerados importantes a partir dos quais, seria possível conhecer as ruturas ou continuidades, tendo em conta os diferentes tempos políticos, tanto no panorama internacional, mas sobretudo no panorama nacional. Assim pretendíamos conhecer as conversações preliminares e a fase negocial e de atribuição da licença de concessão, passando por todas as renovações contratuais (1961/63; 1973/77 e 1991). Tentar-se-ia estudar as relações entre Portugal-EUA, ao longo de três conjunturas políticas portuguesas - Estado Novo; Período Revolucionário e a Democracia - em três níveis de análise: o internacional; nacional e local.

O nível internacional visando a política externa portuguesa e as relações com os EUA, no contexto da transição da influência inglesa para a norte-americana; o nível nacional, focado na análise e compreensão das motivações das autoridades portuguesas em associarem-se ao NCFE, inaugurada com o Estado Novo, mantida durante o PREC e reiterada após a normalização constitucional e democrática de 1976. Por fim, o nível local, onde a preocupação seria conhecer e identificar as alterações, provocadas ou induzidas, no quotidiano das gentes da Glória do Ribatejo, através da presença de um empreendimento da magnitude da RARET. Porém, a dimensão que um trabalho dessa natureza acarretaria, não poderia ser contida no âmbito de uma dissertação de mestrado, razão pela qual, a opção recaiu na primeira década de relacionamento entre Portugal e o NCFE/RFE, ou seja, de 1951 a 1963.

Esperamos com este trabalho contribuir para acrescentar um novo capítulo no estudo das relações, entre Portugal e os EUA, nos primórdios da Guerra-Fria e da utilização dos

meios de comunicação de massas, neste caso da radiodifusão, ao nível do combate ideológico e cultural subsequente. Ao mesmo tempo, procuramos revelar as razões da adesão das autoridades portuguesas ao convite dos EUA, perceber qual foi contributo português nesta iniciativa, bem como o seu grau de envolvimento e empenho. Por fim, aferir do peso e da importância das facilidades concedidas aos EUA, pelas autoridades portuguesas, no contexto da Guerra-Fria, na perspectiva da “guerra hertziana”, desenvolvida ao longo de quarenta e cinco anos a partir do território português.

O trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos, para além da introdução e da conclusão. Na introdução abordamos a problemática, apresentando a questão principal e as questões derivadas que pretendemos ver respondidas. Esboçamos a metodologia seguida ao nível das fontes (heurística e hermenêutica), o tipo de fontes consultadas, bem como os arquivos e fundos onde recolhemos a documentação. Elaboramos um estado da arte onde procuramos abordar sumariamente, os vários estudos realizados no âmbito da problemática do uso das rádios como veículos de propaganda no contexto da Guerra-Fria.

No primeiro capítulo procuramos apresentar o enquadramento teórico e conceptual tendo como foco: a propaganda, e a diplomacia pública. Consideramos para o efeito os trabalhos de Jacques Ellul e Nicholas J. Cull.

No segundo capítulo abordamos a contextualização histórica, sendo importante referir as origens da Guerra-Fria - os atores, as características, as divergências ideológicas e os impactos nas Relações Internacionais. Tema vasto e objeto de estudo, tanto no domínio da historiografia, da ciência política e das relações internacionais, dando lugar a reflexões teóricas e interpretações diversas e a vasta bibliografia. Incluído neste capítulo está também a caracterização do Estado Novo e seus agentes, bem como da política externa portuguesa ao longo do século XX e as relações de Portugal com os Estados Unidos da América.

No terceiro capítulo abordamos o papel da radiodifusão enquanto veículo de comunicação de massas, ao serviço dos interesses dos estados, quer se tratem de rádios públicas ou privadas. Neste domínio aproveitamos os contributos de Alberto Pena Rodriguez e Nelson Ribeiro, sobre a utilização da rádio em tempo de guerra. O apoio prestado por Portugal à Junta de Burgos, durante a Guerra Civil de Espanha e o papel da BBC, junto da população portuguesa, durante a Segunda Guerra Mundial, foram estudados pelos autores referidos e constituíram-se como fontes de aprendizagem para o presente trabalho.

O quarto capítulo pretende apresentar de forma sucinta a dimensão radiofónica nos primórdios da Guerra-Fria, desde formulação geral apresentada por George Kennan no memorando “*political warfare*” em 1948, visando o combate à percepção da ameaça comunista,

passando pelo nível decisório dos vários responsáveis políticos do governo dos EUA e agências governamentais encarregues de as pôr em prática, até ao reconhecimento posterior do papel da RFE expresso por Vaclav Havel.

O quinto capítulo reflete o tema da dissertação em si mesma. Procuramos apresentar cronologicamente os vários momentos das negociações: desde a abordagem inicial do embaixador dos EUA; passando pelas negociações e constituição da RARET; construção, melhoramentos e expansão do Centro Emissor da Glória do Ribatejo; até à renovação da licença de concessão. Ao fazê-lo apresentamos os responsáveis nacionais e estrangeiros, envolvidos nas negociações, ao mesmo tempo, que procuramos revelar o nível de envolvimento português na iniciativa dos EUA, assim como os momentos de tensão entre as partes, tidos como reflexos do agudizar de tensões, entre os dois estados (Portugal-EUA) no contexto mais vasto da política internacional e das visões antagónicas (Salazar-Kennedy) face à política colonial portuguesa.

Os trabalhos existentes sejam de autores, estrangeiros ou nacionais, não refletem a dimensão da colaboração portuguesa no âmbito do NCFE/RFE, nem evidenciam a importância da mesma na alavancagem ao combate ideológico protagonizado pelos EUA e característico do período inicial da Guerra-Fria. As menções à participação portuguesa surgem de forma lateral e pouco esclarecedora, tendo em conta a sua duração cronológica. Outras dimensões têm sido alvo da preferência dos historiadores, seja no plano militar, económico ou político. A presente dissertação visa colmatar esta lacuna, contribuindo de forma a adicionar aos trabalhos já realizados, novas perspectivas de modo a aprofundar o conhecimento sobre as relações entre, Portugal e os EUA, nos primórdios da Guerra-Fria.

Selecionamos um conjunto de obras cuja relevância dos autores e amplitude das perspectivas, interpretações e fontes consultadas, permitem delinear uma visão abrangente sobre a Guerra-Fria, relacionando as visões tradicionais, com novas perspectivas sobre a diplomacia pública, a retórica e os usos da propaganda, enquanto armas utilizadas pela política externa dos EUA.

Destacamos o trabalho de Lewis Gaddis, o qual fornece uma visão completa sobre todo o período<sup>16</sup>, em associação com o trabalho de Melvin Leffler e David Painter<sup>17</sup>, focando-se nas origens do conflito que dominou a segunda metade do séc. XX, através de uma análise que, tem por base os contextos geopolítico, ideológico, económico e social dos dois conflitos

---

<sup>16</sup> GADDIS, John Lewis, *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, 2005.

<sup>17</sup> LEFFLER. P. Melvyn, PAINTER. S. David, *Origins of the Cold War - An International History*, Routledg, New York, 1994.

mundiais e do modo como a criação de novos mercados, interação cultural e ideológica, formataram as anos pós-II GM ao nível diplomático e do discurso político, não apenas dos EUA e da URSS, mas de outras latitudes, como a Europa e a Ásia<sup>18</sup>. Uma visão internacional da Guerra-Fria da autoria de David Painter, providência uma análise compacta, mediante uma abordagem analítica, desde as origens até ao fim do conflito, propondo uma visão global, onde ganha destaque o Terceiro Mundo e regiões como, a Ásia e a América Central, centrado numa forte abordagem económica, realçando a distribuição global de poder, a corrida ao armamento e a conjuntura económica mundial<sup>19</sup>. A obra de Thomas G. Peterson e Robert J. McMahon coloca em evidência as visões revisionistas contemporâneas sobre a Guerra-Fria, reafirmando os exageros da ameaça ideológica e militar dos soviéticos, percecionada pelos americanos como elemento catalisador da corrida armamentista<sup>20</sup>. A obra de Kenneth Osgood, cujo, tema e a cronologia dialogam de forma estreita com os objetivos desta dissertação, percorre a presidência Eisenhower e a criação da USIA - United States Information Agency - analisando os usos da propaganda, a nível interno e externo, revelando o forte impacto da propaganda nas determinações de política externa dos EUA e de modo mais geral ao nível das relações internacionais<sup>21</sup>. Na obra de Parry-Gilles Shawn, são analisadas as presidências Truman e Eisenhower, ao nível do discurso presidencial e o modo como a propaganda adquiriu valor institucional e instrumental nos primórdios da Guerra-Fria<sup>22</sup>.

O papel da RFE como instrumento da política externa dos EUA, ao longo da Guerra-Fria, é apresentado num conjunto de obras selecionadas, com destaque para os trabalhos de Arch Puddington, onde é abordado o papel fundacional da CIA, bem como o envolvimento da RFE na Revolução Húngara de 1956 e a contenção à disseminação monopolística da informação por parte dos soviéticos<sup>23</sup>. O trabalho de Linda Riso aborda de forma genérica a importância da utilização dos meios de comunicação no combate ideológico Leste/Oeste e a importância de fontes informativas, alternativas às veiculadas pelos órgãos de informação

---

<sup>18</sup> LEFFLER, Melvin P., WESTAD, Odd Arne (ed.), *The Cambridge History of the Cold War*, vol. 1 Origins, Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

<sup>19</sup> PAINTER, David S., *The Cold War: an international history*, London, Routledge, 1999.

<sup>20</sup> PETERSON, Thomas G. & McMAHON, Robert J., *The Origins of the Cold War*, Houghton Mifflin, Boston, 1999.

<sup>21</sup> OSGOOD, Kenneth Alan, *Total Cold War: Eisenhower's Secret Propaganda Battle at Home and Abroad*, University Press of Kansas, 2006.

<sup>22</sup> PARRY-GILES, Shawn J., *The Rhetorical Presidency, Propaganda, and the Cold War, 1945-1955*, Praeger Publishers, Westport Connecticut, 2002.

<sup>23</sup> PUDDINGTON, Arch, *Broadcasting Freedom - The Cold War Triumph of Radio Free Europe and Radio Liberty*, University Press of Kentucky, 2000.

oficiais dos países da Cortina de Ferro<sup>24</sup>. O contributo de Scott Lucas analisa de forma exaustiva as políticas americanas, visando a libertação da Europa Oriental do domínio soviético, desde o final da II Guerra Mundial até 1956, de igual modo na Ásia, África ou América Latina, onde os americanos criaram uma rede de grupos e organizações numa cruzada global contra o comunismo<sup>25</sup>. A compreensão dos primórdios da radiodifusão americana na Alemanha a partir de 1945, com a criação da Radio In American Sector (RIAS), no sector americano de Berlim, é apresentada por Nicholas Schlosser, podendo encontra-se nesta iniciativa dos militares americanos a génese do que viria a ser a RFE à escala europeia<sup>26</sup>.

A compreensão dos usos da rádio e da propaganda, em momentos de conflito armado, é fornecida através de um conjunto de obras e autores nacionais e estrangeiros. É possível entender a importância da radiodifusão durante a Guerra Civil em Espanha (1936/39) e a cooperação portuguesa no apoio à Junta de Burgos, através do trabalho realizado por Alberto Pena Rodriguez.<sup>27</sup> Por outro lado, os trabalhos de Cida Colin e João Baptista Abreu dão a conhecer o papel da BBC, no contexto da II GM, através de uma perspectiva brasileira<sup>28</sup>. O contributo de Nelson Ribeiro oferece uma visão profunda, centrado nas emissões da Secção Portuguesa da BBC, durante a II GM, enquadrado no complexo quadro das relações luso-britânicas<sup>29</sup>.

O enquadramento teórico tem por base os trabalhos de Jacques Ellul sobre a propaganda, que segundo o autor se constituem como um conjunto de técnicas, visando influenciar os comportamento e atitudes do homem, manipulando-o. Revestindo-se essas técnicas de carácter científico tendo em conta o desenvolvimento das ciências humanas, sendo ampliadas pelos meios de comunicação de massas presente nos regimes totalitários, mas também nos democráticos<sup>30</sup>. No domínio da diplomacia pública socorremo-nos do trabalho de Hart Justin, onde são analisados os programas de diplomacia pública do governo dos EUA e

---

<sup>24</sup> RISO, Linda, Radio Wars: Broadcasting in the Cold War, in *Cold War History*, Vol. 13, Nº 2, 2013, pp. 145-152.

<sup>25</sup> LUCAS, Scott. *Freedom's War: The American Crusade Against the Soviet Union*, Manchester University Press, 1999.

<sup>26</sup> SCHLOSSER, Nicholas J., *Creating an 'Atmosphere of Objectivity': Radio in the American Sector, Objectivity and the United States Propaganda Campaign against the German Democratic Republic, 1945-1961*, German History, Vol. 29, Nº 4, December 2011, pp. 610-627. Disponível em <https://doi.org/10.1093/gerhis/ghr067>.

<sup>27</sup> PENA RODRÍGUEZ, Alberto, *O Que Parece É - Salazar, Franco e a propaganda contra a Espanha democrática*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009.

<sup>28</sup> GOLIN, Cida e ABREU, João Baptista de (Org), "A Batalha Sonora: o Rádio e a Segunda Guerra Mundial", Porto Alegre, Edipucrs, 2006.

<sup>29</sup> RIBEIRO, Nelson Costa, *Salazar e a BBC na Segunda Guerra Mundial: Informação e Propaganda*, Lisboa, Almedina, 2014.

<sup>30</sup> ELLUL, Jacques, *Propaganda - uma análise estrutural*, Lisboa, Antígona, 2014.

da sua influência ao nível da política externa no período 1936 a 1953. Segundo este autor a diplomacia pública no contexto da política externa dos EUA, faz parte de um projeto mais vasto de configuração imperial pós-colonial, designando-se no imaginário coletivo como “o século americano”<sup>31</sup>. De igual, procuramos nos trabalhos de Nicholas J. Cull a justificação para a institucionalização ao nível do governo dos EUA do conceito de diplomacia pública, baseado no contributo inaugural de Edmund Gullion, em meados da década de sessenta e o consequente abandono do conceito de propaganda<sup>32</sup>. Por último, focamo-nos no conceito de *soft power*, criado e desenvolvido por Joseph S. Nye, dada a importância que tem para entendermos a política externa norte-americana e a sua aplicação no campo das relações internacionais<sup>33</sup>.

O relacionamento de Portugal com os EUA no pós-guerra II GM é apresentado mediante a escolha de vários autores portugueses, divididos em dois blocos. Os trabalhos de Luís Nuno Rodrigues,<sup>34</sup> António Tello,<sup>35</sup> Fernanda Rollo,<sup>36</sup> Daniel Marcos,<sup>37</sup> Vasco Ribeiro<sup>38</sup> e Gonçalo Mineiro,<sup>39</sup> permitem conhecer as alterações verificadas ao nível da política externa portuguesa, mediante a adesão portuguesa aos organismos criados pelos norte-americanos, como sejam, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO-OTAN), o Plano de Recuperação Europeia (Plano Marshall), os acordos militares bilaterais que permitiram a presença americana nos Açores, a adesão ao Programa de Bolsa Fullbright ou a campanha de relações públicas, promotora da imagem de Portugal nos EUA, realizada ao longo da década de cinquenta. A contextualização do Estado Novo e dos reajustamentos políticos ocorridos, tendo em conta as alterações ao nível do sistema internacional, são apresentadas através dos

---

<sup>31</sup> JUSTIN Hart, *Empire of Ideas: The Origins of Public Diplomacy and the Transformation of US Foreign Policy*. New York: Oxford University Press, 2013.

<sup>32</sup> CULL, Nicholas J., Public Diplomacy before Gullion: The evolution of a Phrase, in SNOW, Nancy & TAYLOR, Philip M., *Routledge Handbook of Public Diplomacy*, New York, 2008.

<sup>33</sup> NYE Jr, Joseph S., *Soft Power - The Means To Success in World Politics*, Ingram Publisher Service US, 2005.

<sup>34</sup> RODRIGUES, Luís Nuno (Coord.), *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, FLAD/IPRI, 2006.

<sup>35</sup> TELLO, António, *Portugal e a NATO - O reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

<sup>36</sup> ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda norte-americana (1947-1952)*, Editorial Estampa, 1994.

<sup>37</sup> MARCOS, Daniel, *Uma Aliança Circunstancial: Portugal e os Estados Unidos nos Anos 50*, Lisboa, ISCTE-IUL, 2011. Tese de Doutoramento.

<sup>38</sup> RIBEIRO, Vasco, *A empresa de relações públicas norte-americana contratada por Salazar (1951-1962) - A estreia da ditadura no modelo assimétrico bidirecional no período pós-António Ferro*. UPFL, Porto, 2018.

<sup>39</sup> MINEIRO, Gonçalo., *O Sonho Americano: A Troca de Bolseiros e Estagiários entre Portugal e os Estados Unidos da América, 1945-1952*, Tese de Mestrado, ISCTE-IUL, 2014. Tese de Mestrado.

trabalhos de Cesar de Oliveira<sup>40</sup>, Fernando Rosas<sup>41</sup>, Brandão de Brito e Luís Nuno Rodrigues<sup>42</sup>, ficando o leitor com uma panorâmica geral das linhas de força que conduziram a política portuguesa ao longo do século XX, a este propósito incluímos o contributo fornecido pelo Severiano Teixeira<sup>43</sup>.

Procuramos cruzar a documentação dos arquivos nacionais, com a dos arquivos estrangeiros, retirando daí os elementos necessários para entender, não só o convite feito a Portugal, com também a sua aceitação. Especialmente neste ponto uma vez que é conhecido o pensamento de Oliveira Salazar relativamente aos norte-americanos, o qual convém esclarecer de forma sucinta. Finda a II GM e derrotados os totalitarismos - alemão e japonês - a nova ameaça na Europa seria protagonizada pela URSS. No ponto de vista de Salazar a reconstrução europeia dependeria da dinamização dos espaços coloniais, em prole da Europa, permitindo a sua reconstrução, restituindo-lhe o papel de ator central no sistema internacional. Porém, as nações europeias careciam dos recursos para tal tarefa e os povos colonizados almejavam pela independência, conforme previa a Carta das Nações Unidas. Desconfiado das ambições dos EUA sob o hemisfério ocidental e temendo a ameaça soviética sobre o continente europeu, Salazar confiava na Inglaterra como garante da independência nacional. A vitória das democracias colocava desafios à continuidade do regime político português, razão mais do que suficiente para que algo mudasse, em função da manutenção do regime. Explica-se assim o cuidado que teve nos diversos processos negociais, liderados pelos EUA, pese embora estive consciente do papel de crescente de hegemonia atribuída aos EUA no pós II GM.

As facilidades concedidas a partir de 1943, primeiro a ingleses e mais tarde a norte-americanos, para o estabelecimento de bases militares nos Açores, garantiram a sobrevivência do regime do Estado Novo, permitindo uma coexistência, sem problemas com as democracias ocidentais na nova ordem internacional pós II GM. Porém, Salazar mantinha reservas face ao que classificava como a nova “época doentia”<sup>44</sup> e à “instabilidade das ideias e dos

---

<sup>40</sup>OLIVEIRA, Cesar. *Oliveira Salazar e a política externa portuguesa: 1932/1968*, in Fernando Rosas, Jorge Ramos do Ó., & César de Oliveira (Eds.) *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa, Publicações D. Quixote. 1989.

<sup>41</sup>ROSAS, Fernando e BRITO, José M. Brandão (org's.), *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.

<sup>42</sup>RODRIGUES, Luís Nuno, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002.

<sup>43</sup>TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Breve ensaio sobre a política externa portuguesa*, in *Revista Relações Internacionais* nº 28, Dezembro 2010, pp. 51-60.

<sup>44</sup>MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal, vol. 7, Estado Novo (1926 – 1974)*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, pp. 401.

sentimentos”<sup>45</sup>, que a caracterizavam. Assim as questões de fundo que oponham o dirigente do EN, à nova potência ocidental, os EUA, tinham que ver com a posição anticolonialista assumida na Carta do Atlântico e na Carta das Nações Unidas e com a defesa da democracia como regime político. Ambas chocavam diretamente com os pressupostos políticos defendidos por Oliveira Salazar, causando desconforto no relacionamento com os EUA. Contudo a ameaça soviética e a expansão do comunista na Europa pós 1945, constituíram-se como pontos de convergência dos interesses portugueses e norte-americanos nos primórdios da Guerra-Fria.

A ausência de trabalhos académicos sobre esta colaboração luso-americana, ou seja, a construção em território português de instalações de radiodifusão diretamente apontadas aos países da Cortina de Ferro e a utilização do espaço radioelectrico nacional na “guerra hertziana” travada nos céus europeus, permite-nos fornecer mais uma peça do puzzle do grande quadro que, foi a relação de Portugal com os EUA, na segunda metade do século XX e o modo como o Estado Novo utilizou todos os mecanismos ao seu dispor em prol da sua sobrevivência, num tempo em que os fundamentos da política internacional ameaçavam as bases nas quais assentava.

---

<sup>45</sup> SALAZAR, António, *Discursos e Notas Políticas 1928 a 1966*, Coimbra, Coimbra Editores, 2015, pp. 4001.



## CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O presente capítulo pretende apresentar de forma sucinta, porém esclarecedora, os principais conceitos teóricos - propaganda e diplomacia pública - sobre os quais assentou a atuação dos EUA a nível comunicacional e informativo nos primórdios da Guerra-Fria. Para tal socorremo-nos dos trabalhos de Jacques Ellul, um eminente filósofo e sociólogo francês, já falecido, que dedicou bastante atenção ao estudo da propaganda e da mídia enquanto mecanismos de manipulação de massas, suportados pelo desenvolvimento tecnológico e promovidos pelo mercado ou pelo Estado. Por outro lado, procuramos nos trabalhos de Nicholas J. Cull e Justin Hart os elementos explicativos que permitissem compreender a afirmação da diplomacia pública no seio da política externa dos EUA. Enquanto mecanismo responsável pela irradiação do modelo político-económico e sistema de valores norte-americano no sistema internacional pós II GM.

A necessidade de contextualizar historicamente ambos os conceitos fez com recorrêssemos a outros autores e dos quais destacamos, por um lado o Reverendo Peter Guilday e Harold Lasswell e por outro lado, Kenneth Osgood e Joseph S. Nye Jr. Uma última palavra para as fontes primárias citadas no texto provenientes dos National Archives dos EUA, elaboradas pelo NSC ao abrigo das campanhas de propaganda instauradas nos primórdios da Guerra-Fria. As quais facultam um visão para o interior do processo de “*decision-making*” ao nível dos órgãos e entidades responsáveis nos EUA.

### 1.1 PROPAGANDA

A necessidade de convencer os outros tem acompanhado desde sempre a humanidade. A prática de ações de propaganda tem eco na história, seja por parte de líderes políticos, militares ou religiosos, na tentativa de influenciar e mobilizar os seus apoiantes e neutralizar os seus opositores.

Nos séculos XVI e XVII a conflitualidade religiosa entre, católicos e protestantes, dividiu profundamente o continente europeu. No rescaldo desse conflito e de acordo com as conclusões do Concílio de Trento (1545-1563) foi criado o “*Sacra Congregatio de Propaganda Fide*”<sup>46</sup> (1622). Objetivo: reganhar as “*almas e as consciências*” perdidas para a

---

<sup>46</sup>GUILDAY, Rev. Peter, The Sacred Congregation Propaganda Fide, *The Catholic Historical Review* N<sup>o</sup> 4, Vol. 6, Janeiro 1921, pp. 478-494. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/25011717>. Consultado em 18/03/2019.

doutrina protestante e simultaneamente conquistar para a cristandade, todos aqueles omissos do conhecimento de Cristo.

Nos séculos XVIII e XIX, o movimento iluminista, as Revoluções Americana e Francesa e as Revoluções Liberais, encontraram na imprensa um meio de divulgação e difusão das novas ideias políticas, filosóficas, económicas e sociais. A este propósito destacam-se Diderot e D'Alembert, autores da “*Encyclopédie*” (1750-1772), Jean-Jacques Rousseau e a obra “*Do Contrato Social - Princípios do Direito Político*” (1762), Benjamim Constante e a obra os “*Princípios da Política Aplicáveis a Todos os Governos*” (1815) ou David Ricardo e a obra os “*Princípios da Política e Tributação*” (1817), entre muitos outros.

Os conflitos bélicos do séc. XX inauguraram um novo tipo de guerra - a guerra total - alargou-se o espectro do campo de batalha a toda a população - militares e civis - direta ou indiretamente envolvidos na ação beligerante. Ao mesmo tempo os avanços científicos e tecnológicos produzem novos meios de comunicação: a rádio; o cinema e a televisão. Permitindo a divulgação e difusão de mensagens propagandísticas, tanto na frente externa como na interna. Internamente visando a mobilização dos soldados na persecução da luta na frente de batalha, ao mesmo tempo que tentam congregar os esforços das populações na retaguarda. Externamente visando fomentar a descrença do inimigo, seja este militar ou civil, buscando a sua derrota e desmoralização. A importância da opinião pública, aliada ou inimiga, ganha relevância, sendo alvo de campanhas de propaganda por parte dos beligerantes. A Comissão Creel encarregue da propaganda governamental nos EUA durante a Grande Guerra (1914-1918), utilizou técnicas de promoção de produtos e de vendas, como forma de persuadir a população americana, sobre a necessidade de declarar guerra à Alemanha. Tinha como objetivo persuadir, ou, reforçar atitudes e opiniões previamente existentes na sociedade de modo promover as ações governativas, ganhando deste forma suporte e apoio popular para a participação dos EUA na guerra.

No entanto a propaganda não busca a explicação de ideias ou conceitos, mas antes, inculca-los de forma mais permanente, sendo por isso uma forma de manipulação. Por isso atribui-se à propaganda uma conotação negativa, dado o seu carácter dissimulado e traiçoeiro.

Ainda assim a narrativa propagandística tem em conta a verdade, muitos especialistas advogam que a propaganda mais eficaz será aquela que utiliza várias camadas de verdade, ou seja, meias verdades, afirmações descontextualizadas ou altamente subjetivas. Na década de vinte do século XX o cientista político Harold Lasswell profetizou que “ a

*propaganda tornou-se uma profissão*” e nesse sentido seria de espera que “os governos recorram cada vez mais aos propagandistas profissionais para aconselhamento e ajuda.”<sup>47</sup>

Porém, o domínio das técnicas e processos capazes de realizar tais objetivos, só seriam possíveis de atingir graças aos contributos das “*análises científicas da psicologia e da sociologia*” no contexto do “*movimento científico atual*” de acordo com Jacques Ellul<sup>48</sup>.

O carácter científico da propaganda, segundo Ellul, apresenta quatro pontos identificativos: em primeiro lugar os contributos da psicologia e da sociologia já mencionados; a existência de “*regras rigorosas, precisas e comprovadas*”; o conhecimento “*do meio e do individuo*” alvos da acção propagandística e por fim, mas não menos importante, a “*medição dos efeitos da propaganda*” determinantes da sua eficácia<sup>49</sup>.

No entendimento antigo a propaganda destinava-se a conseguir a adesão do homem a um conjunto de ideias, predominando uma conceção moral. A propaganda moderna visa obter do homem uma acção, levando-o a “*empenhar-se irracionalmente num processo ativo*”, desencadeando o ato que interessa à propaganda moderna, predominando uma visão comportamental.<sup>50</sup>

Há que considerar de acordo com a visão de Ellul os caracteres externos e internos da propaganda moderna.

Ao nível dos primeiros convém salientar a distinção entre, o individuo e a massa, só interessando à propaganda, o individuo, devidamente enquadrado numa massa e nunca como individuo isolado. Outro aspeto a ter em conta é que a “*propaganda tem de ser total*” utilizando o conjunto dos meios tecnológicos à sua disposição, desde o contacto pessoal, aos grandes meios de comunicação (imprensa; rádio e televisão) e Internet. Deve atingir o “*homem todo e todos os homens*” por via dos sentimentos e das ideias, consciente ou inconscientemente, tanto na “*vida privada como pública*”<sup>51</sup>. A duração da acção propagandística terá carácter “*continuou e duradouro*”, envolvendo o homem num universo particular, retirando-lhe capacidade de meditação ou reflexão, por forma a retirar-lhe capacidade de situar-se em relação à propaganda, pelo que a repetição da mensagem assume importância crucial até esta ser interiorizada.

---

<sup>47</sup> LASSWELL, Harold, *Propaganda Technique in the World War*, Nova Iorque, Martino Fine Books, 2013, pp. 34-35.

<sup>48</sup> ELLUL, Jacques, *Propaganda - uma análise estrutural*, Lisboa, Antígona, 2014, pp. 18-19.

<sup>49</sup> *Ibidem*, pp. 20-21.

<sup>50</sup> *Ibidem*, pp. 41.

<sup>51</sup> *Ibidem*, pp. 23-24.

Para Ellul a propaganda eficaz será aquela que apresenta as características anteriores, mas acima de tudo “*supõe sempre um fator institucional (...) está ligada a certos fatos (...) exprime-se num aparelho, num «Apparat», no sentido alemão do termo*”, ou seja, exige uma organização de propaganda, podendo esta ser o partido ou o sistema de enquadramento estabelecido<sup>52</sup>. Por último, a propaganda moderna, visa a adesão do homem a uma “*ortopraxia, uma ação que em si mesma, e não em função de juízos de valor da pessoa que age*”, por contraposição à visão clássica e ultrapassada de adesão a uma *ortodoxia*<sup>53</sup>.

Foquemo-nos agora nos caracteres internos da propaganda, ainda de acordo com Ellul.

O conhecimento do terreno psicológico pressupõe que o propagandista deverá conhecer “*os sentimentos e as opiniões*” do público-alvo, calculando “*a ação em função do individuo*”<sup>54</sup>. Por outro lado, a propaganda moderna deverá “*articular-se com o que preexiste no individuo*”, traduzindo as “*correntes fundamentais da sociedade que procurar influenciar*” e não entrar em colisão com os “*pressupostos coletivos de ordem sociológica e os mitos sociais*”<sup>55</sup> dessa mesma sociedade, mas procurando assumi-los. Em terceiro lugar a questão da atualidade é essencial na propaganda, uma vez “*o público só é sensível ao acontecimento contemporâneo*”, o que segundo o autor, fica a dever-se a “*um campo de consciência limitado*”, onde não é possível “*uma pluralidade de atualidades*”, muito por conta da reduzida capacidade da memória humana<sup>56</sup>.

Mas a quem se dirige verdadeiramente a propaganda? Para Ellul, o público-alvo da propaganda são os indecisos, precisamente por fazerem parte do grupo social e nele participarem, sem contudo serem capazes de “*tomar uma decisão*”, cabendo à propaganda o papel de conduzi-los a um ponto em que a potencialidade das suas «opiniões» se torne efetiva.<sup>57</sup>

Por último, a relação da propaganda com a verdade. Contrariamente ao senso comum “*em propaganda a verdade compensa*”, a aparente contradição explica-se, segundo Ellul, tendo em atenção dois conceitos: factos e intenções, ou seja, “*entre o elemento material e o elemento moral*”.

---

<sup>52</sup> *Ibidem*, pp. 36.

<sup>53</sup> *Ibidem*, pp. 43.

<sup>54</sup> *Ibidem*, pp. 50.

<sup>55</sup> *Ibidem*, pp. 55.

<sup>56</sup> *Ibidem*, pp. 60.

<sup>57</sup> *Ibidem*, pp. 65.

Os factos tendem a buscar exatidão nas afirmações, havendo pouco interesse “lançar campanhas de propaganda a partir de factos inacreditáveis”<sup>58</sup>, contudo Ellul alerta que existem formas de trabalhar e apresentar os factos de acordo com os objetivos do propagandista. A gestão do silêncio é outra arma utilizada em propaganda, sempre que a intenção seja suprimir a existência de um facto a um determinado grupo social.

Segundo Ellul as intenções são o nível onde se “situa a mentira”, por ser nesta dimensão que “não pode ser detetada”. A mentira apresenta dois elementos: “o propagandista deve atestar a pureza das suas intenções e acusar no mesmo ato o adversário”; o segundo elemento: “o propagandista não pode revelar, nunca revelar as verdadeiras intenções daquele a quem a sua ação serve”. O autor conclui afirmando que “a propaganda deve servir de véu que dissimula...as verdadeiras intenções”<sup>59</sup>

Após conhecermos os caracteres externos e internos da propaganda, será possível aproximarmo-nos de uma definição de propaganda, sendo esta “o conjunto dos métodos utilizados por um grupo organizado em vista de fazer participar, ativa ou passivamente na sua ação, uma massa de indivíduos psicologicamente unificados por manipulações psicológicas e enquadrados numa organização.”<sup>60</sup>

A guerra psicológica e as campanhas de propaganda promovidas e travada pelos EUA, no início da Guerra-Fria, foram alvo de debates ao mais alto nível pelas estruturas da administração dos EUA, através do National Security Council (NSC) e enquadradas e promovidas por organizações e agências governamentais, como a United States Information Agency (USIA) ou a CIA, constituindo-se como um ramo da política externa norte-americana. Paralelamente a importância da opinião pública internacional tornou-se um fator a ter em conta na condução da diplomacia, fazendo com que considerações de guerra psicológica integrassem o processo político. A documentação do NSC confirma a preocupação dos EUA relativamente às campanhas de propaganda coordenadas pela URSS, dirigidas a elementos não-comunistas em países estrangeiros, especialmente na Europa. Os relatórios do State-Army-Navy-Air Force Coordinating (SANACC) 304/11 de 7 Novembro de 1947<sup>61</sup> e no NSC/4 de 17 Dezembro de 1947<sup>62</sup> constituem-se como os documentos

---

<sup>58</sup> *Ibidem*, pp. 70.

<sup>59</sup> *Ibidem*, pp. 73.

<sup>60</sup> *Ibidem*, pp. 77.

<sup>61</sup> National Archives and Records Administration, RG 353, Records of the Interdepartmental and Intradepartmental Committees — State Department, Records of the State – War – Navy Coordinating Committee, Box 55, File 304, 381, Psychological Warfare Pt. 2.

<sup>62</sup> National Archives and Records Administration, RG 59, Records of the Department of State, Records of the Executive Secretariat, NSC Files: Lot 63 D 351, NSC 4.

inaugurais da nova política de guerra psicológica e da estratégia psicológica dos EUA no pós-guerra.

## 1.2 DIPLOMACIA PÚBLICA

O estudo da diplomacia pública ao nível da academia é um campo novo e em expansão. Apresentamos duas definições possíveis de diplomacia pública: a do Center on Public Diplomacy da USC e a do Governo de Portugal.

A definição teórica de DP fornecida pelo Center on Public Diplomacy da USC apresenta-a como: “...a dimensão pública e interativa da diplomacia, que não é apenas global por natureza, mas também envolve uma multiplicidade de atores e redes. É um mecanismo fundamental, através do qual as nações promovem a confiança mútua e as relações produtivas e se tornou crucial para a construção de um ambiente global seguro.”<sup>63</sup> Nesta definição é possível encontrar pontos de contacto com a teoria de *Soft Power*, apresentada por Joseph S. Nye, na obra de 1991 “*Bound To Lead: Changing Nature Of American Power*”, segundo a qual a capacidade de gerar influência e atração, podem contribuir para moldar as preferências da opinião pública internacional relativamente a um estado soberano em detrimento de outros estados.<sup>64</sup>

Acrescentamos à definição de DP fornecida anteriormente, o conceito em vigor e utilizado pela diplomacia portuguesa. Para tal socorremo-nos do Portal Diplomático do Governo de Portugal, segundo o qual a: “*Diplomacia pública é a atividade diplomática praticada junto de atores não estatais. Consiste em informar, comunicar e interagir com a sociedade civil: a comunicação social, os académicos, os empresários, o público em geral. Através da diplomacia pública os diplomatas procuram transmitir uma imagem correta do país [...] junto dos públicos estrangeiros, em coordenação com as agências e institutos relevantes como a AICEP, o Instituto Camões ou o Turismo de Portugal.*”<sup>65</sup> De acordo com esta definição a DP é parte integrante da política externa portuguesa, tendo como agentes os diplomatas portugueses e outros funcionários de agências públicas portuguesas, vocacionadas para a promoção da imagem de Portugal no exterior.

Historicamente o termo *diplomacia pública* foi proposto em 1965 e é comumente atribuído ao professor Edmund Gullion da Fletcher School of Diplomacy da Tufts University

---

<sup>63</sup> Disponível em [www.uscpublicdiplomacy.org](http://www.uscpublicdiplomacy.org) Consultado em 24/04/2019.

<sup>64</sup> Nye JR, Joseph S., *Bound To Lead: Changing Nature Of American Power*, Basic Books, 1991.

<sup>65</sup> Disponível em [www.portaldiplomatico.mne.gov.pt](http://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt). Consultado em 28/04/2019.

em Boston. No entanto a ideia de diplomacia pública, por oposição à diplomacia secreta, conduzida nas chancelarias, remonta aos finais do séc. XIX de acordo com Nicholas J. Cull. Sendo possível encontrar em artigos de jornal, debates e discursos de responsáveis políticos, abordagens várias, assumindo significações diferentes, consoante a época e o contexto em que foram produzidas.<sup>66</sup>

As primeiras formulações acerca da ideia de DP podem ser encontradas em artigos de jornal. Remonta a 1856 e ao jornal London Times a utilização conhecida mais antiga do termo. Em 1871, o jornal New York Times publica um editorial questionando a posição crítica assumida pelo congressista, Samuel S. Cox, acerca das intenções dos EUA sobre a anexação da República Dominicana, referindo-se que acreditava numa “*diplomacia pública aberta*”. No final da Primeira Grande Guerra, numa alocução ao Congresso em Fevereiro de 1918, o Presidente Woodrow Wilson aborda a posição alemã e a resposta do Chanceler acerca das propostas contidas nos “*Catorze Pontos*” afirmando: “*Ele aceita...o princípio da diplomacia pública*”.<sup>67</sup> Estes constituem-se como exemplos da utilização do termo diplomacia pública, anteriores à nova significação conferida por Edmund Gullion durante a Guerra-Fria.

Em 1943 o Presidente Franklin Roosevelt debatia-se com o problema da transição da propaganda do tempo de guerra, para a produção de conteúdos informativos, difundidos pela Voz da América sobre os EUA. A propagação e promoção dos ideais de liberdade e democracia, a nível mundial eram preocupações da administração americana para o pós-guerra. Neste sentido e já sob a presidência Truman procurou-se legislar tendo em vista a criação de estruturas, cuja função seria a de difundir “*uma imagem completa e justa da vida americana e dos objetivos e políticas do governo dos EUA*.”<sup>68</sup> Porém, estes objetivos aparentemente simples e claros foram alvo de acessos debates entre, políticos e jornalistas, nos EUA. A legislação produzida pelo Congresso tentou refletir e congregar, as várias visões acerca do papel do governo dos EUA enquanto órgão de informação. Finalmente em 1948 após acesso debate o Congresso dos EUA promulgou o U.S Information and Educational Exchange Act, também conhecido por Smith-Mundt Act. Contudo os esforços do governo dos EUA no sentido de difundir a “*sua verdade*” assumiram outras formas durante a presidência Truman.

---

<sup>66</sup>CULL, Nicholas J., Public Diplomacy before Gullion: The evolution of a Phrase, in SNOW, Nancy & TAYLOR, Philip M. (ed), *Routledge Handbook of Public Diplomacy*, New York, 2008, pp. 19-20.

<sup>67</sup>*Ibidem* pp. 21.

<sup>68</sup>Executive Order 9608: disponível em [www.trumanlibrary.org/executiveorders/](http://www.trumanlibrary.org/executiveorders/) Consultado 02/06/2019.

Num discurso perante a Sociedade Americana de Editores de Jornais em Abril de 1950, o Presidente Truman lançou a ideia da Campanha da Verdade afirmando o seguinte: “Devemos nos fazer ouvir em volta do mundo em uma grande campanha de verdade”<sup>69</sup>.

Em meados dos anos 60, as autoridades dos EUA responsáveis pela USIA terão sentido a necessidade de diferenciar as suas práticas, ao nível da propaganda, das promovidas pela URSS. Tal situação terá contribuído para a nova conceptualização e modernização do termo diplomacia pública, realizada por Gullion. De acordo com formulação de Gullion os EUA conduziram uma “*diplomacia pública*” ao invés do termo anódio de informação, ou da prática da propaganda, cuja conotação negativa pretendiam associar à URSS. Ao mesmo tempo a nova designação tinha uma dupla aplicação, permitindo encaixar conceptualmente e na prática a ação da USIA, cobrindo os vários aspetos da sua atividade, desde o intercâmbio cultural, passando pelas ações do Dept de Estado, incluindo também a ação das rádios RFE e RL.<sup>70</sup>

O novo conceito de diplomacia pública poderia assim estender-se às ações dos agentes e funcionários da USIA, consagrando-os como elementos legítimos da política externa norte-americana, em paralelo com os diplomatas tradicionais.

Kenneth Osgood analisa os primeiros anos da atividade da USIA durante a administração Eisenhower, lançando um olhar profundo sobre o trabalho desta agência governamental, seja no plano doméstico ou em países estrangeiros. Apesar da documentação produzida pelas várias agências norte-americanas mencionarem o termo propaganda e estratégias psicológicas, publicamente as referências às suas atividades adquirem nova designação, surgindo assim a utilização do termo - *informação* - de modo a refletir a convicção de que estavam a ser produzidos conteúdos informativos e explicativos dos fatos, contribuindo para o esclarecimento da opinião pública.<sup>71</sup>

O reconhecimento da DP como instrumento da política externa dos EUA ficou estabelecido em 1983 sob a presidência Reagan, através da publicação NSCDD/77.<sup>72</sup>

---

<sup>69</sup> Public Papers Harry S. Truman 1945-1953. Disponível em [www.trumanlibrary.org/publicpapers](http://www.trumanlibrary.org/publicpapers). Consultado em 02/06/2019.

<sup>70</sup> CULL, Nicholas J., Public Diplomacy before Gullion: The evolution of a Phrase, in SNOW, Nancy & TAYLOR, Philip M (Ed.). *Routledge Handbook of Public Diplomacy*, New York, 2008, pp. 22.

<sup>71</sup> OSGOOD, Kenneth Allan. *Total Cold War: Eisenhower's Secret Propaganda Battle at Home and Abroad*, University Press of Kansas, 2006, pp. 8-9.

<sup>72</sup> Disponível em <https://www.reaganlibrary.gov/national-security-decisions-directives>. Consultado em 04/06/2019.

## CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Para uma melhor compreensão da participação portuguesa na iniciativa promovida pelo NCFE, torna-se necessário uma contextualização histórica, dividida em três subcapítulos: apresentar de forma sucinta os motivos da quebra da aliança construída em tempo de guerra - entre EUA e URSS - e que deram origem à Guerra-Fria; efetuar uma breve caracterização do Estado Novo, desde a sua fundação, passando pelo período da II GM, até ao período do pós-guerra e do dilema de sobrevivência vivido pelo regime no novo sistema internacional, o que explica a transição da tradicional aliança com a Inglaterra, para a nova aliança com os EUA; por fim apresentar uma caracterização dos vetores tradicionais da política externa portuguesa durante a primeira metade do século XX.

Serão estes os três aspetos que pretendemos abordar nos próximos subcapítulos, fornecendo os elementos necessários, que em nosso entender permitem compreender a disponibilidade e o empenho das autoridades portuguesas em aceitar o convite dos EUA para associar-se ao NCFE.

### 2.1 GUERRA-FRIA

As palavras têm um peso próprio em função das ideias e conceitos que pretendem transmitir e o termo Guerra-Fria não foge a essas circunstâncias. A expressão foi cunhada no imediato pós II GM, e pretendia refletir o clima de relacionamento existente, entre as potências vitoriosas, ou seja, entre os EUA e a URSS, o qual se prolongou na segunda metade do século XX, fazendo sentir os seus efeitos a nível político e económico, mas também social e cultural.

O termo foi inicialmente cunhado por George Orwell em 19 de Outubro de 1945, num artigo intitulado “Você e a Bomba Atómica” publicado no jornal Tribune, dois meses após o lançamento das bombas atómicas, sobre Hiroxima e Nagasaki. Nesse artigo Orwell refletiu sobre uma visão de um mundo que vivia à sombra da ameaça da guerra atómica, alertando para uma “paz que não era paz” a qual rotulou de “guerra-fria permanente”, referindo-se ao confronto ideológico latente, entre a URSS e o ocidente.<sup>73</sup> Bernard Baruch conselheiro económico dos presidentes Woodrow Wilson e Franklin D. Roosevelt e representante dos EUA, no Comité de Energia Atómica das Nações Unidas, utilizou a expressão em várias

---

<sup>73</sup>Disponível em [http://www.orwell.ru/library/articles/ABomb/english/e\\_abomb](http://www.orwell.ru/library/articles/ABomb/english/e_abomb). Consultado em 02/06/2019.

ocasiões, conferindo-lhe um cunho mais definitivo no sentido daquilo que viriam a ser as relações - EUA / URSS - na segunda metade do século XX<sup>74</sup>. Por último, o contributo de Walter Lippmann e da obra “The cold war: a study in U.S. Foreign policy” escrita em 1947, onde o autor difunde a expressão guerra-fria no vocabulário internacional, vulgarizando a sua utilização no imaginário coletivo.

Cronologicamente é possível situar a Guerra-Fria após o fim da II GM e Dezembro de 1991, por altura do desmembramento da URSS, pese embora, o desgaste do modelo político e económico soviético possa ser encontrado ainda em meados nos anos oitenta, após a subida ao poder de Mikhail Gorbachev, muito por conta da “herança de uma situação de declínio da performance económica, pelo crescente fosso existente entre a tecnologia soviética e a do ocidente, pela crescente desmoralização da população e pela política externa contra produtiva.” conforme refere David Painter.<sup>75</sup>

Convém referir que para além das clivagens de ordem política, económica ou tecnológica, presentes no tempo da aliança de guerra, contra o nazi-fascismo, uma vez derrotadas - Alemanha e Japão - novas e desafiadoras ameaças vão surgir, desta vez de matriz ideológica, cultural e geopolítica. Alguns autores recuam a meados do século XIX, para encontrar a divergência ideológica, entre oriente e ocidente. Deste modo a submissão da China aos poderes ocidentais e a abertura do Japão, por via da expansão dos EUA no Pacífico, podem ser razões longínquas da hegemonia ocidental à escala planetária.<sup>76</sup>

Porém, será a partir da Revolução Bolchevique de 1917 que a confrontação de modelos políticos, sociais, económicos e culturais, se tornará mais clara. A oposição do modelo comunista, influenciado pelas teorias de Karl Marx, face ao modelo liberal, baseado nas teorias liberais de acordo com as propostas formuladas por John Locke, marcou a organização da sociedade durante o século XX, a par dos fascismos. O primeiro aponta no sentido da submissão do capitalismo perante a revolução do proletariado, da qual emergiria um estado autoritário, sem liberdades individuais, políticas, económicas e culturais. Ao invés o segundo consagraria a defesa da liberdade individual, baseada no primado da lei, do respeito pela propriedade individual e da livre iniciativa do indivíduo.

O modelo comunista baseado numa economia de planificação central permitiu à URSS industrializar-se e apresentar condições sociais de pleno emprego. Numa altura em que as

---

<sup>74</sup> SAFIRE, William, *Safire's Political Dictionary*, Random House, 1978, pp. 127-129.

<sup>75</sup> PAINTER, David S., *The Cold War: An International History*, London, Routledge, 1999, pp. 104;

<sup>76</sup> ROWSTOW, Walt W., The Offensive of the International Communist Movement, in PATTERSON, Thomas G & McMAHON, Robert J., *The Origins of the Cold War*, Lexington, Mass D.C. Heath, 1991, pp. 14.

democracias ocidentais debatiam-se com crises económicas e financeiras e desemprego em massa. O modelo socialista expresso nas teses de Marx e a sua aplicação prática na URSS, afigurava-se como aparente alternativa ao modelo capitalista, envolto em crises cíclicas das quais a de Outubro de 1929 seria a expressão maior.<sup>77</sup>

Em termos geopolíticos a derrota do nazi-fascismo provocou no continente europeu uma espécie de “vazio” claramente sentido na Alemanha, mas também nos países ocupados durante o conflito mundial. Em especial na Europa Central e de Leste, países que na sua maioria tinham pertencido ao Império Alemão, Império Austro-húngaro ou ao Império Otomano, até há poucas décadas e por isso disponham apenas do período entre guerras como momentos de afirmação nacional e governação soberana. Porém, as soberanias destes novos estados rapidamente se encontraram sob ameaça. O pacto Molotov-Ribbentrop de Agosto de 1939, sob a promessa mútua de não-agressão, entre a Alemanha e a URSS, estabeleceu áreas de influência, que vão deste os Estados Bálticos (Estónia, Lituânia e Letónia) partes da Polónia, Finlândia e Roménia sob influência soviética. A invasão da URSS por parte da Alemanha nazi em Junho de 1941 ditou o fim do pacto.

Em Outubro de 1944 um acordo secreto entre Churchill e Estaline tendo em vista o período do pós-guerra concede aos soviéticos influência na Roménia, Bulgária e Hungria em troca da influência britânica na Grécia. Mais tarde em 1945 na Conferência de Ialta os Três Grandes (EUA; Grã-Bretanha e URSS) subscrevem o tratado de divisão do território alemão no pós-guerra. Após a derrota dos alemães em Estalinegrado no início de 1943, as forças soviéticas iniciam uma ofensiva militar, que terminará em Berlim em Maio de 1945. Entretanto os soviéticos vão tomando posições nos vários países que vão libertando do domínio e ocupação alemães.<sup>78</sup> O espaço deixado vago pela derrota alemã, será aproveitado e preenchido pela URSS e pela doutrina comunista nesses países. A presença do Exército Vermelho deu o respaldo necessário à afirmação das ideias comunistas nos países da Europa de Leste.

A paz na Europa só seria possível através do entendimento e da cooperação dos Três Grandes (EUA; Inglaterra e URSS). A Liga das Nações já não servia, mostrou-se incapaz de conter o expansionismo alemão e de aplicar o conceito da doutrina de segurança coletiva. A reorganização do sistema internacional e a manutenção da paz na Europa do pós-guerra passaria pela criação de uma nova organização, onde prevalecessem o equilíbrio de forças assente em princípios democráticos e de autodeterminação política e aberta a todos os países

---

<sup>77</sup> GADDIS, John Lewis, *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, 2005, pp. 20-21.

<sup>78</sup> PAINTER, David S., *The Cold War: An International History*, London, Routledge, 1999, pp. 17-18.

amantes da paz. Em Janeiro de 1944 Churchill disse a Estaline que as três grandes potências eram “as guardiãs da paz mundial, se fossem fortes, cumpririam a sua tutela.”<sup>79</sup> Davam-se os primeiros passos para a criação das Nações Unidas, organização aberta a todos os Estados, grandes ou pequenos, para manutenção da paz e da segurança internacionais. A adesão da URSS às Nações Unidas era uma segurança para a manutenção do regime soviético, garantia a segurança territorial, bem como da ideologia comunista e a possibilidade de expansão nos países sob sua influência.<sup>80</sup>

Porém, contrariamente aos pressupostos iniciais o pós-guerra foi um tempo de crescente desconfiança mútua entre os antigos aliados. A preponderância americana e ocidental na ONU alertou os soviéticos para a possibilidade de policiamento do mundo pelas potências ocidentais. A ajuda fornecida pelo Plano Marshall (1947-1952) para recuperação da economia europeia, não se estendeu ao leste europeu motivado pelas desconfianças soviéticas. A Checoslováquia inicialmente interessada em participar acabou por se retirar, devido às pressões de Moscovo. As relações económicas do leste europeu construíram-se em torno das diretrizes soviéticas. Em 1949 foi fundado em Moscovo o COMECON, que visava promover a integração económica dos países sob influência soviética. Afastando esses países de um modelo de desenvolvimento assente na livre iniciativa e no mercado livre. O campo das clivagens entre os antigos aliados era cada vez mais profundo. A presença de forças aliadas na cidade de Berlim, a qual por sua vez se encontrava em território sob tutela soviética, era um espinho atravessado na garganta de Estaline. O bloqueio de Berlim entre 1948 e 1949 foi uma tentativa de sufocar as forças aliadas e a população da cidade, com o objetivo de total controlo por parte dos soviéticos. As crises foram-se alimentando mutuamente, contribuindo para a uma divisão real da Europa.<sup>81</sup>

A presença militar no continente europeu era uma realidade, que podia a qualquer momento escalar e dar origem a nova confrontação mundial. A realidade atómica conferiu aos EUA uma hegemonia mundial no domínio militar, só alcançada pelos soviéticos em 1949. Novos meios e novas armas vão ter de ser usadas para combater durante a Guerra-Fria. Após o anúncio da Doutrina Truman em Março em 1947, cuja principal característica visava conter o avanço da hegemonia comunista na Europa, nos países considerados os “elos fracos” do sistema capitalista. Deu-se início a um conjunto de medidas designadas como “guerra política”, onde a propaganda e o uso da radiodifusão tinham como missão fornecer às

---

<sup>79</sup> MAZOWER, Mark., *Governar o Mundo História de uma ideia: de 1915 aos nossos dias*, Edições 70, Lisboa, 2017, pp. 233.

<sup>80</sup> GADDIS, John Lewis, *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, 2005, pp. 22.

<sup>81</sup> GADDIS, John Lewis, *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, 2005, pp. 38.

populações dos países da Cortina de Ferro uma outra visão do mundo capitalista e ao mesmo tempo desacreditar a propaganda soviética. Ambos os contendores utilizaram massivamente as ferramentas disponibilizadas pela propaganda para afirmarem os projetos de sociedade em que acreditavam. Elevando o debate ideológico a um patamar maniqueísta, onde só podiam existir “bons” ou “maus”, consoante a versão em que quisesse acreditar.

## 2.2 ESTADO NOVO

O regime do Estado Novo vigorou em Portugal durante quarenta e um anos. Mais precisamente desde a promulgação da Constituição Política da República Portuguesa em Abril de 1933, até ao golpe militar do dia 25 de Abril de 1974 da responsabilidade do Movimento das Forças Armadas (MFA), dando início à que ficou conhecida como a Revolução dos Cravos.

Ao longo de quatro décadas muitos foram os acontecimentos e os impactos sofridos pelo regime do EN, fosse por influência externa, como foi o caso da Guerra Civil de Espanha, da II GM ou da Guerra-Fria. Ou outros de cariz interno e ligados à natureza politico-ideológica do próprio regime, cujos fundamentos se alicerçavam na doutrina social da Igreja, no antiliberalismo e no corporativismo, moldando o viver das gentes portuguesas durante meio século.

### 2.2.1 Antecedentes: A Ditadura Militar (1926-1933)

O golpe militar de 28 de Maio de 1926 marcou o fim do regime republicano instituído a 5 de Outubro de 1910. O governo liberal republicano foi substituído por uma Ditadura Militar - antecâmara do Estado Novo - atravessada por momentos diversos e contraditórios, até à consolidação do autoritarismo no início dos anos 30 já sob direção de Salazar.<sup>82</sup>

Apesar de ter durado apenas sete anos, o período dos governos militares foi palco de lutas aceras na busca de hegemonia, entre “militares republicanos e seus apoiantes civis, às direitas liberais salazaristas e fascizante”, dispendo de apoios militares de ambos os quadrantes.<sup>83</sup> A Igreja Católica foi alvo da perseguição republicana, especialmente nos primeiros anos do regime republicano, a instabilidade social e o elevado nível de confronto da

---

<sup>82</sup>COSTA PINTO, António (coord), “Portugal no século XX: Introdução”, in *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000, pp. 20.

<sup>83</sup> ROSAS, Fernando, “Da Ditadura Militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar”, in MATTOSO, José (direção), *História de Portugal, Sétimo Volume, O Estado Novo (1926-1974)*, Circulo dos Leitores, 1994, pp. 165.

sociedade portuguesa eram características deste período. A promessa dos militares de reporem a ordem e a paz social terá sido um dos motivos do apoio da Igreja às novas autoridades militares.

Após a passagem fugaz do General Gomes da Costa pela presidência da república, sucedeu-lhe o General Óscar Carmona, ficando na chefia do governo o General Vicente Freitas, figura ligada aos setores liberais republicanos. A composição dos vários governos no período da Ditadura Militar evidência a necessidade de albergar as várias tendências políticas em confronto. Outros nomes ligados à direita conservadora, como o de Mário de Figueiredo e Cordeiro Pereira, ocuparam respetivamente as pastas da justiça e da instrução pública. O malogro verificado na reorganização das finanças portuguesas - o ministro das finanças era Sinel de Cordes - abriu a porta para o convite de Oliveira Salazar para a mesma pasta em 1928. Houve uma preocupação de harmonização das várias tendências políticas em presença. Porém, a demissão de Vicente de Freitas e a posterior nomeação para a chefia do governo do General Ivens Feraç, desequilibrou os pratos da balança, conferindo uma crescente preponderância da direita conservadora e da extrema-direita.<sup>84</sup>

O novo governo manteve no essencial a linha política do anterior, sofrendo as mesmas pressões das alas mais à direita. O desgaste político acabou por abrir caminho à nomeação do General Domingos Oliveira como chefe do governo, um militar alinhado com a direita política. O êxito da política financeira de Oliveira Salazar expresso no balanço positivo das contas públicas, granjeou ao Ministro das Finanças o epíteto de “salvador da Nação.”<sup>85</sup> Ao mesmo tempo que ganhou a confiança dos militares, o que lhe permitiu abordar nos seus discursos um cada vez maior rol de temas políticos e militares.<sup>86</sup> A crescente importância de Salazar no panorama político português fez congregar sobre si, uma série de apoios, que iam da banca à indústria, passando pela igreja e por largos setores do Exército, do campo intelectual até aos monárquicos. A União Nacional fundada em 30 de Julho de 1930 foi o partido único onde se vão albergaram todas as correntes políticas apoiantes de Salazar. O culminar deste crescendo de apoios terminou em Julho de 1932, quando Salazar sucede ao General Domingos Oliveira na chefia do governo.

A partir do momento acima descrito os militares deram lugar aos civis na condução dos destinos nacionais. Iniciando-se o caminho no sentido da institucionalização de um Estado nacionalista, corporativo e conservador, autoritário e unitário, o qual passou a considerar-se *de*

---

<sup>84</sup> MARQUES, A.H. Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1986, pp. 370.

<sup>85</sup> *Ibidem*, pp. 371.

<sup>86</sup> *Ibidem*, pp. 372.

*jure* a partir da entrada em vigor da nova da Constituição da República em 11 de Abril de 1933.<sup>87</sup> A onda fascizante que atravessou a Europa no início dos anos trinta tinha contagiado Portugal. A particularidade do caso português manifestou-se através da instauração de um regime fascista, sem que houvesse um movimento fascista, como em Itália ou na Alemanha.<sup>88</sup>

### 2.2.2 O Estado Novo (1933-1961)

A nova Constituição substituía assim a anterior de 1911, abrindo caminho para um novo modelo de governação, assente em cinco princípios: recusa do demoliberalismo; a afirmação do nacional corporativismo; um Estado forte; intervencionismo económico e social; imperialismo colonial.<sup>89</sup> O controlo social foi reforçado em dois sentidos: preventivamente a cargo da Censura, instituída ainda no tempo da Ditadura Militar; repressivamente através da reorganização policial de Agosto de 1933, que criou a Polícia de Defesa e Segurança do Estado (PVDE), através da fusão das anteriores Polícia Internacional Portuguesa e a Polícia de Defesa Política e Social.<sup>90</sup> Paralelamente foram criadas organizações de enquadramento, como a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa, a primeira vocacionada para a juventude com forte componente militar, ao passo que a segunda com características de policiais e de milícia.<sup>91</sup>

A nível político verifica-se ainda o reforço dos poderes de Oliveira Salazar, uma vez que para além da pasta da Finanças (1928-1940), ocupou também a da Guerra (1936-1944) e a dos Negócios Estrangeiros (1936-1947). Aos poucos a imagem do homem providencial e de salvador da Nação que ocupa a chefia do governo vai dando lugar à imagem do ditador.<sup>92</sup>

No plano interno a transição dos governo militares, para o Estado Novo, concluiu-se com sucesso após a nova Constituição de 1933. As fações políticas contestatárias foram cooptadas para a União Nacional, as revoltas militares e civis foram severamente combatidas e contestação anarco-sindicalistas ou comunista restante foi duramente perseguida. A nível

---

<sup>87</sup>COSTA PINTO, António (coord), “Portugal no século XX: Introdução”, in *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000, pp. 25.

<sup>88</sup>LUCENA, Manuel, Reflexões sobre a queda do regime salazarista e o que lhe seguiu, *Análise Social* 162, vol. XXXVII, 2002, pp. 7.

<sup>89</sup>ROSAS, Fernando e Brito, J.M. Brandão, “Constituição Política de 1933”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand Editores, 1996, pp. 198-205.

<sup>90</sup>Diário da República Eletrónico. Decreto-Lei n.º 22.992, de 29 de Agosto de 1933. Consultado em 06/07/2019.

<sup>91</sup>COSTA PINTO, António (coord), “Portugal no século XX: Introdução”, in *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000, pp. 27.

<sup>92</sup>MARQUES, A.H. Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1986, pp. 380.

internacional o regime português alinhava com a geografia dos fascismos em crescendo na Europa: Espanha; Itália e Alemanha.

A partir de 1939 com o eclodir da II GM o regime português declarou a neutralidade perante os beligerantes. No entanto esta assume cambiantes vários em função dos interesses nacionais, uma vez que a política externa portuguesa neste período caracterizou-se por um pragmatismo oscilante, em funções da perceção daquilo que eram os interesses nacionais. Nos primeiros anos do conflito Portugal vendeu matérias-primas à Alemanha, onde se inclui o volfrâmio, porém a partir de 1943 e face à pressão crescente dos Aliados para disporem de bases militares nos Açores, cede primeiros a britânicos e mais tarde a norte-americanos as facilidades militares solicitadas.<sup>93</sup>

A derrota das potências do Eixo, primeiro na Europa (Maio/1945) e mais tarde no Pacífico (Agosto/1945) significou a vitória das democracias parlamentares. Isto representou para o Estado Novo uma ameaça e um desafio, na medida em que as oposições internas esperavam uma abertura do regime, ao passo que no plano externo os interlocutores de Portugal eram agora países democráticos e liberais.

A Assembleia Nacional foi dissolvida em Setembro de 1945 e marcadas eleições para Novembro. Durante a campanha eleitoral foi autorizada a participação de outras formações políticas, para além da União Nacional. A oposição, ou oposições, reuniam-se em torno do MUD - Movimento de Unidade Democrática, uma vez que neste organismo coabitavam republicanos, monárquicos, católicos e socialista.<sup>94</sup> Em Novembro de 1945 o jornal Diário de Notícias entrevista Salazar que afirma: “ [...] Considero as próximas eleições tão livres como na livre Inglaterra.”<sup>95</sup> A Censura diminui a sua intervenção junto da imprensa, contribuindo para a sensação de “liberdade e abertura política” cuja repercussão se fazia sentir além-fronteiras. O curto espaço temporal disponível para preparar uma campanha eleitoral levou a oposição a solicitar o adiamento das eleições, o que foi recusado pelo governo. As listas da oposição foram retiradas e apenas concorrem as listas da UN. Rapidamente as ilusões da oposição encararam com a realidade da permanência de Oliveira Salazar como chefe do

---

<sup>93</sup> RODRIGUES, Luís Nuno, George Kennan e as negociações luso-americanas sobre os Açores, *Revista Relações Internacionais* n.º 4, Dezembro 2004.

<sup>94</sup> REIS, Luís Torgal e LEMOS, Mário Matos e, *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um Dicionário*, Texto Editores Lda., Lisboa, 2009, pp-21.

<sup>95</sup> Disponível em <http://www.fmsoares.pt>. Entrevista de Oliveira Salazar ao Diário de Notícias em 14 de Novembro de 1945. Consulta em 06/07/2019.

governo. Os lugares de deputados à Assembleia Nacional foram preenchidos pelos candidatos da UN, à semelhança de eleições anteriores.<sup>96</sup>

O próprio sistema repressivo sofreu alterações, em 1945 extinguiu-se a PVDE e criou-se a PIDE (Policia Internacional e de Defesa do Estado), através do Decreto-Lei nº 35046 de 22 de Outubro de 1945. A aparente modificação pressupõe uma atuação diferente do próprio regime, relativamente aos elementos da oposição. Porém, esta como outras alterações foram apenas cosméticas visando criar uma aparência de abertura e moderação do regime perante os públicos nacionais e estrangeiros.

No plano internacional a tensão crescente entre os Três Grandes, de um lado EUA e Inglaterra e do outro a URSS, intensificou-se dando origem à Guerra-Fria. A ameaça comunista sobre a Europa Ocidental e o medo de uma invasão soviética reforçam a nível interno o combate à oposição especialmente aos comunistas. Ultrapassada a primeira crise do pós-guerra e reforçada a posição governamental, Salazar iniciou um processo de aproximação gradual aos EUA. O governo português encetou um processo de investimentos e de modernização infraestrutural, decorrente dos acordos assinados em 1948 com a OECE, transversal a toda a sociedade. Inicialmente apoiado nos fundos do Plano Marshall e nos subsídios norte-americanos e sendo posteriormente consagrada como política oficial, através dos Planos de Fomento. O paradigma socioeconómico nacional baseado no modelo de autarcia proposto por Salazar alterou-se em função dos investimentos realizados. Aos poucos a indústria ganhou terreno sobre a agricultura, a população das principais cidades aumentou, assim como o seu rendimento disponível. No início dos anos sessenta Portugal aderiu à EFTA. A economia portuguesa integrou-se cada vez mais na Europa e no mundo.

Politicamente o regime do EN ganhou a simpatia internacional, fruto das tensões verificadas da Guerra-Fria. Em 1949 após convite dos EUA tornou-se membro fundador da OTAN/NATO, causando algum espanto entre outros membros fundadores da aliança, dado o seu passado de relativo alinhamento com as potências do Eixo. Adivinhando dificuldades futuras, Salazar promoveu a alteração constitucional que modificara a natureza do Acto Colonial de 1930. Os territórios ultramarinos deixam de ser considerados como colónias e passam a províncias ultramarinas, extensões de Portugal separadas pelo mar.

O desaire da candidatura de Portugal a membro das Nações Unidas e os ataques de certa imprensa inglesa e norte-americana, contra o regime do EN, em virtude das suas ligações às potências do Eixo na fase anterior à guerra, já não eram possíveis de ser combatidas pela

---

<sup>96</sup> MARQUES, A.H. Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1986, pp. 388.

máquina comunicacional de António Ferro, o SPN. Assim o governo português contratou os serviços de uma agência de relações públicas, George Peabody and Associates de Nova Iorque, para tratar da imagem de Portugal e sua correspondente divulgação junto do público estrangeiro em particular do norte-americano.<sup>97</sup>

Pese embora a década de cinquenta possa ser considerada como os “anos dourados” do salazarismo, identificamos dois momentos, que marcaram profundas alterações no regime e a prazo condicionariam a sua atuação.

A adesão às Nações Unidas em 1955 marcou o início das pressões internacionais, sobre Portugal e os territórios ultramarinos, sob sua administração. Por outro lado, o ato eleitoral de 1958 e a aparição da candidatura presidencial do General Humberto Delgado, representando a oposição não comunista, constitui-se como a primeira ameaça séria ao poder de Salazar. Apesar da vitória “anunciada” do candidato do regime, Almirante Américo Tomas, a oposição recolheu um quarto dos votos. As repercussões das eleições de 1958 ou as “ondas de choque do terramoto delgadista”, como lhe chamou Fernando Rosas e das quais o regime não recuperou, vão fazer sentir-se até 1962.<sup>98</sup>

As manifestações contra o EN, sejam no plano nacional ou internacional, conheceram várias expressões. Logo em 1959 um conjunto de opositores, civis e militares, conspiram no rescaldo das eleições presidenciais de 1958 e tentam um golpe para derrubar o regime: “O Golpe da Sé.” Malograda esta tentativa, outras se seguem, como a do Ministro da Defesa o General Botelho Moniz em Abril de 1961 e outra no ano seguinte, o ataque ao Quartel de Beja, ambas sem sucesso. Ainda no ano de 1961 iniciam-se os combates em Angola, mais tarde estendem-se às restantes províncias, Guiné (1963) e Moçambique (1964). O ano termina da pior forma possível para o regime do EN e para Salazar, uma vez que ocorreu a primeira perda territorial efetiva, para um regime que se considerava pluricontinental - o Estado Português da Índia foi invadido por forças da União Indiana em Dezembro de 1961.

Pese embora o Estado Novo só venha a cair por força da ação dos militares do MFA - Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril de 1974, pareceu-nos conveniente traçar um perfil e realizar uma exposição forçosamente sintética, das principais características e acontecimentos em linha com a cronologia final do nosso estudo.

---

<sup>97</sup> RIBEIRO, Vasco, *A empresa de relações públicas norte-americana contratada por Salazar (1951-1962) - A estreia da ditadura no modelo assimétrico bidirecional no período pós-António Ferro*. UPFL, Porto, 2018.

<sup>98</sup> ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão, “Estado Novo”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 315-319.

## 2.3. A POLITICA EXTERNA PORTUGUESA E AS RELAÇÕES COM OS EUA

### 2.3.1. A política externa portuguesa

No presente subcapítulo vamos procurar traçar as principais características e vetores da política externa portuguesa, desde meados do século XIX até ao ano de 1974. Para tal focamo-nos nos principais autores, cujas obras abordaram o estudo da política externa portuguesa ao longo das várias conjunturas políticas (Monarquia Constitucional, Primeira República e Estado Novo). De seguida debruçamo-nos de modo mais específico sobre as relações entre, Portugal e os EUA, tendo como respaldo outro conjunto de autores, cujas obras refletem as várias dimensões (política, militar, económica e cultural) a fim de compreender a transição e a aproximação entre as duas nações. Esta abordagem permite-nos fornecer os elementos de entendimento possíveis do que viria a ser a aliança entre as duas nações no pós II GM.

De acordo com a síntese de Nuno Severiano Teixeira, segundo a qual a formação política existente no extremo ocidental da Península Ibérica pode ser entendida como um “País europeu, Portugal é também um país atlântico”<sup>99</sup> identificamos a dualidade que atravessou a política externa portuguesa ao longo dos séculos. Se por um lado a fronteira terrestre exercia a força centrípeta, a cuja massa continental era difícil escapar, por outro lado a fronteira atlântica permitia alcançar novos horizontes inexplorados. O difícil equilíbrio necessário à sobrevivência de Portugal como entidade política independente teve assim de ser exercido assentando em quatro pilares, cujas realidades históricas reforçaram ou enfraqueceram, como nos revela Daniel Marcos: “a aliança com a Grã-Bretanha, a relação com os Estado Unidos, a vocação colonial e a dualidade peninsular.”<sup>100</sup>

Tendo como principal aliado externo a Inglaterra, mediante a aliança firmada, entre Fernando I de Portugal e Eduardo III de Inglaterra no século XIV, a - Aliança Luso-Britânica - dominou a política externa portuguesa até finais do século XIX. Salientamos de seguida dois momentos de tensão que marcaram as relações luso-britânicas durante século XIX: O primeiro verificou-se após a expulsão das forças napoleónicas de Portugal, tendo os ingleses aproveitado a ausência da corte portuguesa no Brasil, para exercerem a tutela do país, política

---

<sup>99</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Entre África e a Europa: a política externa portuguesa 1890-1986”, in CCOSTA PINTO, António, (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000, pp. 61.

<sup>100</sup> MARCOS, Daniel, “A política externa portuguesa do Ultimato à transição para a Democracia: uma perspetiva bibliografia”, in *Relações Internacionais N° 28*, Lisboa, 2010, pp. 139-155.

e militarmente; o segundo momento ocorreu no decurso da Conferência de Berlim de 1885 para o estabelecimento de fronteiras em África, tendo Portugal apresentado o que considerava como os seus “direitos históricos”, face aos “direitos de ocupação efetiva” defendidos pelas restantes potências, gerando um conflito de interesses, entre os dois estados, cujo episódio final manifestou-se no Ultimato inglês de 1890. Este episódio repercutiu-se a nível externo, levando Portugal a estreitar relações com a França e a Alemanha, internamente assistiu-se ao crescente criticismo republicano do papel do Rei na gestão da crise decorrente do Ultimato.

A nova formulação do Direito Internacional aplicada aos espaços coloniais obrigou Portugal a ocupar efetivamente os territórios da Guiné, Angola e Moçambique, num movimento que marcou o despontar da “vocação colonial” africana ainda de acordo Severiano Teixeira. A expressão prática dessa “vocação” refletiu-se numa série de campanhas militares, que mediar m entre a Conferência de Berlim e o fim da I GM e tinham como objetivo submeter à autoridade portuguesa, os povos dos territórios sob administração portuguesa.

As duas décadas finais da Monarquia Constitucional ficaram marcadas por um assinalável esforço diplomático do Rei D. Carlos, traduzido nas viagens do monarca às principais cortes europeias, assim como a reciprocidade dos monarcas europeus em visitar Portugal. Inserem-se neste ciclo de viagens diplomáticas europeias deslocações a Espanha, França e Inglaterra, posteriormente vieram a Lisboa Eduardo VII de Inglaterra, Guilherme II da Alemanha e Afonso XIII de Espanha e o Presidente da República Francesa Émile Loubet. Este ciclo diplomático seria interrompido pela proclamação da República em 1910.

Os estados europeus no início do século XX eram dominados por um conjunto de monarquias, as únicas repúblicas eram a França e a Confederação Helvética. O modo violento como decorreu a transição portuguesa chocou as cortes europeias, as repercussões a nível diplomático foram imediatas traduzidas na demora concedida ao reconhecimento da nova República Portuguesa. De acordo com Severiano Teixeira esse reconhecimento ocorreu em três fases: inicialmente as novas autoridades portuguesas foram reconhecidas pelas Repúblicas do Brasil e da Argentina; de seguida pela República dos Estados Unidos da América e da França e só depois do reconhecimento da Monarquia inglesa as restantes monarquias europeias formalizaram o reconhecimento da República Portuguesa.<sup>101</sup>

O reconhecimento tardio das monarquias europeias trouxe consigo perigos iminentes   jovem república portuguesa. O primeiro destes perigos foi a aproximação entre, as cortes de

---

<sup>101</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Entre África e a Europa: a política externa portuguesa 1890-1986”, in COSTA PINTO, António, (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000, pp. 71.

Londres e Madrid, secundarizando a relação secular entre, Londres e Lisboa, ao abrigo da Aliança Luso-Britânica, o que em termos geoestratégicos conferia primazia a Espanha no contexto peninsular. O segundo perigo consistiu no apoio espanhol aos restauracionistas monárquicos portugueses, a par das pulsões anexionistas imanentes em certos círculos da corte de Afonso XIII, materializado na ideia do “perigo espanhol”.<sup>102</sup>

A necessidade de afirmação das novas autoridades republicanas e do próprio regime republicano português assentou por isso em dois níveis de análise: o interno e o externo que se interligam e completam. A oportunidade para realizar tal afirmação materializou-se na Primeira Guerra Mundial. De acordo com Severiano Teixeira a participação no conflito mundial contribuiu para congregar apoios internos em torno do governo, pondo um fim ao período conturbado dos primeiros anos do novo regime, ao mesmo tempo que fornecia um objetivo nacional.

A nível externo a defesa e salvaguarda das colónias africanas, face à cobiça alemã forneceu o necessário elemento externo. Assim o autor resume: “Só uma ameaça externa e uma intervenção militar no plano central, com os grandes e entre os grandes, poderia justificar a unidade nacional em torno do regime e conquistar não só os objetivos externos mas ao mesmo tempo a consolidação e legitimidade democrática para a Republica.”<sup>103</sup> Pese embora o enfrentamento entre forças portuguesas e alemães fosse uma realidade desde 1914, tanto em Angola como em Moçambique, não existia porém uma declaração formal de guerra entre os dois estados. Essa realidade viria a alterar-se por força do pedido inglês, ao governo português, para aprisionar os navios alemães em portos portugueses em Fevereiro de 1916, o que levou à declaração de guerra da Alemanha a Portugal em 9 de Março de 1916.

O fim do primeiro conflito da era industrial trouxe consigo um reordenamento do sistema internacional. O reordenamento foi realizado sob os auspícios das propostas apresentadas pelo Presidente Woodrow Wilson tendo em vista a criação da Sociedade das Nações da qual Portugal seria membro. Os resultados esperados com a participação de Portugal na guerra ficaram no entanto à margem do esperado. Assim a nível interno manteve-se o tumulto político e a confrontação, entre as várias facções, dando origem a governos de curta duração, a par da degradação das condições económicas e financeiras do país. Radicando nesta realidade algumas das motivações para o golpe de 28 de Maio de 1926.

---

<sup>102</sup> MARCOS, Daniel, “A política externa portuguesa do Ultimato à transição para a Democracia: uma perspetiva bibliográfica”, in *Relações Internacionais N.º 28*, Lisboa, 2010, pp. 144.

<sup>103</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Entre África e a Europa: a política externa portuguesa 1890-1986”, in COSTA PINTO, António, (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000, pp. 75.

No plano da política externa, as negociações de paz em Versalhes, não trouxeram o tão desejado protagonismo de Portugal no contexto internacional, cabendo esse papel a Espanha, mediante o convite para ocupar o Conselho Executivo da Sociedade das Nações. Por outro lado as razões de ordem política justificativas da entrar na guerra, foram substituídas durante os trabalhos em Versalhes, pelas preocupações de ordem económica e financeira, procurando Portugal as receber as respetivas indemnizações de guerra. Porém, um dos objetivos foi cumprido, a manutenção da administração portuguesa sobre os territórios coloniais, cabendo inclusive a restituição do território de Quionga no norte de Moçambique, ocupado pela Alemanha desde 1894.

A permanente sucessão de governos, aliadas à degradação das condições económicas já mencionadas anteriormente, propiciaram a instabilidade social vivida em Portugal durante os anos vinte. Sob o pano de fundo da hegemonia eleitoral e política do Partido Democrático, bloqueadora de soluções alternativas de governação, que levaram a uma rutura violenta - 28 de Maio de 1926 - liderada pelos militares, pondo fim à I República. Ao nível das orientações de política externa, a fase da Ditadura Militar e os primórdios do Estado Novo, mantêm no essencial as orientações e os condicionalismos provenientes da I República, ou seja, o projeto colonial, a par da Aliança inglesa, a dimensão de relacionamento multilateral proporcionado pela SN, a par da crise financeira nacional.

As alterações neste domínio ocorreram após a consolidação do EN e na vigência da nova Constituição de 1933. Assim só em 1935 e através de nota oficiosa o Presidente do Concelho foi dando conta das novas orientações no respeitante à política externa portuguesa: manutenção da aliança com a Inglaterra; o não envolvimento nas questões continentais europeias; a defesa e manutenção do património colonial; a par da amizade com Espanha no plano ibérico. Estes foram os quartos pilares onde assentou a política externa portuguesa até finais da II GM.<sup>104</sup> Momento a partir do qual Salazar procede a nova revisão da política externa portuguesa, em funções dos desenvolvimentos internacionais que mediarão entre o final do conflito e o início da Guerra-Fria.

A perspetiva geral traçada até aqui carece de um olhar mais particular sobre certos aspetos da política externa portuguesa durante o Estado Novo, tendo em conta os quatro pilares sobre os quais assentava apresentados anteriormente.

---

<sup>104</sup> OLIVEIRA, Cesar. “Oliveira Salazar e a política externa portuguesa: 1932/1968”, in Fernando Rosas, Jorge Ramos do Ó., & César de Oliveira (Eds.) *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa, Publicações Dom Quixote. 1989, pp. 74-75.

De forma cronológica abordaremos cada um deles e começamos pela relação com Espanha, durante os anos trinta.

As alterações políticas ocorridas no plano ibérico, na sequência da instauração da II República Espanhola em 1931 desequilibram as relações entre - Portugal e Espanha - muito por conta do receito de Salazar, face à orientação política de sinal contrário do novo governo de Madrid e do apoio que este poderia fornecer aos opositores portugueses ao EN. Por outro lado, o aumento de conflitualidade verificado no plano interno espanhol e que desembocaria na Guerra Civil em 1936 exigiu uma atenção redobrada da diplomacia e da política externa portuguesa. Na medida em que, se por um lado as simpáticas do governo de Lisboa encaminhavam-se no sentido de apoiar a causa franquista, por outro as exigências internacionais decorrentes da Comité de Não Intervenção na Guerra Civil de Espanha, vinculavam as autoridades portuguesas a absterem-se de fornecer ajuda militar, económica, ou de outra natureza a qualquer uma das partes. Mais à frente abordaremos o papel da intervenção portuguesa durante o conflito, tendo em conta as campanhas radiofónicas desenvolvidas pelas rádios portuguesas.

A vitória das forças nacionalistas do General Francisco Franco em 1939 afastou o perigo revolucionário e influência soviética sobre a Península Ibérica, presente nos governos republicanos, ao mesmo tempo estabeleceu as bases para um entendimento entre os dois estados ibéricos. A materialização desse novo ambiente político traduziu-se na assinatura do Tratado Luso-Espanhol de Amizade e Não-Agressão, vulgarmente referido como - Pacto Ibérico - em Março de 1939. A necessidade reiterar a neutralidade ibérica, face à eclosão da II GM, levaram à assinatura de um Protocolo Adicional em Julho de 1940.

O início da II GM obrigou as autoridades portuguesas a um reforço de atuação nos pilares fundamentais da política externa nacional. Por um lado, reforçou-se a componente não interventiva nos assuntos continentais, através da reafirmação do vocação ultramarina da nação portuguesa, ao mesmo tempo que tentava-se garantir a neutralidade espanhola, perante o conflito europeu. Reforçou-se a ligação a Inglaterra, mediante a assinatura de um acordo militar, visando o reapetrechamento das forças armadas portuguesas. Os esforços portugueses no sentido de garantir a neutralidade peninsular foram atingidos em 1943, mediante o abandono espanhol da declaração de não-beligerância para a posição de neutralidade. Esta situação coincidiu com o recuo dos exércitos alemães na Frente Leste, momento a partir do qual passam a estar na defensiva face à ofensiva dos exércitos aliados, tando a leste como a oeste.

A pressão exercida pelos Aliados (EUA e Inglaterra) sobre as autoridades de Lisboa, no sentido de permitirem a cedência de facilidade militares nas ilhas açorianas, levou a uma aproximação às potências democráticas ocidentais, nomeadamente com os EUA. Esta fase marcou o início da ligação de Portugal aos EUA.

O fim do conflito mundial e a derrota dos totalitarismos marcou o início da reorganização do sistema internacional protagonizado pelos EUA. A hegemonia inglesa no sistema internacional deu lugar à hegemonia polarizada, em torno das potências vencedoras da II GM - EUA e URSS. A organização do SI anterior à guerra em torno da Sociedade das Nações foi substituída pela criação das Nações Unidas em Outubro de 1945. As propostas democratizantes e descolonizadoras apresentadas pelos EUA no pós-guerra colidiam frontalmente com as práticas protagonizadas pelo governo de Lisboa. Ideologicamente o mundo pós-guerra é adverso ao entendimento que Salazar tem da condução dos assuntos políticos internacionais, fundamentado em princípios antidemocráticos e antiliberais. A condução da política externa portuguesa neste novo contexto procurará encaixar Portugal ao lado das potências ocidentais, ao mesmo tempo que mudanças cosméticas foram sendo realizadas internamente.<sup>105</sup>

Uma dessas iniciativas inaugurais foi “atitude pró-ativa do regime” manifestada em Agosto de 1946 de adesão à ONU, conforme bem salienta David Castaño, e que na opinião deste autor revela a “estratégia de adaptação do regime ao novo sistema internacional do pós-guerra”. Sendo Portugal membro da SN estava claro no pensamento de Salazar o interesse de Portugal pertencer à organização que lhe daria continuidade no pós-II GM.<sup>106</sup>

A pretensão portuguesa contava com o apoio dos EUA e da Inglaterra, a qual se inseria na adesão do bloco dos países neutros à ONU. Porém, o processo de adesão revelou-se mais espinhoso do que à primeira vista seria de supor. Uma vez que a transição automática da SN para a ONU não era possível, Portugal viu-se obrigado a submeter um pedido formal de adesão. A análise do pedido sujeitava-se à votação dos membros do Conselho de Segurança. Órgão composto em permanência pelos vencedores da II GM (EUA; Inglaterra; França; URSS e China), integrando rotativamente outros países. Conforme David Castaño esclarece o pedido português foi recusado pela URSS e pela Polónia, baseando-se estes países, por um lado na ausência de relações diplomáticas e por outro na proximidade do regime português ao

---

<sup>105</sup> OLIVEIRA, Cesar. “Oliveira Salazar e a política externa portuguesa: 1932/1968”, in Fernando Rosas, Jorge Ramos do Ó., & César de Oliveira (Eds.) *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa, Publicações Dom Quixote. 1989, pp. 85.

<sup>106</sup> CASTAÑO, David, “PORTUGAL e a ONU, a primeira aproximação”, *Relações Internacionais*, nº 47, Setembro 2015, pp. 9-13.

regime franquista.<sup>107</sup> A recusa serviu de argumento ao regime português quer no plano externo como interno. Externamente as autoridades portuguesas utilizaram o fato como uma tentativa de desmascarar os soviéticos no plano internacional, internamente reforçou-se a postura anticomunista defendi pelo regime. A título compensatório foi proposto que Portugal aderir-se à UNESCO, o que foi declinado por Salazar. Outra etapa da integração de Portugal no novo sistema internacional relacionou-se com o Plano Marshall 1947-1952 (ERP) ao qual adere em 1947, em termos institucionais (OECE) estando presente em todas as reuniões de Paris. Contudo prescinde dos fundos disponibilizados pelos norte-americanos para a reconstrução europeia. Só no ano seguinte as autoridades portuguesas solicitam acessos aos fundos, perante a grave crise económico-financeira que se instalou em Portugal. A recusa inicial foi apresentada aos portugueses como demonstrativa da boa financeira do país e do modo como o regime do EN contribuiu para tal. A postura do regime no decurso do processo negocial caracterizou-se por atitudes expectantes, ao mesmo tempo que ia procedendo a ajustamentos em função das circunstâncias pontuado por hesitações e alterações de rumo como refere Fernanda Rolo.<sup>108</sup>

A nova realidade da Guerra-Fria conferiu uma legitimação renovada ao regime português, por via da importância geoestratégica das ilhas açorianas, determinantes para a estrutura militar dos EUA, num futuro conflito europeu com a URSS. Em 1948 Portugal e os EUA assinam um acordo bilateral de cooperação militar, que permite a utilização militar em tempo de paz das facilidades concedidas nos Açores. Em 1949 Portugal é convidado a aderir enquanto membro fundador ao sistema de segurança atlântico em conjunto com as restantes potências ocidentais. No plano diplomático estes acontecimentos são um triunfo da diplomacia portuguesa, uma vez que no contexto ibérico cabe a Portugal a relevância que é negada a Espanha nesta fase. Todavia a adesão portuguesa aos organismos de cooperação e enquadramento internacionais criados no pós-guerra, para além da motivação política, teriam para Salazar mais uma motivação moral, na medida que representavam uma “cruzada” contra o comunismo e ascensão de Moscovo.<sup>109</sup>

Até meados da década de cinquenta a política externa portuguesa pautou-se por uma fase de abertura internacional. Podendo caracterizar-se esta fase como “um dos períodos mais

---

<sup>107</sup> *Ibidem*, pp. 27.

<sup>108</sup> ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda norte-americana (1947-1952)*, Editorial Estampa, 1994.

<sup>109</sup> MARTINS de CARVALHO, Henrique., Portugal e o Pacto do Atlântico, in SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno, *Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na fundação do pacto do Atlântico, Análise Social*, vol. XXVIII, 1993, pp. 55-80.

favoráveis da política externa do Estado Novo, que só a adesão à ONU, em 1955 virá a encerrar” segundo Severiano Teixeira.<sup>110</sup> O reverso desta abertura e da exposição internacional sobre as opções do governo de Lisboa, em matéria de política colonial, inaugurou uma fase de atrito. Primeiro com os novos países independentes da Ásia e de África, e mais tarde com parceiros e aliados. A política externa portuguesa irá ressentir-se perante o aumento do criticismo fundamentado no “princípio da contestação internacional à política colonial do regime” inaugurando uma fase de grandes dificuldades e de um crescente isolacionismo do regime português. O início da contestação armada a partir de 1961 em Angola, que se alastra à Guiné e a Moçambique, acentuam o isolamento do regime no panorama internacional.<sup>111</sup> Os últimos treze anos do Estado Novo pautam-se por reforço da opção colonial e das operações militares em África, causando um desgaste cada vez maior na política externa portuguesa.

O desbloqueio desta situação só foi possível através da intervenção militar protagonizada pelo Movimento das Forças Armadas portuguesas, que conduziram ao Golpe Militar de 25 de Abril de 1974, pondo fim ao regime do Estado Novo, abrindo caminho para o fim dos conflitos armados em África, ao mesmo tempo que tornaram possível a formação de novos estado independentes.

### 2.3.2. *As Relações com os EUA*

Uma vez abordada a política externa portuguesa ao longo das várias conjunturas políticas -Monarquia, República e Estado Novo - debruçemo-nos agora de forma mais singularizada sobre as relações políticas e diplomáticas, entre Portugal e os Estados Unidos da América. Procuraremos referenciar os principais momentos dessa relação, partindo da independência dos EUA no século XVIII, até ao fim do Estado Novo em Abril de 1974, tendo por base um conjunto alargado de estudos e trabalhos realizados por autores portugueses.

A aliança luso-britânica balizou desde sempre a política externa portuguesa, fornecendo aos governantes portugueses as linhas orientadoras, segundo as quais coordenaram as suas ações. Este critério foi válido para as três conjunturas políticas

---

<sup>110</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Entre África e a Europa: a política externa portuguesa 1890-1986”, in COSTA PINTO, António, (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000, pp. 82-83.

<sup>111</sup> *Ibidem* pp. 85.

identificadas no parágrafo anterior, tendo como limites máximos não afrontar os pressupostos da aliança entre as duas nações.

A guerra travada entre a Grã-Bretanha e as suas colónias na América do Norte, que levou à independência destas, em 4 de Julho de 1775, contou com a neutralidade das autoridades de Lisboa, pese embora as obrigações decorrentes da aliança luso-britânica e das pressões inglesas sobre o governo português. A jovem nação americana pode assim contar com o reconhecimento português da sua independência, em 15 de Fevereiro de 1783, reinava em Portugal D. Maria I. O Tratado de Paris assinado, entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América, reconheceu oficialmente a nova nação, sendo assinado a 3 de Setembro de 1783.<sup>112</sup>

As negociações e a assinatura de acordos comerciais, entre os EUA e Portugal, tiveram lugar em Londres em Abril de 1786 e foram signatários respetivamente, Thomas Jefferson, John Adams pelos EUA e Luís Pinto de Sousa Coutinho por Portugal. Porém, esses acordos nunca foram ratificados pelos respetivos governos. A possível explicação para tal fato é adiantada por Kenneth Maxwell, residindo a sua justificação nos contactos estabelecidos entre, os defensores da independência brasileira e os representantes dos EUA, em finais do século XVIII. Contudo, as relações diplomáticas entre os dois estados não foram contagiadas, em 1791 Cipriano Ribeiro Freire foi nomeado como ministro residente nos EUA representação do governo do Reino de Portugal. Por parte dos EUA foi nomeado o coronel David Humphreys que apresentou credenciais em Lisboa a 13 de Maio de 1791.<sup>113</sup>

O reconhecimento precoce das autoridades portuguesas, contrariamente ao que se poderia supor, não conferiu uma ligação privilegiada ou especial entre os dois estados. O século XIX não trouxe uma proximidade ao nível das relações oficiais, tão mais que os EUA tinham como princípio político, consagrado na Doutrina Monroe, a não intervenção nas questões europeias, a par duma política isolacionista favorável à sua própria afirmação enquanto nação soberana. É possível sintetizar as relações diplomáticas, entre Portugal e os EUA, baseando-nos nas palavras do diplomata Calvet de Magalhães: “A imagem pouco favorável de Portugal nos meios políticos e culturais americanos e no próprio público americano em geral (...), devido à sua decadência política, atraso económico e constante instabilidade governativa, aliada à tradicional relutância dos Estados Unidos em se envolverem nos assuntos europeus contribuiu certamente para que os políticos de Washington

---

<sup>112</sup> MAGALHAES, José Calvet de, *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*, Publicações Europa America, Mem Martins, 1991, pp. 11.

<sup>113</sup> MAXWELL, Kenneth, Relações entre Portugal e os Estados Unidos (1776-1820) contributos adicionais, *Revistas de Relações Internacionais* n.º 51, Setembro de 2016, pp. 75-87.

não vissem com clareza, ou sequer com interesse, as potencialidades políticas e comerciais de uma aproximação construtiva e duradoura com a monarquia portuguesa.”<sup>114</sup>

Em contraciclo com a realidade descrita no parágrafo anterior, temos a ação de Andrade Corvo, ministro dos negócios estrangeiros português no governo de Fontes Pereira de Melo, entre 1871 e 1878. Cujas compreensões da crescente importância dos EUA no panorama internacional, levou a que se tentasse uma “espécie de aliança estratégica, entre Lisboa e Washington”, derivada da posição geográfica de Portugal que se considerava como sendo a fronteira geográfica da Europa em relação ao continente americano. Nesse sentido propôs profundas alterações ao sistema comercial e colonial português, de modo a que Portugal visse a ser o “primeiro e principal empório do comércio da América com a Europa.” Permitindo a construção de um novo sistema de relações internacionais para o Estado português.<sup>115</sup>

A instauração da República em Portugal ocorreu em 5 de Outubro de 1910, a transição portuguesa por rutura -golpe militar - causou choque e apreensão, numa Europa dominada por regimes monárquicos, à exceção da França e da Suíça. O reconhecimento internacional do novo regime português não foi imediato, sucederam-se vagas de reconhecimento: primeiro foi reconhecido pelas repúblicas sul-americanas; em junho de 1911 foi reconhecido pelo governo dos EUA, após proclamação do regime republicano pela Assembleia Constituinte e finalmente em setembro de 1911 foi reconhecido pela Grã-Bretanha, seguindo-se o reconhecimento dos restantes estados europeus. A delonga no reconhecimento do novo regime português traduz por parte das principais potências, o posicionamento da principal potência da época - a Grã-Bretanha - que solicitou um conjunto de garantias formais às novas autoridades portuguesas. Ainda a propósito do posicionamento dos EUA relativamente a Portugal, convém sublinhar as apreciações de Luís Nuno Rodrigues indicando que “as relações entre Portugal e os Estados Unidos atravessavam um excelente período” na transição do século XIX para o XX.<sup>116</sup>

As relações luso-americanas conheceram novo impulso com a eclosão da I GM e após a entrada dos EUA no conflito mundial em 1917. A posição geográfica dos Açores a meio caminho, entre a Europa e os EUA, permitiu aos navios dos EUA, um ponto de escala e

---

<sup>114</sup> MAGALHAES, José Calvet de, *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*, Publicações Europa America, Mem Martins, 1991, pp. 35.

<sup>115</sup> MOREIRA de SÁ, Tiago, *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2016, pp. 235.

<sup>116</sup> RODRIGUES, Luís Nuno, “Portugal e os Estados Unidos durante a Primeira República” in MENESES, Filipe Ribeiro de, e OLIVEIRA, Pedro Aires (coords.), *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*, Tinta-da-China, Lisboa 2011, pp. 208.

reabastecimento, contrariando a hegemonia da marinha alemã no Atlântico. Neste sentido foram solicitadas e concedidas pelas autoridades portuguesas, facilidades militares à marinha dos EUA em Ponta Delgada. Todavia o fim do conflito não refletiu o empenhamento dos EUA nas causas europeias, pelo contrário, ditou o afastamento americano da Europa e o regresso às políticas isolacionista, que tinham caracterizado a política externa dos EUA durante o século XIX.

A queda da Primeira Republica portuguesa, motivada pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926 e a subsequente instauração de uma Ditadura Militar, não produziram qualquer alteração nas relações entre os dois estados, como refere Nuno Rodrigues, uma vez que não se verificou “qualquer desejo de perturbar a normalidade das relações diplomáticas entre os dois países.”<sup>117</sup>

A reaproximação e o reforço das relações luso-americanas verificaram-se novamente numa situação de conflito mundial. Após a entrada dos EUA no segundo conflito mundial em Dezembro de 1941, a posição geográfica açoriana considerada como “zona de articulação entre as margens do Atlântico”<sup>118</sup>, reassume uma importância vital para os planos Aliados. As relações bilaterais entre Portugal e os EUA conhecem um incremento a partir de Novembro de 1944, por ocasião da assinatura do acordo que concedeu a autorização para construção e utilização de uma base aeronaval na ilha de Santa Maria nos Açores. O acordo com os EUA fora precedido pelo acordo formalizado em Agosto do mesmo ano, ao abrigo da aliança luso-britânica para concessão de facilidades militares aos ingleses nos Açores, nesta caso na Ilha Terceira. Podemos assim afirmar que a entrada dos EUA nos Açores ocorreu sob os auspícios da Inglaterra e da aliança luso-britânica.<sup>119</sup> Ao mesmo tempo o acordo com os EUA marcaria o “processo de gradual integração portuguesa na esfera de influência americana”<sup>120</sup> o que inicialmente foi mal digerido por Salazar, receoso que estava sobre o papel futuro dos EUA nas questões europeias.

A inserção de Portugal na esfera americana foi contudo lenta e efetuada com precaução, inicialmente de forma bilateral e mais tarde num contexto multilateral. A primeira abordagem continha três pressupostos fundamentais para a política externa portuguesa: a

---

<sup>117</sup> *Ibidem*, pp. 216.

<sup>118</sup> MEDEIROS FERREIRA, José, “Portugal e os Estados Unidos nas duas Guerras Mundiais: A Procura do Plano Bilateral” in NUNO RODRIGUES, Luís (coord), *Regimes e Impérios: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, FLAD/IPRI, Lisboa, 2006, pp. 25.

<sup>119</sup> NUNO RODRIGUES, Luís, George Kennan e as negociações luso-americanas sobre os Açores, *Revista Relações Internacionais* n.º 4, Dezembro 2004, pp. 53-54.

<sup>120</sup> NUNO RODRIGUES, Luís, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Editorial Noticias, Lisboa, 2002, pp. 20-22.

defesa do Império; a defesa da Península Ibérica e da dualidade peninsular. Os EUA declinaram esta abordagem, uma vez que não podiam garantir as exigências portuguesas, para manterem a presença militar no Açores. A fase seguinte do relacionamento luso-americano seria conduzido no âmbito da NATO, para a qual Portugal é convidado a aderir, face ao principal ativo de que dispõem no âmbito da aliança - os Açores - e por insistência dos EUA apoiada pela Inglaterra, contando com a relutância dos restantes aliados europeus. O Tratado do Atlântico Norte foi assinado em Abril de 1949 e garantiu ao regime português a adesão ao clube dos países democráticos. A adesão portuguesa à NATO pode ainda ser caracterizada como “um importante passo na aceitação internacional do regime e do seu alinhamento pelo Ocidente no cenário bipolar que caracterizou a Guerra-Fria” conforme salienta Nuno Rodrigues.<sup>121</sup>

As relações luso-americanas pautaram-se ainda pela adesão de Portugal a outras organizações promovidas pelos EUA, como sejam o Plano Marshall, a OECE e a atribuição de bolsa a estudantes e investigadores portugueses ao abrigo do Programa Fulbright. Outro nível de inserção seria aquele que decorreu do acordo bilateral assinado em 1951, entre Portugal e os EUA, permitindo a utilização das facilidades dos Açores em tempos de paz no âmbito da NATO enquadrado num plano multilateral. A partir de 1951 e até 1954 o relacionamento luso-americano em termos militares é o que decorre do MAAG (Military Assistance Advisory Group) visando o apetrechamento das Forças Armadas para patamares de exigência e desempenho NATO, correspondendo à geração de oficiais portugueses que ficou conhecida como a “geração NATO”.

A década de cinquenta pode ser caracterizada como um período excelente nas relações luso-americanas, pese embora as desconfianças e cautelas iniciais manifestadas por Salazar, a verdade é que tudo evoluiu rapidamente, sendo a Inglaterra substituída pelos EUA enquanto potência dominante no Atlântico e nas relações com Portugal.

As mutações no relacionamento luso-americano começam a surgir timidamente em meados da década de cinquenta. As exigências indianas respeitantes à devolução dos territórios do Estado Português da Índia em 1954 e a adesão de Portugal à ONU no ano seguinte abriram as brechas iniciais. A relutância norte-americana em acompanhar o posicionamento português e fornecer o apoio diplomático solicitado por Lisboa deu lugar a desconfianças, sobre a eventual posição dos EUA face às Províncias Ultramarinas portuguesas. O entendimento de Lisboa foi expresso pelo MNE Paulo Cunha ao referir-se a

---

<sup>121</sup> *Ibidem*, pp. 23.

eventuais consequências negativas, tanto ao nível da NATO como da presença americana nos Açores, decorrentes do posicionamento dos EUA face às pressões sentidas por Lisboa.<sup>122</sup>

Contudo a presença dos EUA nos Açores foi assegurada pela assinatura de novo acordo em 1957 e celebrada pela viagem do Presidente Eisenhower a Lisboa em 1960. O embate frontal nas relações luso-americanas estaria guardado para a década de sessenta e para o presidente eleito John F. Kennedy.

O posicionamento anticolonial assumido pela nova administração norte-americana, associadas à pressão crescente exercida pela ONU em torno dos territórios sob administração portuguesa, acrescidas das pressões internas em torno da destituição de Salazar e o começo das lutas pela independência em África, marcaram o ano de 1961 como o ponto mais baixo das relações entre Portugal e os EUA. As tentativas encetadas pela administração norte-americana visando a alteração da política colonial portuguesa, aumentaram o nível de tensão das relações luso-americanas que percorreu a administração Kennedy e Johnson. O envolvimento dos EUA na Guerra do Vietnam e o agudizar das tensões Leste-Oeste, direcionaram as atenções da política externa norte-americana para os sectores, ao mesmo tempo que o conflito português travado em África entrou numa rotina pontuada por acontecimentos que mereceram destaque internacional, como a invasão da Guiné Conacri (1970) ou os massacres de Wiriamou em Moçambique (1972).

A reaproximação entre Lisboa e Washington recomeçou após a eleição de Richard Nixon a partir de 1968. Os acordos sobre a permanência dos americanos nos Açores, manidos durante a década de sessenta, sob a forma de acordo de cavalheiros, foram retomados e formalizados em 1971 cabendo a representação portuguesa ao embaixador Calvet de Magalhães. Tudo vir novamente a mudar e de forma radical, após o golpe militar de 25 de Abril.

Em conclusão o relacionamento luso-americano abrangido por este estudo manifestou-se numa altura de claro reordenamento do sistema internacional pós II GM, no qual surgiram dois polos de influência, EUA e URSS. O reordenamento daí decorrente levou à inserção de Portugal no campo ocidental, substituindo a tradicional aliança inglesa pela aliança com os EUA. Todavia a adesão à esfera de influência norte-americana, não traduzia uma completa aceitação por parte de Portugal dos princípios pelos quais se regiam os regimes democráticos ocidentais e não incutiram os novos valores anticoloniais defendidos pela

---

<sup>122</sup> *Ibidem*, pp. 28.

emergência de novos países no sistema internacional. A opção portuguesa pela defesa dos seus territórios ultramarinos seria assim o principal fator de tensão na relação com os EUA.

Apesar das limitações do próprio regime português verificaram-se evoluções, em parte espelhadas pela internacionalização das relações de Portugal no contexto internacional, sempre limitadas é certo pelas idiosincrasias inerentes a um projeto e a uma mundovisão desajustadas face às realidades circundantes.

### CAPÍTULO 3 - OS PRIMÓRDIOS DA RADIODIFUSÃO: QUADRO SÍNTESE

A partir do momento em que Reginald Aubrey Fessenden conseguiu conduzir uma experiência, onde a voz humana e a música foram transmitidas à distância, sem recursos a fios, a “*rádio acabara de ser inventada, por oposição ao telégrafo*”<sup>123</sup>. A experiência ocorreu em 1907 no Canadá e Fessenden conseguira transmitir a voz humana a uma distância de 200 milhas, cerca de 321 quilômetros.

O início da I GM colocaria em pausa os desenvolvimentos envolvendo esta nova tecnologia, primeiro na Europa e mais tarde nos EUA. A partir de 1918 ressurgiu o interesse pela rádio. No entanto faltava descortinar qual seria a utilidade social desta nova tecnologia. Assim, as primeiras emissões de rádio concentram-se na transmissão de música em locais públicos, o recetor doméstico ainda não estava em comercialização. Esta lacuna rapidamente seria preenchida, uma vez que David Sarnoff, emigrante russo nos EUA, já tinha identificado a produção de aparelhos de rádio (*telefonía*) como um novo ramo de negócio. Sarnoff integrou os quadros da Radio Corporation of America (RCA) em 1919 e mais tarde fundou a NBC - National Broadcasting Corporation.<sup>124</sup> Simultaneamente foi inaugurada a primeira emissora regular de radiodifusão, a XWA/CFCF em Montreal.

A rádio captou rapidamente a atenção dos poderes públicos, mas também das massas populares, tanto nos EUA, como na Europa. A rádio possibilitou a difusão e divulgação de mensagens numa escala sem precedentes, por comparação com a imprensa. Ler um texto escrito pressupõe capacidade de leitura e compressão, ouvir rádio pelo contrário basta possuir capacidade auditiva. A expansão da rádio deu-se depressa em 1923 existiam 525 estações emissoras nos EUA.<sup>125</sup>

Neste novo contexto surgem na segunda década do século XX inúmeras estações de rádio. Destacando-se a nível mundial a Rádio Moscovo a emitir a partir de 1922, em simultâneo com a Rádio WGY de New York, logo seguida pela BBC (*British Broadcasting Services*). Inicialmente a BBC emite para a Grã-Bretanha e posteriormente para o Império Britânico. Mas também a Alemanha, Itália, França e Portugal vão conhecer a inauguração de estações de rádio nos anos vinte, sejam de carácter comercial ou de iniciativa pública.

---

<sup>123</sup> WINSTON, Brian. *Media, Technology and Society. A History from the Telegraph to the Internet*. London, Routledge, 1998, pp. - 75.

<sup>124</sup> *Ibidem*, pp. 76.

<sup>125</sup> WU, Tim. *The Master Switch. The Rise and Fall of Information Empires*. Nova Iorque, Atlantic Books, 2010, pp - 35.

No período entre as duas guerras mundiais a emissão de “*A Guerra dos Mundos*” da autoria de H. G. Wells<sup>126</sup>, interpretada por Orson Welles,<sup>127</sup> entre outros, na Rádio CBS, levou ao pânico cerca de seis milhões de pessoas nos EUA. Uma peça de teatro radiofónico recorreu às características do radiojornalismo da época - reportagens em direto, opiniões de peritos, efeitos sonoros, som ambiente e a emoção dos supostos jornalistas - às quais os ouvintes estavam acostumados, dando a impressão de ser um acontecimento real. Ficou comprovado o poder da rádio, cuja influência era tão forte, ao ponto de causar reações imprevisíveis nos ouvintes. Em Portugal o radialista Matos Maia levou a cabo uma emissão radiofónica de características semelhantes - na Rádio Renascença - na década de cinquenta. Consta que o próprio Presidente do Concelho Oliveira Salazar estaria a ouvir a emissão e terá solicitado uma intervenção policial - o Governo Civil de Lisboa fazia paredes meias com a RR - para ver o que se passava com tão estranha emissão. O programa foi interrompido e o locutor Matos Maia passou o resto da noite nos calabouços do Governo Civil a explicar o sucedido.<sup>128</sup>

O poder de difusão da rádio será rapidamente compreendido pelos poderes em ascensão nos anos vinte e trinta do século XX. Assim comunistas e fascistas vão fazer uso amplo da nova tecnologia, por forma a estabelecerem um contacto mais rápido e direto com as massas<sup>129</sup>. As grandes comunicações passaram a ser realizadas através da rádio, podendo ser políticas, desportivas ou de eventos extraordinários. O poder da comunicação em direto suplanta a imprensa escrita.

A 13 de Março de 1938 na primeira emissão em língua portuguesa a BBC informa: “*O Senhor Hitler entrou hoje à noite em Viena, no meio de um entusiasmo formidável*”<sup>130</sup>. A Europa encontrava-se à beira de uma nova guerra mundial, a qual teria início no ano seguinte, com a invasão da Polónia pela Alemanha. Ao mesmo tempo trava-se uma guerra radiofónica na qual, os regimes autoritários faziam a promoção dos seus valores e ideais, o mesmo acontecia com países democráticos como a Inglaterra ou os Estados Unidos, porém de sinal contrário.

Neste novo contexto o novo sector de radiodifusão assumiu aspetos diversos em ambos os lados do Atlântico. Nos EUA o mercado de radiodifusão caracterizou-se por ser

---

<sup>126</sup>Escritor britânico nasceu em Bromley em 1866 e falecido em Londres em 1946.

<sup>127</sup>Cineasta e ator norte-americano nascido no Wisconsin. Faleceu em Hollywood em 1985.

<sup>128</sup>MAIA, Matos, *A Invasão dos Marcianos + 3 Fantasias Radiofónicas*, Dom Quixote, Lisboa, 2016, pp. 47-49.

<sup>129</sup>PENA RODRIGUEZ, Alberto., *O Que Parece É - Salazar, Franco, e a propaganda contra a Espanha democrática*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009.

<sup>130</sup>GOLIN, Cida e ABREU, João Baptista de (Org), *A Batalha Sonora: o Rádio e a Segunda Guerra Mundial*, Porto Alegre, Edipucrs, 2006.

aberto, concorrencial, com uma forte matriz comercial, cabendo ao Estado uma função reguladora e de supervisão, patente na criação em 1934 da FCC - Federal Communications Commission. Na Europa foram os Estados a liderar o processo de criação de estações de rádio, a política radiofónica era restritiva face à iniciativa privada. Em Inglaterra a *BBC -British Broadcasting Corporation* fundada em 1922, cujo serviço internacional ganhou notoriedade durante a Segunda Guerra Mundial, junto dos povos da Europa ocupada pelas forças nazis, mas também em Portugal onde era conhecida como a “*Voz de Londres*”<sup>131</sup> Em Itália fundou-se a *União da Rádio Italiana* em Agosto de 1924, mais tarde em 1927 foi criada a *Ente Italiano Autone Radiofoniche*<sup>132</sup> reforçando o controlo estatal sobre o sector. Na Alemanha fundou-se em 1925 a *RRG - Reichs Rundfunk Gesellschaft*, a ascensão de Adolfo Hitler ao poder em 1933, transformou a emissora numa das principais armas de propaganda ao serviço do regime alemão.

### 3.1 RÁDIOS EM PORTUGAL: ESTADO E PRIVADOS

Também em Portugal surgiram emissoras de radiodifusão a nível local, regional e nacional. A princípio fruto da iniciativa particular ao longo da década de vinte e posteriormente por determinação governamental. Disso mesmo deu conta o decreto nº 17.899 de 27 Janeiro de 1930, estipulando no artigo 1º o monopólio estatal sobre os serviços de radiodifusão, porém ressaltando a possibilidade de concessões futuras mediante concurso público.

Assim a década de trinta marcou em Portugal a inauguração do RCP - Rádio Clube Português (1931), resultando do crescimento do Rádio Club Costa do Sol, propriedade de Jorge Botelho Moniz, oficial do Exército e participante no 28 de Maio de 1926. A EN - Emissora Nacional será constituída através do decreto-lei nº 22.783, de 29 de Junho 1933, começando a emitir em Agosto de 1935. O primeiro diretor da empresa foi o capitão Henrique Galvão - antigo sidonista e futuro opositor de Salazar - na cerimónia de inauguração Galvão sintetiza a missão da nova instituição: “*Em resumo: a Emissora Nacional, realização do Estado Novo, é hoje como mais um soldado que se alista, uma força ao serviço do Estado*

---

<sup>131</sup>RIBEIRO, Nelson Costa, *Salazar e a BBC na Segunda Guerra Mundial: Informação e Propaganda*, Lisboa, Almedina, 2014, pp - 119.

<sup>132</sup>*Ibidem*, pp - 39.

*Novo*<sup>133</sup>. Na mesma cerimónia o Presidente Carmona frisou no seu discurso a importância da rádio para a “*ligação da Metrópole com os nossos domínios coloniais, indispensável pelo seu grande alcance nacional e social*”<sup>134</sup>. O mote estava lançado, a rádio contribuiria para consolidar a noção de Império tão cara ao Estado Novo.

Também a Igreja Católica viu uma oportunidade nesta nova tecnologia e assim surgiu a ideia de criação de um emissor de radiodifusão. A ideia foi inicialmente exposta na revista ilustrada *Renascença*, pelo jornalista Zuzarte Mendonça: “*Muitas são já em Lisboa as estações emissoras. Mas os católicos não possuem ainda a sua, e só com extrema dificuldade e por especial favor podem recorrer a uma ou outra para se fazerem ouvir [...] Compreendem os leitores sem esforço as incalculáveis vantagens que uma estação nossa nos traria a todos?*”<sup>135</sup> A Rádio *Renascença* deu início às emissões regulares a 01 de Janeiro de 1937 em onda curta e média.

Conforme refere Nelson Rodrigues seria “*através da rádio que uma parte significativa da população passou a ter conhecimento do que se passava nas várias regiões do país*” tendo em conta o seu carácter imediato e universal, que podia ser escutado por todos, inclusive os analfabetos.<sup>136</sup> Nos anos iniciais da atividade da EN, as opções de Salazar em matéria de radiodifusão, longe de gerar consensos, seriam uma das causas da vulgarização da escuta das emissoras estrangeiras, incrementadas pelo eclodir da II GM, conforme aponta Ribeiro.<sup>137</sup> Porém, segundo o mesmo autor, as três emissoras (RCP; RR e EN) contribuíram para a disseminação do ideário salazarista na sua fase inicial, quer fosse através das transmissões de cerimónias oficiais, menções à obra do governo ou palestras, onde era enaltecido o papel de Oliveira Salazar por contraponto aos governos republicanos que lhe antecederam. Estava deste modo definido o panorama radiofónico português, o qual não sofreu grandes alterações até 25 de Abril de 1974.

Porém, a prova de fogo da rádio portuguesa ainda estava para acontecer. O conflito espanhol que opôs a Frente Popular, democraticamente eleita, às forças rebeldes do General Francisco Franco, considerado por muitos autores, como a antecâmara do conflito europeu que foi a II GM, contou com o apoio português a vários níveis. Sendo que o que nos interessa

---

<sup>133</sup>TORGAL, Luís Reis, *Estados novos, estado novo: ensaio de história política e cultural*, Vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

<sup>134</sup>*Ibidem*.

<sup>135</sup>Consultado em <https://rr.sapo.pt/especial/80687/renascenca-a-historia-de-80-anos-de-radio> a 09/04/2019.

<sup>136</sup> RIBEIRO, Nelson, A política radiofónica do Estado Novo (1933-1945) in GARCIA, José Luís, ALVES, Tânia e LEONARD, Yves, *Salazar, o Estado Novo e os Media*. Lisboa, Edições 70, 2017, pp-50.

<sup>137</sup> *Ibidem*, pp. 51.

aqui conhecer é, o papel da rádio e o seu contributo para a guerra hertziana no contexto peninsular.

O panorama radiofónico português nos anos trinta cingia-se a três rádios com cobertura nacional: a estação oficial - Emissora Nacional - encarregue de transmitir a posição oficial do governo português. A Radio Renascença destinada a ser uma emissora da Igreja Católica e por isso mais afastada do tratamento de temas políticos. Por fim, o Rádio Club Português, propriedade do capitão Botelho Moniz, cuja intervenção no conflito espanhol foi intensa e como refere Pena Rodriguez “*seria recompensado com inúmeros atos de homenagem organizados pelos vencedores*”<sup>138</sup>. Ainda sobre as estações radiofónicas portuguesas, tanto a EN como o RCP, são consideradas pelo mesmo autor como: “*autênticas trincheiras de combate na luta propagandística com as emissoras leais a Madrid e Barcelona.*”<sup>139</sup>

Por outro lado, o conflito espanhol obrigou as emissoras portuguesas a um rápido crescimento, expresso e materializado, através do aumento do número de horas de emissão, da aquisição de novos equipamentos, incluído meios móveis para conduzir emissões de exteriores ou a emissão de programas realizados especificamente para os ouvintes espanhóis. Neste particular o RCP foi o que se destacou mais, uma vez que a sua atuação em prol das hostes franquistas em nada comprometia a posição oficial, uma vez que se tratava de uma emissora particular. Na década de cinquenta o próprio General Franco encarregar-se-ia de conceder condecorações, aos responsáveis portugueses pelas emissões do RCP, em reconhecimento da ajuda prestada. Neste sentido as capacidades de radiodifusão portuguesas, bem como os seus técnicos, estavam familiarizados com os usos da propaganda por via da radiodifusão.

Em paralelo com a expansão da rádio em Portugal, a expansão radiofónica europeia ocorreu num período particular, ou seja, é concomitante com a emergência dos fascismos na Europa. Em Portugal, o regime do Estado Novo, inaugurado em março de 1933 insere-se nessa vaga de autoritarismo que percorreu o continente europeu. Reconhecendo no novo meio de comunicação o instrumento ideal para conduzir a propaganda do regime, ao mesmo tempo que reforça a atuação da censura e cria o SPN - Secretaria da Propaganda Nacional, dirigido pelo jornalista António Ferro. Como refere Pena Rodriguez nesta fase inicial dos anos trinta “*o SPN, bem como a Emissora Nacional trabalhavam sob a supervisão da Presidência do*

---

<sup>138</sup>PENA RODRÍGUEZ, Alberto, *O Que Parece É - Salazar, Franco e a propaganda contra a Espanha democrática*, Lisboa, Tinta-da-china, 2009, pp-65.

<sup>139</sup> *Ibidem*, pp. 66-67.

*Conselho, ou seja, de Oliveira Salazar.*”<sup>140</sup> Se por um lado a máquina do SPN se dedicou a criar uma narrativa favorável ao EN, a Censura evitou a publicação ou divulgação de visões contrárias, exercendo um forte controlo sob a imprensa e a rádio.

Atmosfera diferente e mais desanuviada, foi aquele que se construiu no então Ultramar Português em matéria de radiodifusão.

Tanto em Angola como em Moçambique, a emergência da rádio foi fruto da iniciativa privada, em especial dos rádio clubes, remontando aos anos trinta. O governo central marcava presença através da Emissora Oficial de Angola, contudo revestida de um carácter mais institucional. O dinamismo das economias coloniais, em particular de Angola, em finais dos anos cinquenta, levou ao incremento do campo publicitário explorado pelas rádios e sua fonte de recursos. Em Moçambique a forte influência sentida pela vizinhança com a África do Sul e a então Rodésia, introduziu alinhamentos programáticos distintos dos produzidos na metrópole. Porém, seria o eclodir da Guerra Colonial que marcaria o crescimento e a expansão das rádios em espaço colonial. Por último, a ausência do meio televisivo, no espaço colonial teve como consequência a exploração em maior profundidade das potencialidades oferecidas pela rádio. Todos os aspetos acima expostos podem ser conhecidos em maior profundidade através dos estudos de Sílvia Torres.<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup>*Ibidem*, pp.41.

<sup>141</sup> TORRES, Sílvia. *O Jornalismo Português e a Guerra Colonial*, Lisboa, Guerra & Paz, 2016, pp. 53-59.

## **CAPÍTULO 4 - A DIMENSÃO RADIOFÓNICA DA GUERRA-FRIA: UMA VISÃO GERAL**

A derrota das potências do Eixo em 1945 inaugurou uma reformulação e reorganização do sistema internacional e conseqüentemente novas estratégias de propaganda, ligadas à disseminação dos valores representados, pelos EUA e pela URSS, entre os seus aliados e opositores. A tecnologia de radiodifusão colocada à disposição das duas superpotências abriu espaço, a combates hertzianos, especialmente na Europa durante a Guerra-Fria. O início da década de cinquenta foi marcado pela criação de estações de rádio, cujo objetivo principal centrou-se nesse combate - RFE-Radio Free Europe (1949) e da RL-Radio Liberty (1953) - inserem-se neste combate. O mesmo se passou no campo soviético com a Rádio Moscovo.

As emissões radiofónicas e o uso intensivo da propaganda no pós-II GM fizeram parte de um conjunto de opções estratégicas, no âmbito da política externa norte-americana. Tendo como objetivo conter a ameaça comunista, sobre a Europa, em conformidade com a visão de George F. Kennan. A estratégia assentava em dois pilares: por um lado fortalecer a Europa Ocidental, de modo a desencorajar tentativas soviéticas de carácter expansionista; por outro exercer pressão junto dos países da Europa Central e Oriental de modo a contrariar a hegemonia soviética nesses territórios. Na visão geral de Kennan a implementação de tal estratégia percorria todas as esferas do poder: militar (NATO); económico (Plano Marshall); diplomático e também ao nível da comunicação social.<sup>142</sup>

O suporte institucional e financeiro para implementar os emissores de rádio, foi fornecido através do Comité Nacional para uma Europa Livre (NCFE), rebatizado mais tarde de Comité Europa Livre (FEC) e pelo Comité Americano de Libertação do Bolchevismo (Amcomlib). Ambos sob a orientação de Frank Wisner, responsável pelo Escritório de Coordenação Política (OPC) - agência criada em 1948, no âmbito das operações psicológicas e incorporada na CIA no início dos anos cinquenta - a afluência de figuras importantes no panorama político e financeiro norte-americano, foi determinante para obtenção de apoios e fundos, durante as décadas de cinquenta e sessenta.<sup>143</sup>

---

<sup>142</sup> George F. Kennan, "The Inauguration of Organized Political Warfare," April 30, 1948, History and Public Policy Program Digital Archive, National Archives and Records Administration, Record Group 59, Entry A1 558-B, Policy Planning Staff/Council, Subject Files, 1947-1962, Box 28. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/208714> Consulta 02/02/2019.

<sup>143</sup> General CIA Records; CIA-RDP80B01676R004000070012-0; Crusade for Freedom European Trip October 20 to 29, 1954 to Radio Free Europe Sponsored by the American Heritage Foundation; Disponível em <https://www.cia.gov/library/readingroom>. Consulta 11/06/2019.

O racional por detrás das emissões de rádio para os países sob influência soviética e mesmo para a própria URSS, baseava-se na constituição de uma alternativa credível ao nível da informação, apresentando-se aos ouvintes como emissores de cariz local, porém a emitir do exterior, e por isso sem sujeição a qualquer tipo de censura ou condicionamento. As línguas utilizadas seriam as dos países recetores, uma vez que todas as emissões eram garantidas por refugiados desses países, contribuindo para uma maior difusão e penetração das matérias difundidas.

Porém, duas linhas orientadoras conduziram a política americana nesta matéria, tendo em conta qual deveria ser o papel assumido pela RFE: revolucionário ou evolucionista. A visão revolucionária proponha uma política libertadora para os povos da Europa de Leste, sob influência soviética, na linha do que era proposto pelo Secretario John Foster Dulles. As emissões iniciais da RFE faziam eco dessa visão, clamando pela libertação dos países da Europa de Leste do jugo soviético.

No campo evolucionista a proposta assumia um sentido mais gradual, sem causar atritos desnecessários com a URSS, sendo por isso contrárias às tentativas subversivas ou de alteração súbita das relações de poder. Escudavam-se na necessidade de reforço militar americano em solo europeu, por forma a respaldar qualquer tentativa insurrecional por meio da propaganda veiculada pela RFE: “Mantendo sua oposição básica ao sistema soviético e continuando a declarar seus males: mas enfatizando mudanças evolutivas em vez de revolucionárias. Ao mesmo tempo, deixar claro que, embora os EUA estejam determinados a proteger seus interesses vitais de segurança pela força, se necessário, ela não procura impor suas ideias de governo à URSS pela força.”<sup>144</sup>

A chegada do General Eisenhower à presidência dos EUA inaugurou uma abordagem nova, relativamente ao modo de lidar com o campo socialista. Os decisores em Washington tomam consciência de que a Guerra-Fria não seria ganha de forma rápida e muito menos através do poder militar. As armas a utilizar e os soldados envolvidos nesse combate seriam de natureza diferente dos conflitos clássicos. Ainda distante da conceptualização de “*Soft Power*” proposta e desenvolvida por Joseph S. Nye Jr.<sup>145</sup> nos anos oitenta, ainda assim tornava-se claro que o combate seria travado por outros meios para além do militar. A revolta na Hungria em 1956 e “Primavera de Praga” em 1968 foram confirmados *à posteriori* como,

---

<sup>144</sup>National Security Council, “*Exploitation of Soviet and Eastern European Vulnerabilities*”, NSC 5505/1, January 31, 1955. Departamento de Estado, arquivos S / S - NSC : lote 63 D 351, série NSC 5505. Disponível em: [www.history.state.gov](http://www.history.state.gov).

<sup>145</sup>NYE Jr, Joseph S. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York. Public Affairs, 2004.

excelentes “campos de batalha” para os profissionais da RFE. A guerra psicológica privilegiou a utilização da propaganda em larga escala, como forma de desacreditar, não só os soviéticos, mas também os governos dos países satélites da URSS, dando um apoio claro às oposições internas no sentido de derrubarem aquilo, que no ocidente era considerado governos marioneta. A propósito da atuação da CIA enquanto alter-ego da RFE, A. Ross Johnson, apresentou uma análise detalhada e documentada na sua obra.<sup>146</sup> Os efeitos do trabalho desenvolvido pela RFE na longa duração foram fortes, ao ponto de causarem impacto, tanto ao nível das elites, como da opinião pública dos países da Europa de Leste. Disso mesmo deu testemunho o Presidente Vaclav Havel:

*“Mais importante é o que a Rádio Europa Livre significou para o nosso país. Ao longo dos longos anos do comunismo, a Rádio forneceu a única via para o livre intercâmbio de informações, para o jornalismo livre e também a única, ou melhor, a principal fonte de comunicação entre a oposição em casa com o público, a sociedade em geral e a nação. Acredito que a nossa Sociedade deve à imensa gratidão da Radio Free Europe pelo papel que desempenhou no passado.”*<sup>147</sup>.

Por outro lado, o esforço realizado pela URSS e pelos países de Leste na utilização de contramedidas, visando dificultar, ou, até mesmo impossibilitar, as transmissões radiofónicas da RFE, é indicador do sucesso conseguido. Nesse esforço de silenciar a RFE destacamos os atentados à bomba, contra as instalações de Munique nos anos 80. O mesmo aconteceu no Centro Emissor da Glória em 1985, ano da visita a Portugal do Presidente Ronald Reagan, sem que contudo se tivesse estabelecido uma ligação entre ambos os atentados.<sup>148</sup>

Uma coisa porém, parece certa, o “*combate hertziano*” levada a cabo durante a Guerra-Fria, terá permitido fornecer um contributo para a “*vitória*” do modelo ocidental, sem o aumento dos riscos ao nível da segurança das nações europeias e com um custo bastante mais reduzido face a outras opções.

---

<sup>146</sup>Johnson, A. Ross. *Radio Free Europe and Radio Liberty - The CIA Years and Beyond*, Stanford University, Woodrow Wilson Center Press, 2010.

<sup>147</sup> HAVEL, Vaclav. Disponível em [www.vaclavhavel-library.org](http://www.vaclavhavel-library.org). Consultado em 05/12/2017.

<sup>148</sup> Entrevista realizada pelo autor ao Eng. Filipe Ventura. Gravação captada na Glória do Ribatejo em 08/12/2017.



## **CAPÍTULO 5 - A SOCIEDADE ANÓNIMA DE RÁDIO RETRANSMISSÃO S.A.R.L. (RARET)**

O presente capítulo aborda diretamente o tema da investigação, ou seja, a Sociedade Anónima de Rádio Retransmissão S.A.R.L. - RARET, enquanto empresa portuguesa constituída em parceria entre, as autoridades portuguesas e o NCFE, o que por sua vez possibilitou a presença da RFE em Portugal ao longo de quarenta e cinco anos. Em consulta aos registos da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e do cartório notarial do Dr. Facco Viana, onde foi lavrada a escritura, ficamos a conhecer a data de constituição da empresa - 10 de Abril de 1951 - porém, em termos públicos o seu anúncio em Diário do Governo ocorreu em 20 de Abril de 1951.

A necessidade de contextualização histórica força-nos a recuar ao ano de 1948 e à publicação do memorando de George F. Kennan “*Organizing Political Warfare*”<sup>149</sup> a 30 Abril de 1948 e prolonga-se até 27 Maio de 1963, data do anúncio em Nova Iorque da renovação do acordo entre, NCFE/REF e as autoridades portuguesas. Entre estes dois momentos tiveram lugar os acontecimentos, que colocaram Portugal no epicentro da “*guerra hertziana*” travada entre os, EUA e a URSS, no contexto da Guerra-Fria.

A perceção norte-americana acerca da crescente influência soviética na Europa Central e de Leste, estendendo-se perigosamente à Europa Ocidental, os casos de França e Itália, onde a possibilidade real de ascensão dos partidos comunistas, por via eleitoral, a posições nos governos desses países, afigurou-se a certo ponto como uma possibilidade real. Levando os responsáveis norte-americanos a desenvolver esforços, no sentido da contenção dessa mesma ameaça. O memorando de Kennan endereçado ao NSC esboça a criação de comités nacionais de exilados, provenientes dos países sob tutela soviética, os quais em estreita relação com as autoridades norte-americanas e sob sua supervisão, ficariam encarregues de desenvolver atividades específicas para minimizar a influência soviética. A materialização de tais propostas de Kennan foi discutida a 26 Agosto de 1948<sup>150</sup>. Decidiu-se criar organizações filantrópicas para patrocinar emissões radiofónicas e outras atividades dos exilados da Europa Central e Oriental. O organismo responsável por desenvolver e aplicar os pressuposto enunciados por

---

<sup>149</sup> Administração Nacional de Arquivos e Registos, Grupo de Registos 59, Entrada A1 558-B, Equipa de Planeamento de Políticas / Conselho, Arquivos de Assunto, 1947-1962, Caixa 28.

<sup>150</sup> “*Autoridades do governo dos EUA discutem emigrados para a Europa Oriental*”, 26 de agosto de 1948, Arquivo Digital do Programa de Políticas Públicas e História, Obtido para o CWIHP por A. Ross Johnson. Citado no livro *Radio Free Europe and Radio Liberty - The CIA Years and Beyond*, Ch1 pp.13, documento de revisão de desclassificação obrigatória número C05458947 da CIA.

Kennan seria NCFE. Fundado em Junho de 1949 na cidade de Nova Iorque pelos antigos embaixadores Joseph Grew e Dewitt C. Poole e tendo como presidente Allen Dulles<sup>151</sup>.

No ano seguinte os americanos em conjunto com um grupo de exilados previamente selecionados, começam a emitir a partir da zona de ocupação americana em território alemão. A proximidade física dos alvos a atingir pelas emissões radiofónica, rapidamente revelou os seus inconvenientes. Em especial a interferência produzida pelos emissores dos países da Cortina de Ferro, mas também o receio com atentados e manobras de sabotagem sobre os próprios emissores. Assim a preocupação dos responsáveis do NCFE/REF centrou-se em encontrar um lugar alternativo e complementar às instalações situadas na Alemanha, para conseguirem ultrapassar as adversidades. Solicitaram um estudo à firma A.D. Ring de Nova Iorque visando encontrar a melhor localização possível para os fins em vista. O recuo para o território mais ocidental da Europa - Portugal - permitiu aproveitar ao máximo a curvatura natural da Terra, fundamental para a transmissão em onda curtas (decamétricas), uma vez que estas dependem camada superior da atmosfera (ionosfera) para percorrerem longas distâncias.

Ao conceder a licença de radiofusão à NCFE/RFE para emitir a partir do território português, as autoridades portuguesas disponibilizam os meios humanos necessários, permitindo a utilização do espaço radioelétrico nacional, por uma entidade estrangeira, o que contribuiu para o êxito da RFE, expressa no memorando de John Richardson cuja *“feliz associação entre dois países -Portugal e os Estados Unidos”* se desejava que perdurasse *“por muitos anos”*. A conclusão do diretor da RFE, John Richardson, ficou expressa num memorando interno, após visita às instalações da RFE e da RARET em 1962. Espelhava deste modo a aliança, entre Portugal e os EUA, na contenção ao expansionismo soviético na Europa.<sup>152</sup>

## 5.1 O CONCEITO DE GUERRA TOTAL EM TEMPOS DE PAZ

A aliança do tempo da guerra entre, EUA, Inglaterra e URSS, estavam a conhecer um desgaste rápido nos anos do pós-guerra. Nos finais de 1945, os americanos solicitaram aos soviéticos espaços de emissão radiofónica na Berliner Rundfunk, única emissora existente em Berlim, que se encontrava fisicamente no sector soviético. Os soviéticos declinaram a pretensão americana, pelo que os americanos decidiram construir a sua própria emissora, a

---

<sup>151</sup> PRADOS, John, *Safe for Democracy: The Secret Wars of CIA*, Chicago, Ivan R, Dee Publisher, 2006, pp. 47.

<sup>152</sup> Arquivo Oliveira Salazar - AOS-ANTT Arquivo Salazar, CM-3, Cx. 59, capilha 3. Atividade da RARET - Sociedade Anónima de Rádio-retransmissão. Memorando enviado ao Free Europe Committee em 1962 pelo Presidente da RFE John Richardson Jr.

Rundfunk im Amerikanischen Sektor, ou RIAS. O impacto da RIAS sobre a população de Berlim foi testado durante o bloqueio à cidade pelas forças soviéticas, entre Junho/1948 e Maio/1949 e mais tarde na revolta de 1953 ocorrida em Berlim Leste<sup>153</sup>. As lições apreendidas em Berlim através da utilização da RIAS serviram de modelo ao modo de funcionamento da RFE conforme afirma Arch Puddigton<sup>154</sup>

A fim de situar o convite feito às autoridades portuguesas para aderir à iniciativa norte-americana promovida pelo NCFE, convém recuar até ao ano de 1948, altura em que George Kennan estabeleceu os modos de atuação norte-americana para conter o que a administração norte-americana considerava a ameaça soviética na Europa no pós II GM.

A diretiva de George Kennan de 30 de Abril de 1948 indicou quais as medidas de atuação possíveis para atingir os objetivos dos EUA de acordo com a Doutrina Truman. Estas podiam variar desde a aliança política, a medidas de carácter económico como o ERP<sup>155</sup>, propaganda branca, apoio clandestino de elementos estrangeiros considerados amigáveis, até à utilização de propaganda negra e mesmo ao encorajamento de ações clandestinas em estados considerados hostis. A direção e coordenação das atividades no âmbito da diretiva da “*political warfare*” estavam subordinadas ao Departamento de Estado, enquadrando-se nas atividades da política externa norte-americana. Neste âmbito e ainda de acordo com a mesma diretiva, coube ao Policy Planning Staff do Dept. de Estado a elaboração/sugestão de modos de atuação considerando três níveis de ação:

1)Comités de Libertação cuja principal tarefa seria a de acolher refugiados políticos provenientes da URSS ou dos países satélite, providenciando o estímulo e a esperança para resistir ao domínio soviético e em caso de guerra fomentar a formação de núcleos de resistência local;

2)Atividades clandestinas para lá da Cortina de Ferro: preconizavam a manutenção de contactos e o apoio a movimentos clandestinos que resistiam à dominação do Kremlin;

3)Apoio a Elementos Não Comunistas nos países do Mundo Livre: fortalecendo os elementos que combatessem na resistência ao avanço soviético e onde tal se revelasse uma ameaça à segurança nacional dos EUA.

---

<sup>153</sup> SCHLOSSER, Nicholas J., *Creating an 'Atmosphere of Objectivity': Radio in the American Sector, Objectivity and the United States Propaganda Campaign against the German Democratic Republic, 1945-1961*, German History, Vol. 29, Nº 4, pp. 610-627.

<sup>154</sup> PUDDINGTON, Arch, *Broadcasting Freedom - The Cold War Triumph of Radio Free Europe and Radio Liberty*, University Press of Kentucky, 2000.

<sup>155</sup> Economic Recovery Plan - Plano Marshall.

A Doutrina Truman segundo a qual os EUA assumiam o compromisso de “*defender o mundo livre contra a ameaça comunista*” estava a ser operacionalizada muito para além das capacidades de defesa militar estrita. À sociedade como um todo caberia o papel de defender um tipo de organização socioeconómica, em suma um estilo de vida, ou seja, o “*american way of life*”. O memorando de Kennan endereçado ao NSC esboça a criação de comités nacionais de exilados provenientes dos países sob tutela soviética, os quais em estreita relação com as autoridades norte-americanas e sob sua supervisão, ficariam encarregues de desenvolver atividades específicas para minimizar a influência soviética. A materialização das propostas de Kennan foram discutidas em 26 Agosto de 1948<sup>156</sup>, tendo-se decidido criar organizações filantrópicas para patrocinar emissões radiofónicas e outras atividades dos exilados da Europa Oriental.

A 18 de Junho de 1948 o NSC 10/2 consagra a CIA como a agência governamental responsável pela componente operacional da “*political warfare*”, criando para esse efeito um novo departamento - *Office of Special Projects* - posteriormente *Office of Policy Coordination* (Setembro/1948). O responsável por este novo departamento foi Frank Wisner, um veterano da OSS durante a II GM, no teatro de operações europeu.

A função principal do NCFE consistia em enquadrar os exilados provenientes da URSS e países satélites espalhados pela Europa ocidental, no contexto mais vasto da “*political warfare*”, garantindo a essa comunidade exilada os meios necessários e as plataformas possíveis, para combater e conter a ameaça e o controle soviético nos seus países. Uma dessas plataformas foi a Radio Free Europe. A RFE era uma das quatro divisões do NCFE, sendo as restantes três:

- 1) National Councils Divisions;
- 2) American Contacts Divison;
- 3) Middle European Studies Center<sup>157</sup>.

As autoridades portuguesas aderiram aos pressupostos enunciados pela política externa norte-americana de combate ao comunismo e expansionismo soviético, através da

---

<sup>156</sup> Autoridades do governo dos EUA discutem emigrados para a Europa Oriental", 26 de agosto de 1948, Arquivo Digital do Programa de Políticas Públicas e História, Obtido e contribuído para o CWIHP por A. Ross Johnson. Citado no livro *Radio Free Europe e Radio Liberty - The CIA Years and Beyond*, Ch.1 p-13, documento de revisão de desclassificação obrigatória número C05458947 da CIA.

<sup>157</sup> Survey Report of Sociedade Anónima de Radio Retransmissão (RARET) Lisbon, Portugal. Sig Mickelson Papers 1950-1995 in Stanford University - Hoover Institution, Collection 82074, Box 6, Portugal Radio Retransmissão Sociedade Anónima de Rádioretransmissão, pp. 2-3.

concessão de facilidades de radiodifusão, a partir do território português, favorecendo o aumento das capacidades dos EUA para travar esse combate como a seguir se verá.

## 5.2. CONVITE E ADESÃO EM 1951

A RFE iniciou as emissões a partir de Munique, Biblis e Holzkirchen, no sector americano da Alemanha ocupada, no dia 4 de Julho de 1950 em onda curta e média. Os alvos das emissões eram os países da Cortina de Ferro. As emissões eram conduzidas por naturais desses países sob supervisão norte-americana.

Baseado no pressuposto de que os ouvintes desses países seriam tão recetivos às emissões radiofónicas, quanto eram os ouvintes americanos, assumindo que a programação captasse o imaginário e enraizada no gosto popular, seria então possível emitir conteúdos tais como notícias, comentários de atualidades, teatro radiofónico, mensagens de exilados, entre outras matérias, incluindo subliminarmente críticas ao modelo soviético e propaganda anticomunista. A interferência radioelétrica proveniente dos emissores soviéticos foi o grande obstáculo a esta estratégia, pelo que havia de contornar e ultrapassar essa situação.

A potência dos emissores da RFE na Alemanha permitiam a transmissão de programas em onda média e curta, para a Checoslováquia e Polónia e mais tarde para a Bulgária. Contudo a interferência causada pelos emissores soviéticos e dos países alvo das emissões radiofónicas da RFE, colocavam obstáculos sérios, comprometendo a eficácia das emissões, revelando a necessidade por uma localização mais adequado. Urgia transpor essa realidade rapidamente. Nesse sentido foi encomendado à firma de consultadoria A. D. Ring, um estudo, com o objetivo de identificar localizações alternativas e complementares, visando melhoraria das condições de radiodifusão por forma a atenuar a interferência soviética.

O estudo identificou três áreas na Europa ocidental e Norte de África que reuniam as condições desejadas para os novos emissores da RFE. A localização ideal identificada pelos engenheiros americanos foi o território português, incluindo os Açores, seguida da zona ocidental de Espanha e noroeste de Marrocos. Inicialmente as razões de ordem técnica como a localização e as condições de emissão, foram o foco dos engenheiros. Porém, as razões de natureza política também faziam parte da equação, nomeadamente o tipo de programação emitida pela RFE, que certos países podiam não querer associar-se e ainda as relações diplomáticas dos EUA com os possíveis países hospedeiros. Após análise do relatório pelos responsáveis do NCFE, a escolha recaiu sobre Portugal, uma vez que reunia todas as condições anteriormente referidas favoráveis à instalação dos emissores. Ainda de acordo

com o relatório técnico da A. D. Ring, a escolha de Portugal teve em conta o sentimento anticomunista vigente no país, a estabilidade governativa, o nível razoável das infraestruturas, bem como o fácil acesso a Lisboa por mar ou ar<sup>158</sup>.

No memorando de 22 de Novembro de 1950 endereçado ao diretor da CIA, pelo responsável da OPC - Frank Wisner - este informou qual o ponto de situação da RFE após cinco meses de emissão e quais os desenvolvimentos futuros previstos para a emissora. No ponto h) do memorando informou sobre a localização da nova estação emissora da RFE, prevista para Portugal ou para os Açores<sup>159</sup>. O passo seguinte seria a consulta às autoridades portuguesas, testando a sua sensibilidade face às intenções norte-americanas de instalar uma estação retransmissora da RFE em Portugal.

A 19 de Dezembro de 1950 o embaixador americano em Lisboa, Lincoln MacVeagh foi recebido pelo Presidente do Conselho Oliveira Salazar, a quem transmitiu informalmente o interesse americano acerca das atividades da RFE, bem como solicitou a colaboração portuguesa para a instalação em território português de emissores da RFE, mediante o estudo anteriormente referido. O embaixador tinha como missão aferir a sensibilidade do governo português face às pretensões americanas, sendo que estas seriam posteriormente transmitidas a Washington. Apresenta como argumentos positivos a ausência de encargos por parte do governo português com a operação em causa e termina frisando: “o interesse comum das nações do Oeste em quebrar, tanto quanto possível, a muralha psicológica e cultural erigida pelo regime soviético entre os seus satélites desgraçados e o mundo livre”<sup>160</sup>.

O contacto direto com o chefe do governo português reflete a importância que os americanos atribuíam ao trabalho desenvolvido pela RFE no contexto da Guerra-Fria e ao mesmo tempo colocou Portugal no epicentro da guerra de propaganda enunciada no memorando “*political warfare*” de George Kennan de 1948.

---

<sup>158</sup> Survey Report of Sociedade Anonima de Radio Retransmissão (RARET) Lisbon, Portugal. Sig Mickelson Papers 1950-1995 in Stanford University-Hoover Institution, Collection 82074, Box 6, Portugal Radio Retransmissão Sociedade Anónima de Rádioretransmissão, pp. 4-5.

<sup>159</sup> Wisner Update on Radio Free Europe," November 22, 1950, History and Public Policy Program Digital Archive, Obtained and contributed to CWHIP by A. Ross Johnson. Cited Ch1 n39 in his book Radio Free Europe and Radio Liberty, CIA mandatory declassification review document number MORI 1137561.

<sup>160</sup> Arquivo Oliveira Salazar - ANTT. AOS-ANTT, Arquivo Salazar, CM-3, Cx. 59, capilha 3. “*Aidé Memorie*” elaborado após visita embaixador EUA Lincoln MacVeagh ao Presidente do Conselho O. Salazar. O embaixador expõe sucintamente a atividade da RFE, ao mesmo tempo solicita a adesão das autoridades portuguesas ao projeto dos EUA e autorização para construção emissores/RFE em Portugal.

Da reunião entre o embaixador norte-americano e Oliveira Salazar não se conhece mais documentação, para além do “Aide Memoire” elaborado na altura e incluído nos anexos da presente dissertação. Porém, conhecem-se as suas consequências.

Em Janeiro de 1951 chegou a Lisboa o representante do NCFE, H. Gregory Thomas, incumbido de negociar com o governo português os termos da licença de concessão e todas as questões de ordem prática necessárias ao funcionamento da operação da RFE em território português.

H. Gregory Thomas ex-membro do OSS, precursor da CIA, destacado em Lisboa durante a II GM, atuando sob a designação de adido comercial e económico, retomou os contactos estabelecidos durante a guerra com figuras proeminentes da sociedade portuguesa. Abordou inicialmente o banqueiro Ricardo Espirito Santo, seu velho conhecido, com o intuito de conseguir uma via de acesso facilitada ao Presidente do Conselho no que foi bem-sucedido<sup>161</sup>. A este propósito os testemunhos de Thomas P. Bastos e de Carmem Pereira, corroboram a versão de Gregory Thomas.<sup>162</sup> As contratações iniciais efetuadas em Portugal por Gregory Thomas foram, de um motorista e de uma secretária. Assim para o lugar de motorista, contratou um taxista da praça de Lisboa que fazia serviço junto ao Hotel Avis, onde se instalar. Para o lugar de secretária contratou Carmem Pereira, afilhada de Ricardo Espirito Santo. Ambos seriam os dois primeiros funcionários da futura RARET.

A opção por contactar diretamente com Salazar mostrou-se acertada, uma vez que, foi o próprio Presidente do Conselho que contactou a EN, na pessoa do seu diretor Eng. Manuel Bivar, para o informar das intenções dos EUA e aferir das capacidades técnicas nacionais para aceder aos intentos norte-americanos. Conforme Bivar relatou a Sig Mickelson, as intenções dos EUA enquadravam-se naquilo que tinha sido a atuação portuguesa durante a Guerra Civil de Espanha e o apoio dos meios de comunicação nacionais, nomeadamente da rádio portuguesa ao General Franco. Porém, os norte-americanos pretendiam realizar uma operação em larga escala e por um período de tempo alargado, entre cinco a dez anos, de acordo com Manuel Bivar.<sup>163</sup>

---

<sup>161</sup> H. Gregory, sound recording 12 May 1981, Sig Mickelson papers, Box 22, Stanford University-Hoover Institution Archives.

<sup>162</sup> Sound recordings on 1 June 1981 of interviews with Tomas Pinto Basto, Portuguese industrialist, long time chairman of RARET and Carmen Da Costa Pereira, Raret, Lisbon, 1951; manager of the Lisbon office, 1975-81, Sig Mickelson papers, Box 22, Stanford University-Hoover Institution Archives.

<sup>163</sup> Manuel Bivar, sound recording 30 May 1981, Sig Mickelson papers, Box 22, Stanford University-Hoover Institution.

O processo negocial decorreu de Janeiro a Abril de 1951. Durante este período Gregory Thomas encontrou-se diversas vezes com Salazar em São Bento, bem como com outros membros do governo, diretamente ligados ao processo de licenciamento. Em simultâneo Gregory Thomas alugou um piso nas instalações da Standard Elétrica, junto à Avenida de Índia em Lisboa, local do primeiro escritório da RARET em Portugal e onde se iniciaram as primeiras entrevistas para a contratação de pessoal. Futuramente a sede da sociedade ficaria definitivamente instalada no Edifício Garagem Monumental na Avenida Padre Manuel da Nóbrega em Lisboa.

A 5 de Março de 1951 apresentaram-se as primeiras propostas de antenas, a 5 de Abril foram entregues os planos e desenhos finais dos emissores, reproduzidos nos anexos desta dissertação. Por fim, a 20 de Abril, conforme publicação do Diário do Governo III Série Nº 91 de 20 de Abril 1951 é tornado pública a constituição da Sociedade Anónima de Rádio Retransmissão S.A.R.L, ou seja, da RARET. O contrato e a licença de concessão tinham validade de dez anos. Prazo tido como suficiente para libertar do jugo soviético os países da Cortina de Ferro, de acordo com Manuel Bivar e Robert E. Lang.<sup>164</sup> Findo o contrato todas as instalações e equipamento da RARET revertiam para o Estado português. No entanto o prazo inicial da concessão foi renegociado e estendido por igual período dez anos. A renovação contratual prevista para 1961, apenas aconteceu em 1963, fruto da animosidade crescente, entre os governos de Lisboa e Washington, em torno da questão de Goa, das posições assumidas pelos EUA na ONU, tendo como pano de fundo o início dos conflitos em Angola.

Ainda com o processo negocial para atribuição da licença em curso, Gregory Thomas, desenvolve junto do seu círculo de contactos esforços no sentido de encontrarem um terreno com a dimensão necessária para construir o centro emissor e todos os serviços técnicos e de apoio. A escolha recaiu sobre uma propriedade do Conde de Monte Real, a Herdade de Nossa Senhora de Glória, situada na Glória do Ribatejo, concelho de Salvaterra de Magos. O terreno reunia as condições desejadas, com uma área de 184 hectares o que permitia a construção de um grande centro emissor e margem para ampliações futuras, como veio a verificar-se nas décadas seguintes. Distanto cerca de 80 km de Lisboa, era isolado o suficiente, plano e sem obstáculos naturais, que impedissem a propagação das ondas de rádio. A pouca distância das principais vias de comunicação terrestres, aéreas ou marítimas,

---

<sup>164</sup> Manuel Bivar, sound recording 30 May 1981, Sig Mickelson papers, Box 22, Stanford University-Hoover Institution.

conferindo a descrição e o recato necessários, condições tidas como importantes pelos responsáveis da RFE<sup>165</sup>.

A lei portuguesa em vigor - Lei nº 1.994 de 13 de Abril de 1943 - inviabilizava a constituição de sociedades comerciais, operando em Portugal ou nas colónias, cujos capitais fossem totalmente ou maioritariamente estrangeiros. Assim a maioria do capital de acordo com a lei deveria observar a proporção de 60/40, cabendo aos sócios portugueses a maioria e o restante aos sócios americanos. O conselho de administração, a mesa da assembleia geral e o conselho fiscal, refletiam essa proporcionalidade, sendo constituídos por figuras ligadas ao regime do EN. Ao nível de diretores e quadros técnicos o recrutamento recaiu entre funcionários da EN, da DSR, do IST e da Marinha. Destaque para a contratação do Eng. Manuel Bivar e do Eng. Henrique Leotte provenientes da EN, mas também para um grupo de sete jovens engenheiros do IST onde se incluem Horácio Neto e Aleixo Fernandes<sup>166</sup>. O quadro de pessoal da RARET em Portugal em 1951 contava com duzentos e quatro funcionários, sendo oito estrangeiros e os restantes portugueses conforme, reproduzido nos anexos da dissertação.

O engenho e a arte da engenharia portuguesa foram postas ao serviço das finalidades prosseguidas e consignadas pelo NCFE, estabelecendo uma parceria apreciada e louvada pelos norte-americanos, conforme atestou o relatório de John Richardson citado anteriormente.

Entre a publicação da constituição da RARET em Diário do Governo de 20 Abril de 1951 e a primeira retransmissão, a 4 de Julho de 1951, a partir da Glória, decorreram sensivelmente três meses. A 26 de Abril publicou-se em DG a convocatória para a assembleia extraordinária da companhia, realizada no Edifício da Standard Elétrica em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos: eleição da mesa da assembleia geral e conselho fiscal, bem como a fixação dos vencimentos para os membros a eleger. Porém, o DG de 20 de Abril de 1951 já indicava os nomes do Conselho de Administração da RARET. A presidir estava o General Peixoto e Cunha, os restantes membros portugueses seriam: Joaquim Leitão; António de Certima; António Quadros Ferro; Tomás Pinto Basto e Pedro Brito e Cunha. Em representação dos interesses americanos foram designados H. Gregory Thomas como vice-

---

<sup>165</sup>Thomas, H. Gregory, sound recording 12 May 1981, Sig Mickelson papers, Box 22, Stanford University-Hoover Institution Archives & Pinto Basto, Tomas, sound recording on 1 June 1981, Portuguese industrialist, long time chairman of RARET, Sig Mickelson papers, Stanford University-Hoover Institution Archives.

<sup>166</sup> Entrevista realizada pelo autor ao Eng. Aleixo Fernandes. Gravação captada em Lisboa a 13/12/2017.

presidente e os vogais Spencer Phenix e George Caesar. Alguns dos membros do CA acumulam funções nos órgãos sociais a eleger na assembleia geral extraordinária, sendo eleitos os restantes membros: Eng. Domingos Pereira Coutinho; Dr. João Penha e Costa; D. Vasco Pereira de Carvalho e Royal Tyler. A gestão corrente da RARET seguiu o mesmo modelo proporcional da administração. Temos do lado português Eng. Manuel Bivar, Eng. Henrique Leotte e João Villa Franca, responsáveis respetivamente pela gestão da sede em Lisboa e dos retransmissores da Glória e Maxoqueira. Os americanos Henry Lolliot e W. L. Cipperly ficaram responsáveis das transmissões e os estúdios de Lisboa. Esta divisão proporcional ao nível do pessoal manter-se-á constante ao longo dos quarenta e cinco anos de permanência da RFE em Portugal. O pessoal não especializado foi recrutado entre a população da Glória, o que permitiu uma alteração significativa das condições socioeconómicas até aí experimentadas por essa população com consequências futuras.

Conforme mencionado no parágrafo anterior a assembleia de 26 de Abril decidiu os vencimentos dos órgãos sociais da RARET, assim o presidente do CA auferia 6.000\$00, os vice-presidentes 5.000\$00 e os vogais 3.000\$00 cada. Na Comissão Executiva o presidente auferia 9.000\$00 e os vogais 3.000\$00 cada, destacando o administrador delegado norte-americano com 18.000\$00. Ao nível do Conselho Fiscal o presidente auferia 3.000\$00 e os vogais 2.000\$00<sup>167</sup>. Os membros portugueses dos órgãos sociais da RARET tinham outros cargos, fossem eles na vida militar, em profissões liberais ou ocupando cargos em outras empresas.

Em 1955 faleceu o Dr. Joaquim Leitão, um dos dois vice-presidentes da RARET e secretário da Academia de Ciências. O lugar vago foi rapidamente alvo de interesse, disso mesmo dá conta uma carta endereçada por D. Maria Arminda, residente em Lisboa, buscando os bons ofícios de Oliveira Salazar, transcrevemos parte da missiva onde solicita que indique: “o António para esse lugar, seria ótimo para a nossa vida” [...] “o António na Sacor, ao contrário do que o lhe foi dito pelo Dr. Ricardo Espírito Santo, continua a só receber cinco contos por mês!”<sup>168</sup> A circularidade ao nível das elites do EN e o modo de governação paternalista exercida por Oliveira Salazar favoreciam pedidos desta natureza.

A urgência sentida pelo NCFE/RFE em iniciar as transmissões a partir da Glória obrigou à deslocação por estrada, desde a Alemanha de um emissor móvel. O posto emissor móvel foi batizado pelos funcionários da RARET com o nome de “Bárbara”. Ao mesmo

---

<sup>167</sup> Arquivo Oliveira Salazar - ANTT -Correspondência de Tito Arantes, PT/TT/AOS/E/0013/00020, AOS/CP-013, cx. 870, pp.-178.

<sup>168</sup> Arquivo Oliveira Salazar - ANTT - Correspondência de Maria Arminda, AOS/CP-015, cx. 872, f. 554-555.

tempo iniciaram-se as construções dos vários edifícios do complexo da RARET, tanto na Glória (posto emissor) como na Maxoqueira (posto recetor), ficando a primeira fase concluída em Fevereiro de 1952. Nesta fase inicial instalaram-se quatro emissores de ondas curtas (General Electrics) de 50 kW de potência cada. O emissor móvel “*Bárbara*” emitiu de meados de 1951 até Fevereiro de 1952 e tinha uma potência de 7 ½ kW.

A primeira retransmissão a partir da Glória ocorreu a 4 de Junho de 1951. Uma data duplamente simbólica, uma vez que é Dia da Independência dos EUA e por outro lado constituiu-se como um marco, após a emissão inaugural de 4 de Julho de 1950 efetuada na Alemanha. Portugal inaugurou deste modo o seu contributo para a estratégia de “*winning hearts and minds*” a qual a presidência Eisenhower<sup>169</sup> elevou a política de estado a partir de 1953.

A consulta aos Relatórios e Contas da RARET depositados na Torre do Tombo no arquivo AOS permitem acompanhar a vida da RARET ao longo das décadas de cinquenta e sessenta. Os novos emissores transmitiam 4.130 horas de programação, ou seja, 172 dias completos para a Polónia, Checoslováquia e Hungria. A 11 de Novembro de 1952 concluiu-se a segunda fase de ampliação e o centro emissor estava a funcionar em pleno, dando-se por terminadas as instalações da Glória. A ocasião foi celebrada e presidida pelo Ministro das Comunicações General Gomes de Araújo, em conjunto com todos os responsáveis da RARET. Foi descerrado um padrão alusivo à cooperação luso-americana, onde podia ler-se:<sup>170</sup>

*“Grande número de países europeus, ameaçados na sua vida e liberdade, contam desde agora com o auxílio dos Estados Unidos e uns com o auxílio dos outros para a defesa do seu património de divulgação. Pareceu difícil em tais circunstâncias estarmos ausentes.”*

**Salazar**

*“Esta ligação vital na rede de liberdade da Rádio Europa Livre, construída pelo Comitê Nacional para uma Europa Livre, através da generosidade do Povo dos Estados Unidos da América e com o entendimento e o apoio do Governo de Portugal, é dedicada, perante Deus, ao serviço da verdade. Assim possa a verdade prevalecer”.*

**National Committee for a Free Europe**

**Fonte:** O padrão continha duas dedicatórias alusivas à aliança estabelecida entre, as autoridades portuguesas e o povo dos Estados Unidos da América, baseado no entendimento com o NCFE.

A forma rápida e sem obstáculos com que decorreram as negociações e a instalação da RFE em Portugal contrastam com outras posições, anteriormente assumidas pelo governo

---

<sup>169</sup> GADDIS, John Lewis, *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, 2005.

<sup>170</sup> Manuel Bivar, sound recording 30 May 1981, Sig Mickelson papers, Box 22, Stanford University-Hoover Institution Archives.

de Lisboa em face a convites dos EUA. Sugerimos como elementos interpretativos da postura das autoridades portuguesas face ao convite norte-americano cinco possibilidades interpretativas:

a) Por um lado Portugal estabelecia uma parceria com a nova potência hegemónica do ocidente, lutando contra o comunismo e expansão soviética na Europa;

b) Simultaneamente reafirmava o papel de interlocutor privilegiado no contexto ibérico, face a Espanha à data proscrita no sistema internacional;

c) Ao mesmo tempo que reforçava o seu lugar no seio das democracias, sendo possível afirmar a luta contra o totalitarismo e o comunismo;

d) Acresce ainda o elemento financeiro, uma vez que o contrato de concessão estipulava o pagamento de rendas anuais e o emprego de mão-de-obra maioritariamente portuguesa sendo grande parte especializada;

e) Por último, a nível interno o regime reforçava o combate aos opositores, com especial incidência visando os comunistas.

Apesar do carácter instrumental da participação portuguesa, uma vez que não contribuía para a criação dos conteúdos emitidos, estando estes a cargo dos diversos comités nacionais (polaco; checo; búlgaro; romeno e húngaro) assim como de norte-americanos, seria suficiente para afirmar o papel de Portugal na luta anticomunista encabeçada pelos EUA.

Um último ponto para abordar a questão da segurança das instalações da RARET. Sendo considerada uma instalação crítica pelas autoridades portuguesas, ao mesmo nível das instalações militares, refinarias, centrais elétricas ou de fornecimento de água à população. O Centro Emissor da RARET na Glória do Ribatejo foi alvo de um plano de segurança em 1953, envolvendo autoridades civis e militares. O objetivo era proteger as instalações de qualquer tentativa de sabotagem, ou ato terrorista perpetrado por agentes externos. Os detalhes desse plano encontram-se depositados no Arquivo do Secretariado Geral da Defesa Nacional em Paço de Arcos. O plano apresenta ainda considerações sobre o recrutamento de pessoal, em particular a consulta aos ficheiros da PIDE, como forma de dissuadir a admissão de elementos desalinados com a situação política vigente em Portugal ou conectados com ideais comunistas.<sup>171</sup>

---

<sup>171</sup> Arquivo Defesa Nacional - SGDN - Defesa dos órgãos sensíveis. Defesa das instalações da RARET 1953. PT/ADN/SGDN/IREP/058/0216/038.

## 5.2. O ÉTER PORTUGUÊS AO SERVIÇO DA AMÉRICA

A utilização dos meios de radiodifusão para efeitos de propaganda era uma prática conhecida das autoridades portuguesas. Amplamente praticada durante a Guerra Civil de Espanha no apoio fornecido à Junta de Defesa Nacional sediada na cidade de Burgos e ao combate, sem tréguas, declarado à República e ao governo de Madrid. Disso mesmo deu conta Alberto Pena Rodrigues ao descrever a utilização do Radio Clube Português e da Emissora Nacional durante o conflito espanhol.<sup>172</sup>

As intenções norte-americanas visavam uma utilização idêntica, porém numa escala sem precedentes e por um período de tempo indeterminado. De acordo com Gregory Thomas as reuniões mantidas, em São Bento com Oliveira Salazar, permitiram estabelecer contactos diretos com elementos, que se revelaram importantes para a presença da RFE em Portugal.

Dois desses contactos por indicação direta de Salazar foram, Manuel Bivar e Tomas Pinto Basto<sup>173</sup>. Ao expor os objetivos da RFE a Bivar<sup>174</sup>, Gregory Thomas foi confrontado com a experiência portuguesa, descrita no capítulo anterior, durante o conflito espanhol e o modo de operar dos portugueses no apoio aos revoltosos espanhóis.

Já a utilização da EN enquanto órgão de radiodifusão oficial, revestia-se de uma utilização mais cautelosa e discreta, mas não menos engajada com os objetivos da Junta de Defesa Nacional liderada pelo general Francisco Franco. Manuel Bivar estava pois ciente das intenções americanas e dos cuidados que estes tinham face à utilização da Voice of America na campanha anticomunista em curso.

Por outro lado, Tomas Pinto Basto figura ligada aos interesses ingleses em Portugal, parece ter sido indicado para contrabalançar os receios de Oliveira Salazar, face à predominância americana, ao mesmo tempo que possibilitava a Salazar manter-se ao corrente da operação através de pessoa da sua confiança<sup>175</sup>. O certo é que os quadros diretivos da RARET foram todos ocupados por figuras gratas do regime. O governo através do Ministerio das Comunicações indicava um representante, em regra um oficial do exército, sendo a função remunerada. O primeiro delegado nomeado pelo governo foi o capitão Reymão Nogueira,

---

<sup>172</sup> PENA RODRÍGUEZ, Alberto, *O Que Parece É - Salazar, Franco e a propaganda contra a Espanha democrática*, Lisboa, Tinta-da-china, 2009, pp-73.

<sup>173</sup> H. Gregory, sound recording 12 May 1981, Sig Mickelson papers, Box 22, Stanford University-Hoover Institution Archives.

<sup>174</sup> Bivar, Manuel, sound recording 30 May 1981, Sig Mickelson papers, Box 22, Stanford University-Hoover Institution Archives.

<sup>175</sup> Pinto Basto, Tomas, sound recording on 1 June 1981, Portuguese industrialist, long time chairman of RARET, Sig Mickelson papers, Box 22, Stanford University-Hoover Institution Archives.

manteve-se no cargo até meados dos anos sessenta. Após o 25 de Abril de 1974 manteve-se a nomeação de um delegado do governo, coube ao capitão Tomás Rosa da Força Área o desempenho da função até ao início dos anos oitenta.

A localização geoestratégica de Portugal foi aproveitada pelos americanos no contexto da Guerra-Fria em diversas dimensões, a radiodifusão foi mais uma dessas dimensões.

Segundo Severiano Teixeira a posição neutral de Portugal durante a II GM, contribuiu para que fosse colocado à margem dos trabalhos diplomáticos de reorganização do novo sistema internacional.<sup>176</sup> A tradicional desconfiança de Salazar face à crescente hegemonia dos EUA no hemisfério ocidental, tida como uma ameaça, precisamente porque diminuiria a capacidade de influência europeia no sistema internacional. Associada à ideia de reconstrução europeia, assente nas possessões ultramarinas, limitavam a capacidade de entendimento entre, Portugal e os EUA. A mudança ao nível da política externa portuguesa ocorreria a partir do Acordo das Lajes em 1948, estender-se-ia através da adesão ao Plano Marshall e confirmar-se-ia com a adesão à OTAN em 1949.<sup>177</sup> As relações diplomáticas e de política externa, estabelecidas com os EUA, permitiram ao governo português realizar uma transição segura, entre as filiações autoritárias, anteriores à guerra para o convívio com os regimes democráticos do pós-guerra. Por outro lado, estudos mais recentes como os de Vasco Ribeiro abordam a ligação do regime português do EN, com a empresa George Peabody and Associate de Nova Iorque refletindo, “as preocupações ao nível da imagem de Portugal junto da opinião pública norte-americana”<sup>178</sup>.

A reportagem da revista Times sobre Salazar e a alegoria em torno da maça pobre, retratando Portugal como país falhado onde abunda a miséria, a corrupção e o clientelismo causam choque junto da elite governante<sup>179</sup>. De igual modo, as aparições da fadista Amália Rodrigues na televisão americana, ou a produção cinematográfica versando os acontecimentos de Fátima em 1917, inserem-se no mesmo modelo de divulgação de Portugal nos EUA, promovido pela empresa de relações públicas americana.

A disponibilização do “*éter português*” ao serviço da luta anticomunista encabeçada pelos EUA fizeram de Portugal um aliado importante, contudo e como refere Daniel Marcos

---

<sup>176</sup>SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno, “A Política Externa Portuguesa 1890-1986” in COSTA PINTO, António (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000, pp - 81.

<sup>177</sup>*Ibidem*, pp-82.

<sup>178</sup> RIBEIRO, Vasco, *A empresa de relações públicas norte-americana contratada por Salazar (1951-1962) - A estreia da ditadura no modelo assimétrico bidirecional no período pós-António Ferro*. UPFL, Porto, 2018, pp.157.

<sup>179</sup> *Ibidem*, pp. 157.

as “*relações luso-americanas entre 1949-1961 não evoluíram para patamar mais avançado do que aquele que derivava da ligação entre, Portugal e os EUA, no âmbito da NATO*”<sup>180</sup>, ainda segundo este autor tal fato ficou a dever-se à incapacidade de harmonização das posições luso-americanas na Europa e no Terceiro Mundo.<sup>181</sup>

A longo da década de cinquenta o investimento do NCFE em Portugal aumentou sempre, reflexo da importância do centro emissor da Glória para a política da RFE. Disso mesmo deu conta Gregory Thomas durante a renegociação da concessão em 1963, frisando que o NCFE tinha gasto cerca de doze milhões de dólares pagos ao estado português e que naquele momento empregava cerca de quatrocentas pessoas, referindo-se aos trabalhadores portugueses.<sup>182</sup>

A programação e elaboração de conteúdos da RFE estiveram sempre baseadas em Nova Iorque e Munique. Porém, as condições técnicas obrigavam à existência de estúdios de gravação e de tradutores, sediados em Lisboa, oriundos dos países alvo da programação. Nos anos iniciais de retransmissão, houve momentos em que a realidade foi mais veloz do que a produção informativa: a crise de Berlim em 1953 ou a revolta húngara em 1956 constituem-se como exemplo disso mesmo, razão pela qual estavam sediados em Lisboa naturais dos países da Cortina de Ferro.

A fiscalização das autoridades portuguesas exercia-se sobre as questões técnicas e administrativas da RARET, estava a cargo dos CTT e da DSR. Ausente de qualquer fiscalização por parte das autoridades portuguesas estavam os programas e seus conteúdos. Disso mesmo dá conta um relatório elaborado pelos CTT, a 17 de Abril de 1952 e enviado ao Ministro das Comunicações Gomes de Araújo<sup>183</sup>.

As ampliações efetuadas às instalações do centro retransmissor foram sempre acompanhadas pelas autoridades portuguesas. Um relatório do Ministro das Comunicações enviado ao Correio-mor a 13 de Julho de 1955 dá conta da fiscalização e autorização das autoridades portuguesas inerente aos pedidos de aumento de potência e equipamentos. O contrato de concessão inicial consagrava o retorno das instalações e equipamentos a favor do Estado, a preço de custo uma vez finda a concessão. Pelo que é compreensível a atenção das

---

<sup>180</sup>MARCOS, Daniel, *Uma Aliança Circunstancial: Portugal e os Estados Unidos nos Anos 50*, Lisboa, ISCTE-IUL, 2011, pp.1.Tese de Doutoramento.

<sup>181</sup> *Ibidem*, pp. 2.

<sup>182</sup> H. Gregory, sound recording 12 May 1981, Sig Mickelson papers, Box 22, Stanford University-Hoover Institution Archives.

<sup>183</sup> Arquivo Histórico da FCP - Administração Geral CTT - Secretaria Expediente Geral, Pasta 1, Processo 4999. Carta enviada ao Ministro Comunicações “RARET - Fiscalização “pela AGCTT em 17 Abril 1952.

autoridades, tendo em consideração os usos futuros das instalações da RARET. Novamente a 10 de Janeiro 1956 em correspondência, entre o Ministério das Comunicações e o Ministério da Presidência, surge a questão do alargamento desta vez do centro recetor (Maxoqueira).

No entanto o sobredimensionamento da RARET, face às necessidades de radiodifusão portuguesas preocupavam as entidades oficiais, na eventualidade da não renovação da licença, podendo estas reverter para a EN, os CTT ou para o Ministério da Defesa. A correspondência expedida ao longo da década de cinquenta, entre as entidades anteriormente mencionadas é reveladora disso mesmo.<sup>184</sup>

A existência dos emissores da RARET em Portugal não foi objeto de divulgação pública nos anos iniciais, pese embora não fosse um assunto secreto foi mantido no entanto de forma discreta. Contrariamente a esta postura as publicações do NCFE mencionam Portugal e as instalações da RARET, relevando o importante papel das facilidades concedidas à iniciativa norte-americana. Disso mesmo dá conta o boletim publicado pelo NCFE em 21 de Setembro de 1953, sobre a operação da RFE/RARET, onde podemos ver fotografias do emissor da Glória, descrições do trabalho realizado a partir de Portugal e palavras elogiosas ao contributo português para a organização. Na segunda página do boletim vemos uma fotografia das dezasseis torres do centro emissor da Glória, tendo ao lado uma mensagem do Presidente Eisenhower em prol da RFE e incentivando o público norte-americano a aderir à Cruzada pela Liberdade.<sup>185</sup> Numa publicação do NCFE intitulada “*East Europe - Challenge and Opportunity*” de 1961, fornece-se o balanço da atividade durante a primeira década de atividade da RFE, sendo também anunciadas as intenções para a segunda década. Novamente é realçado o contributo de Portugal de forma aberta com indicações e fotografias do emissor da Glória. Foi ainda apresentado o West European Advisory Committee, na qualidade de órgão consultivo do NCFE para temas políticos europeus, fazendo parte deste organismo, políticos, intelectuais e académicos europeus, com destaque para dois portugueses: o Prof. Paulo Cunha e Prof. João da Costa Leite (Lumbrales), ministro dos estrangeiros e ministro da justiça respetivamente de governos de Oliveira Salazar.<sup>186</sup>

---

<sup>184</sup> Arquivo Histórico da FCP - Administração Geral CTT - Secretaria Expediente Geral, Pasta 1, Processo 4999. Carta enviada pelo Chefe Gabinete do Ministro da Presidência ao Ministro da Defesa Nacional “Futura utilização da RARET” 13 Janeiro de 1956.

<sup>185</sup> Radio Free Europe, 1953, Radio Free Europe/Radio Liberty (RFE/RL) corporate records, Stanford University-Hoover Institution Archives.

<sup>186</sup> *East Europe - Challenge and Opportunity*, 1961, Radio Free Europe/Radio Liberty (RFE/RL) corporate records, Stanford University-Hoover Institution Archives.

Outro ponto a realçar é o crescente aumento do número de horas de emissão e dos países atingidos pela programação, disso mesmo dá conta o quadro seguinte elaborado com recurso aos relatórios de contas da RARET para o período de 1951 a 1963:

Horas de Emissão/Ano	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	Total
Checo	2460	2248	2378	2289	2183	2266	2518	2505	2560	2456	2439	2467	28769
Hungaro	1500	2145	2855	2731	2185	2498	2671	2739	2669	2708	2739	2251	29691
Polaco	1400	2935	2362	2336	2634	2494	1651	1578	1697	1699	1605	2182	24573
Romeno			80		373	366	276	269	283	346	338	334	2665
Bulgaro					366	280	294	264	241	251	289	304	2289
Total	5360	7328	7675	7356	7741	7904	7410	7355	7450	7460	7410	7538	87987

Fonte: Arquivo Oliveira Salazar, AOS, CM-3, Cx. 59, capilha 3. Atividade da RARET - Sociedade Anónima de Retransmissão.

A dimensão local é outra vertente a realçar. A Glória do Ribatejo e as suas gentes beneficiaram da presença americana ao longo das quatro décadas e meia de permanência da RARET. No conto neorrealista “*Glória - Uma Aldeia do Ribatejo*” de Alves Redol, a aldeia e as suas gentes são caracterizadas como vivendo entre um arcaísmo secular e uma modernidade ausente e adiada. A vinda dos americanos para a Glória permitiu a entrada da modernidade numa terra adormecida.

Os trabalhadores não qualificados foram recrutados entre os habitantes da Glória, inicialmente contratados para construírem o centro emissor, após o que muitos integraram o quadro de pessoal. Contribuindo desse modo para um aumento do rendimento disponível das famílias, acesso a cuidados médicos e outras regalias ausentes do dia-a-dia do trabalhador rural. Sem acesso à rede elétrica, os glorianos vão poder dispor de luz elétrica e dos confortos da vida moderna a partir do momento, em que a Hidro Elétrica do Alto Alentejo, construiu o ramal elétrico de abastecimento do centro emissor. O custo total foi de 8.000 contos totalmente suportado pela RARET. De igual modo a Junta Autónoma de Estradas realizou as obras necessárias nas vias de acesso, tendo a RARET contribuído com 40% do total. Os responsáveis da sociedade decidiram ainda intervir socialmente: contribuíram com fundos para obras na igreja matriz, construíram salas de aula e uma cantina escolar. Esta prática foi uma constante ao longo das quatro décadas seguintes, destacando-se em 1967 a construção da Escola Industrial da RARET e o Centro da Telescola.

Outra consequência do início das emissões a partir de Portugal e revelada pelas autoridades polacas, foi a mobilização dos países socialistas contra as emissões de rádio ocidentais. O decreto do Conselho de Ministro da URSS de 24 Outubro de 1951 ordenou ao

Ministério das Comunicações da URSS, que presta-se todo o apoio possível às autoridades da Polónia, a fim de contrariar as emissões das rádios ocidentais dirigidas ao seu território. Destinando para o efeito, doze emissores de onda curta, emitindo nas mesmas frequências utilizadas pela RFE, criando interferência e dificultando a escuta das emissões. Ao mesmo tempo disponibiliza equipas técnicas soviéticas, para em colaboração com as autoridades polacas e dos demais países socialista, elaborarem um “*plano de defesa contra a propaganda hostil*”.<sup>187</sup>

Na rubrica dos proveitos tidos com a RARET, para além das rendas pagas ao estado português, incluem-se outros proveitos diretamente auferidos por empresas privadas, como a HEAA mencionada no parágrafo anterior. Esta companhia produtora de eletricidade tinha na RARET um grande cliente, conforme demonstra o quadro seguinte:

<b>Anos/Milhares de Escudos</b>	
1951	23
1952	1 393
1953	3 679
1954	6 679
1955	7 608
1956	7 657
1957	6 700
1958	6 579
1959	6 540
1960	6 661
1961	6 707
1962	6 734
1963	6 707
<b>Total</b>	<b>73 667</b>

**Fonte:** Arquivo Oliveira Salazar, AOS, CM-3, Cx. 59, capilha 3. Atividade da RARET -Sociedade Anónima de Retransmissão.

O custo da energia elétrica será um tema recorrente de queixa por parte da RARET, por comparação com os preços praticados a outros grandes consumidores nacionais, em média inferior. Em exposição ao Ministro da Economia efetuada em 8 de Novembro de 1955 pelo presidente da administração da RARET, o General Peixoto e Cunha, foi abordado o tema do preço da energia elétrica. Informava este responsável sobre as verbas despendidas pela RARET entre 1951 e 1954 nos seguintes moldes:

<sup>187</sup> “USSR Council of Ministers Decree Instituting Jamming of Anti-Polish Propaganda via Radio on Polish Territory,” October 24, 1951, History and Public Policy Program Digital Archive, State Archive of the Russian Federation, GARF, F. 5446, Op. 59, D. 1724, p. 12. Translated by Gary Goldberg. <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/121543>.

- a) Equipamento, instalações, terrenos e obras acessórias: 133.000.000\$000;
- b) Despesas de exploração e energia:.....108.000.000\$00;
- c) Total: .....241.000.000\$00.

Acresce que no fim da concessão e de acordo com o contrato, todo o equipamento e instalações ficariam a pertencer ao Estado português. A RARET empregava em 1955 um total de 504 funcionários: 475 portugueses; 21 nacionais da Europa Central e 8 americanos. Informa ainda o ministro da massa salarial e encargos sociais, pagos aos funcionários no período entre 1951 e 1954:

- a) 1951 (6 meses) .....3.823.553\$00
- b) 1952.....13.512.790\$00
- c) 1953.....17.951.755\$00
- d) 1954.....20.086.061\$00

A argumentação apresentada pelo general era reforçada pela especificidade do trabalho desenvolvido pela RARET, em prol da defesa do Ocidente. A luta anticomunista deveria ser levada em conta pelos responsáveis governamentais portugueses, na qual também estavam envolvidos, e nesse sentido proporcionar melhores condições, ou seja, custos mais baixos<sup>188</sup>.

Em reforço da exposição do General Peixoto e Cunha foi remetido outro memorando a 27 Junho de 1956, desta vez endereçado pelo delegado do governo na RARET, o major Reymão Nogueira, ao Chefe de Gabinete do Ministro das Comunicações. Dava novamente conta dos elevados custos suportados pela RARET com a energia elétrica. Os argumentos resumiam-se a três pontos:

a) O contexto de urgência sentido pelo NCFE em dispor de instalações em Portugal no ano de 1951 e por esse fato ter aceitado as condições contratuais da HEAA;

b) A aquisição de novos e mais potentes emissores, na segunda metade dos anos cinquenta, elevou ainda mais o consumo de energia elétrica, fazendo da RARET um dos grandes consumidores nacionais, a par com empresas como a Cimentos de Leiria, CUF, Cimentos Tejo ou Secil;

---

<sup>188</sup> Exposição do General Peixoto e Cunha - Presidente Conselho Administração da RARET ao Ministro da Economia: preço da energia paga pela RARET, AOS/CO/CM-8, 8/11/1955.

c) As condições especiais do exercício da atividade da RARET e o seu papel na defesa do Ocidente, contra a ameaça comunista e por fim o modelo de financiamento, baseado em subscrições públicas realizadas nos EUA, bem como a natureza sem fins lucrativos perseguida pela RARET<sup>189</sup>.

As condições solicitadas foram atempadamente aceites pela HEAA, mediante pressão governativa, podendo a RARET dispor de preçário elétrico mais favorável daí em diante.

Outra perspectiva interessante pode ser a que é fornecida pelo advogado da RARET, Tito Arantes, na correspondência que mantém Oliveira Salazar.

Em carta de 26 de Abril de 1955 informa Salazar da presença em Portugal de Gregory Thomas, a fim de participar da assembleia geral anual da RARET nos seguintes moldes: *“aquele americano que fundou a RARET, da qual sou advogado, como V. Ex<sup>a</sup> deve lembrar-se, pois foi devido a uma indicação de V. Ex<sup>a</sup> que tal sucedeu”*. A carta destinava-se a solicitar a Salazar a concessão de audiência para apresentação cumprimentos ao Presidente do Conselho, prática corrente nas deslocações a Lisboa e anteriormente assegurada por Ricardo Espírito Santo junto de Salazar. Termina concluindo com a seguinte apreciação que era graças a Gregory Thomas *“que os americanos tenham gasto suculentos dólares em Portugal”*.<sup>190</sup>

Novamente em Abril de 1957 outra carta solicitando audiência a Salazar para receber Gregory Thomas. Tito Arantes aproveita para informar a Salazar sobre as verbas despendidas pelos americanos em Portugal, bem como sobre os vencimentos dos responsáveis portugueses da RARET: até 31/12/1956 os gastos americanos com a RARET foram na ordem dos 327.333 contos, equivalente a 11.445.240 USD, destes 7.303.000USD foram gastos diretamente em Portugal; dos 4.141.000 USD restantes e gastos na América, vieram para Portugal 94.883 contos, que foram incorporados no ativo da RARET e mais tarde reverteram para o Estado.<sup>191</sup> Até meados dos anos sessenta, Tito Arantes solicitou audiências ao Presidente do Conselho para receber Gregory Thomas, por ocasião da sua vinda a Portugal para participar na assembleia-geral da RARET.

Anualmente a AG da RARET apresentava os relatórios de contas da sociedade, onde constava toda a atividade desenvolvida. Neles encontramos informação sobre a expansão das

---

<sup>189</sup>Arquivo Oliveira Salazar - ANTT, RARET: Custo da Energia Elétrica, AOS/CO/CM-4 pp. 277-281.

<sup>190</sup>Arquivo Oliveira Salazar - ANTT, Correspondência de Tito Arantes para Oliveira Salazar de 26/4/1955. PT/TT/AOS/E/0013/00020. AOS/CP-013, cx. 870 - pp. 172 a 173.

<sup>191</sup>Arquivo Oliveira Salazar - ANTT, Correspondência de Tito Arantes para Oliveira Salazar, carta de 01/04/1957. PT/TT/AOS/E/0013/00020. AOS/CP-013, cx. 870 - pp. 176 a 177.

atividades de radiodifusão: aumento do número de emissores e sua potência; informação financeira sobre custos da operação em Portugal; quem foram os principais quadros e responsáveis entre 1951 e 1967; a contratação de pessoal e remunerações; o apoio social prestado à população da Glória do Ribatejo. Até ao ano de 1967 Salazar recebeu todos os Relatórios e Contas da RARET, enviados pelo Presidente do CA, General Peixoto e Cunha e atualmente depositados no Arquivo Oliveira Salazar no Torre do Tombo.

Durante a primeira década de atividade da Radio Free Europe, a RARET constituiu-se como uma montra que espelhava bem os esforços desenvolvidos pelos EUA, no combate anticomunista na Europa e do apoio das autoridades portuguesas nessa luta comum. Anualmente as instalações da Glória receberam visitas dos membros da Cruzada pela Liberdade em deslocação à Europa, bem como de militares estrangeiros em serviço na NATO<sup>192</sup>. Do mesmo modo os engenheiros portugueses em serviço organizaram em conjunto com o Instituto Superior Técnico (IST), um ciclo regular de visitas de estudos, por norma no final do ano letivo, proporcionando aos alunos dos cursos de engenharia do IST deslocações às instalações da Glória para poderem ver *in loco* aquilo que aprendiam nas aulas. Alguns desses alunos posteriormente tornaram-se funcionários da RARET.<sup>193</sup>

A primeira década da RFE em Portugal ficou ainda marcada pelo constante aumento da capacidade instalada, ao nível da potência dos seus emissores, da duplicação de pessoal português contratado, ao mesmo tempo que os responsáveis norte-americanos atribuíam importância crescente às facilidades obtidas em Portugal, caracterizando-as como a pedra angular para os objetivos dos EUA, no que respeitava ao combate anticomunista nos países da Cortina de Ferro. Nas palavras do presidente da RFE, John Richardson Jr, a RARET era “uma parte indispensável do conjunto das atividades da RFE” [...] que “nunca teria sido possível se não fosse a confiança que os nossos colegas portugueses depositaram na causa comum”. Manifestando-se “orgulhoso da RARET” retoma a ideia de êxito da iniciativa protagonizada pelo FEC/RFE, para a qual contribuiu a feliz associação entre dois países - Portugal e os EUA” termina fazendo votos que “esta associação perdure por muitos anos”<sup>194</sup>.

---

<sup>192</sup> Entrevista realizada pelo autor ao Eng. Aleixo Fernandes. Gravação captada em Lisboa a 13/12/2017.

<sup>193</sup> Entrevista realizada pelo autor ao Eng. Filipe Ventura. Gravação captada na Glória do Ribatejo em 08/12/2017.

<sup>194</sup> Arquivo Oliveira Salazar - AOS-ANTT Arquivo Salazar, CM-3, Cx. 59, capilha 3. Atividade da RARET - Sociedade Anónima de Rádio-retransmissão. Memorando enviado ao Free Europe Committee em 1962 pelo Presidente da RFE John Richardson Jr.

Contudo a década de sessenta traria novas ameaças e desafios, colocando em causa a associação entre as autoridades portuguesas e o Free Europe Committee, ameaçando assim a presença da Radio Free Europe em Portugal e a manutenção dos emissores na Glória do Ribatejo.

### 5.3 A RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO: A ANGUSTIA AMERICANA 1961/63

A adesão de Portugal à ONU em 1955 marcou o retorno da diplomacia portuguesa aos grandes palcos internacionais e ao multilateralismo. A política externa portuguesa enfrentou os novos desafios, decorrentes do surto independentista e nacionalista, que soprou da Ásia em direção a África, durante as décadas de cinquenta e sessenta do século XX. Inicialmente questionado pela Assembleia-Geral da ONU ao abrigo do artigo 73º da Carta das Nações Unidas, instado a revelar quais os territórios não autónomos sob administração portuguesa e confrontado posteriormente, após a adesão em 1960 dos novos países africanos à ONU, no que ficou conhecido pelo “Ano de África”, sentiria a erosão nas relações diplomáticas com estados amigos e aliados. A crítica e o juízo internacionais, às posições intransigentes assumidas pelo governo de Lisboa, foram espelhados nas resoluções da AG da ONU nº 1514 e 1542, respetivamente.

Outro marco importante que condicionaria as relações diplomáticas e a política externa portuguesa, foi a eleição de John F. Kennedy, para a presidência dos EUA. Na medida em que as posições, anticoloniais e democratizantes, defendidas e assumidas pelo novo presidente, não tinham ressonância no governo de Lisboa, muito pelo contrário, o clima era de paz fria entre Lisboa e Washington. As consequências para a manutenção das emissões da RFE difundidas a partir de Portugal para os países da Cortina de Ferro, não se fizeram esperar.

Neste subcapítulo abordamos a fase de negociações para renovação do contrato de concessão, entre as autoridades portuguesas e os responsáveis norte-americanos. O contrato assinado em 1951 tinha validade de dez anos, a renovação ocorreria em 1961. A documentação do Ministerio das Comunicações e da Presidência do Conselho de Ministros, sobre a RARET, permitem formular uma ideia acerca do destino a dar às instalações e equipamentos, por parte dos responsáveis portugueses findo o contrato inicial.

Em carta enviada ao ministro das comunicações em 27 de Agosto de 1955, Carlos Ribeiro diretor adjunto dos CTT, aborda o tema da localização do centro recetor da Maxoqueira, em face à necessidade de mudança e ampliação do mesmo nos termos do contrato de concessão, por virtude dos desenvolvimentos técnicos entretanto ocorridos. Neste

sentido informa o ministro que “afigura-se-me não haver vantagem para o Estado em recorrer a terrenos do seu património” para instalar o novo centro. Uma vez que segundo este responsável “quando o Estado entrar na pose das instalações, certamente não as utilizará para efectuar o serviço que actualmente desempenham”. Acrescentando ainda “que o mais deve interessar o Estado é o material que se encontre nessas instalações” para “emprego em condições diferentes e locais dispersos”<sup>195</sup>.

Em nova carta desta vez dirigida ao secretário do Ministro da Presidência em 10 de Janeiro de 1956, pelo mesmo responsável dos CTT, é novamente abordada a questão dos terrenos e instalações. Solicita-se o conhecimento prévio sobre a posição a assumir por parte do governo, findo o prazo de concessão nos seguintes termos: “conviria esclarecer previamente em que medida e para que fins os Serviços do Estado (Emissora Nacional e/ou Forças Armadas?) [...] virão a aproveitar as instalações em causa.”<sup>196</sup> A 4 de Fevereiro de 1956 é a vez da Presidência do Conselho, através do gabinete do ministro, dar conhecimento ao Ministro das Comunicações, acerca dos esclarecimentos prestados pela EN e do interesse manifestado pela posse dos terrenos findo o contrato de concessão<sup>197</sup>. Por último, chamamos a atenção para a disputa verificada ao nível dos serviços do Estado, para dispor das instalações da RARET uma vez findo o contrato. Em 28 de Fevereiro de 1956 o diretor dos CTT Carlos Ribeiro comunica ao Ministro das Comunicações o interesse destes numa futura partilha das instalações, não reconhecendo a EN como único usufrutuário de tão vasto e rico património.<sup>198</sup>

Em 8 de Março de 1956 o Ministro das Comunicações Gomes de Araújo emite um despacho onde determina: “o caso RARET deverá, por sua vez, ser tratado em reunião mista de representantes dos Ministérios a quem, finda a concessão, poderá interessar o seu material.”<sup>199</sup>

Face ao exposto é possível retirar algumas conclusões acerca do pensamento dos responsáveis portugueses, uma vez finda a concessão: os equipamentos da RARET tinham

---

<sup>195</sup> Arquivo Histórico da FCP - Administração Geral dos CTT - Secretaria Expediente Geral, Pasta 1, Processo 4999. Carta enviada ao Ministro das Comunicações pela AGCTT EM 27/11/1955.

<sup>196</sup> Arquivo Histórico da FCP - Administração Geral dos CTT - Secretaria Expediente Geral, Pasta 1, Processo 4999. Pedido de esclarecimento elaborado pelo diretor adjunto CTT Carlos e enviado ao secretário do Ministro da Presidência em 10/01/1956.

<sup>197</sup> Arquivo Histórico da FCP - Administração Geral dos CTT - Secretaria Expediente Geral, Pasta 1, Processo 4999. Carta do gabinete do ministro da Presidência a informar o Ministro das Comunicações sobre o interesse da EN nos ativos da RARET datada de 2/02/1956.

<sup>198</sup> Arquivo Histórico da FCP - Administração Geral dos CTT - Secretaria Expediente Geral, Pasta 1, Processo 4999. Carta da AGCTT para o Ministro das Comunicações reiterando o interesse dos CTT nas instalações da RARET. Datada de 28/02/1956.

<sup>199</sup> Arquivo Histórico da FCP - Administração Geral dos CTT - Secretaria Expediente Geral, Pasta 1, Processo 4999. Despacho do Ministro das Comunicações. Datada de 08/03/1956.

interesse e valor para vários serviços do Estado português, fossem eles a EN, os CTT ou as Forças Armadas; a ideia inicial tanto de norte-americanos, como de portugueses em 1951 é de que uma década bastaria, para fazer colapsar a influência da URSS, sobre os países da Cortina de Ferro, não havendo necessidade de prolongar a concessão. Neste ponto os testemunhos de Roberto E. Lang, Gregory Thomas e Manuel Bivar, já davam conta desta ideia.<sup>200</sup> Por último, ficamos a saber que o tema RARET, era tratado ao mais alto nível pelas responsáveis portuguesas, nos quais se inclui o Presidente do Conselho.

A revolta húngara ocorrida em 1956 e a conseqüente invasão soviética desse país contrariaram as disposições inicialmente previstas, por parte dos responsáveis do FEC e do governo português. Outro acontecimento com potencial de conflito, entre os EUA e a URSS, ocorreu em Agosto de 1961, quando as autoridades da República Democrática da Alemanha ergueram a separação física na cidade de Berlim, o Muro de Berlim, materializando a divisão entre oriente e ocidente. Tais acontecimentos reforçaram o papel e a necessidade de manter a RARET ao serviço da “*guerra hertziana*” em curso. A percepção das autoridades portuguesas sobre estes acontecimentos são tidos como uma oportunidade para exercer pressão, sobre os norte-americanos, no momento em que estes mais necessitam do apoio português para a manutenção dos emissores.

Os bastidores do processo negocial, entre os responsáveis do FEC/RFE, e as autoridades portuguesas, são revelados mediante um conjunto de quinze telegramas. Estas fontes documentais provêm do acervo da Open Society Archive junto da Central European University e permitem conhecer os bastidores da negociação, entre portugueses e norte-americanos. O primeiro telegrama é de 19 de Junho de 1961 e o último de 21 de Maio de 1963. Todos telegramas obtiveram à data classificação de segurança: oscilando esta de confidencial, a secreto e “eyes only”. Não foi possível encontrar documentação portuguesa para o mesmo período que espelha-se o pensamento das autoridades portuguesas durante as negociações. Porém, o mesmo pode ser encontrado de forma indireta, através dos comentários e afirmações proferidas pelos norte-americanos. Neste intervalo temporal os responsáveis do FEC/RFE oscilaram, entre a angústia inicial e o alívio final. Perante a certeza de um processo negocial aparentemente sem surpresas, mas que no essencial dependia de Oliveira Salazar, cuja mundividência diferia cada vez mais da dos norte-americanos, refletindo o afastamento crescente entre, os governos de Lisboa e Washington, durante a era Kennedy.

---

<sup>200</sup> H. Gregory, sound recording 12 May 1981, Sig Mickelson papers, Box 22. Robert E. Lang, sound recording 31 May 1981, Sig Mickelson papers, Box 22 & Manuel Bivar, sound recording 30 May 1981, Sig Mickelson papers, Box 22, Stanford University-Hoover Institution Archives.

A 19 de Julho de 1961 os responsáveis da FEC/RFE reunidos em Munique elaboram um ponto de situação, sobre as relações com o governo de Portugal e as previsões para a manutenção da RARET, as quais classificam de favoráveis. Apesar de não existir uma decisão final sobre a renovação do contrato, cuja prazo termina em finais de 1961. Preocupados com os acontecimentos em Angola e o posicionamento crítico da ONU face a Portugal, demonstram total compreensão pelo posicionamento português, ao mesmo tempo que alertam para o sentir das autoridades portuguesas nesta matéria, sendo estas avessas as críticas e intromissões estrangeiras. Porém, a lealdade demonstrado ao nível da NATO e defesa da causa comum de combate ao comunismo, seriam argumentos suficientes para manter a parceria da RARET. Advertem porém, que a perda da RARET acarretaria a paragem de toda a operação da RFE, por isso favorecem um tratamento objetivo e factualmente de toda a informação diretamente relacionada com Portugal e especialmente com Angola, tema sobre o qual se deve excluir a difusão de notícias não oficiais ou desfavoráveis, assim como críticas ao regime e a Salazar<sup>201</sup>.

Em 30 de Agosto de 1961 em telegrama para Munique o presidente da RFE comunica que após permanência de três dias em Portugal, onde reuniu com administradores da RARET, Manuel Bivar e Tomás Pinto Basto, todo parecer bem encaminhado para a renovação contratual, opinião corroborada pelos portugueses. A comunicação com o Ministro das Comunicações vai no mesmo sentido, tendo sido fornecidos elementos contabilísticos e fiscais, sobre a operação em Portugal entre 1951 e 1957. Destacando nesta informação as somas despendida pelo FEC (\$12,250,000), o volume da massa salarial (18 milhões de escudos) e o universo de trabalhadores (450) da RARET como argumentos favoráveis à renovação.<sup>202</sup>

O planeamento orçamental para o ano de 1962 dá conta de um investimento em quatro novos emissores de 250 kW a instalar na Glória, totalizando (\$1,750,000), prevendo-se ainda um investimento adicional na ampliação do parque de antenas, orçado em (\$175,000), por forma a aumentar a potência e aproveitar as condições naturais de propagação existentes. Em gastos com os vencimentos dos funcionários portugueses, orçamentou-se mais (\$15,000) tendo

---

<sup>201</sup> MUN-85, July Crypto Message", 19 July 1961. "[Electronic record]" HU OSA 298-1-2-43-2404; Free Europe Committee: President's Office; Open Society Archives at Central European University, Budapest. <http://hdl.handle.net/10891/osa:eb3e6454-98b0-4506-879e-5021301a83f0>. Consulta em 03/01/2019.

<sup>202</sup> MUN-179, 30 August 1961. HU OSA 298-1-2-43-1771; [Electronic record] Free Europe Committee: President's Office: Open Society Archives at Central European University, Budapest. <http://hdl.handle.net/10891/osa:0657b216-b8d2-4997-8520-00646ef751dd>. Consultado em 03/01/2019.

em conta o aumento do custo de vida e as futuras negociações a ocorrer no final do ano. Ao nível dos equipamentos de comunicações e outros melhoramentos de equipamento, orçamentava-se (\$40,000). No total o volume de investimentos na RARET orçava (\$1,980,000) para o ano de 1962.<sup>203</sup>

As perspectivas do FEC/RFE face à renovação da concessão eram otimistas, tendo em conta as conclusões dos vários responsáveis, portugueses e norte-americanos, no mesmo sentido apontava o orçamento para o ano de 1962 que previa investimentos avultados. A reunião de direção de 15 de Dezembro de 1961, onde seria debatida a questão da renegociação do contrato de concessão, trouxe a surpresa que ninguém esperava. Perante o conselho de administração, o delegado do governo e representante do Ministério da Comunicações, o Major Reymão Nogueira declarou o seguinte: “Considerando os problemas pelos quais o governo deste país tem passado em consequência da controvérsia internacional contra ela levantada, por inimigos, e, infortunadamente, por amigos e aliados, e não tendo sido possível a Sua Excelência, o Ministro das Comunicações fornecer uma solução definitiva para a RARET, propõem-se uma extensão de seis meses ao contrato inicialmente assinado, entre o governo portugueses e a RARET.”<sup>204</sup> A reunião em causa antecedeu em quatro dias a operação militar da União Indiana (Operação Vijay) sobre o Estado Português da Índia.

Todos os membros do conselho de administração foram colhidos de surpresas, perante as declarações do delegado do governo. A informação do Major Reymão era de certa forma contraditória, na medida em que o administrador Gregory Thomas reunira-se dias antes com o Ministro Costa Leite e tinha recebido garantias de renovação do contrato. A prorrogação do prazo teria sido decidida entre o delegado do governo, Major Reimão e o Ministro das Comunicações General Gomes de Araújo, era a convicção dos norte-americanos. No entanto Gregory Thomas contava com a boa vontade e os esforços de Costa Leite, para junto de Salazar, obter uma revisão da decisão e o cabal esclarecimento do caso da RARET. Este responsável reflete no entanto, que a posição do governo português estaria de alguma forma

---

<sup>203</sup>MUN-34, 6 October 1961. HU OSA 298-1-2-43-1980; [Electronic Records] FEC: President's Office: OSA at Central European University, Budapest. <http://hdl.handle.net/10891/osa:875c5175-62fb-42c7-a40d-4a7162e9afca>. Consulta 03/01/2019.

<sup>204</sup> MUN-75, 18 December 1961. HU OSA 298-1-2-43-2400; [Electronic Records] FEC: President's Office: OSA at Central European University, Budapest. <http://hdl.handle.net/10891/osa:b9eda108-38c9-48be-86a7-afe0b7226177>. Consulta 03/01/2019.

influenciada pelo posicionamento do governo dos EUA, face à situação de GOA e que dela dependeria para o bom encaminhamento de todo o processo<sup>205</sup>.

Em novo telegrama de 19 de Dezembro de 1961, o administrador Henry Lolliot, comunica a Munique a nova oferta das autoridades portuguesas de extensão do prazo para dozes meses. De um dia para o outro, os responsáveis da FEC/RFE foram confrontados com a possibilidade de terem de procurar uma localização alternativa, arriscando-se a interromper as emissões durante o período de maior tensão da Guerra-Fria. Entre os norte-americanos o sentimento é de desânimo e elevada preocupação. Entendem a posição portuguesa à luz do conflito político, entre Lisboa e Washington, mas temem pelo futuro das emissões. A oferta portuguesa de prorrogação por doze meses mantém-se em aberto e a 26 de Dezembro, Lolliot requer a Munique instruções urgentes sobre a resposta a dar ao Ministro das Comunicações. Em Munique a preocupação é ganhar tempo, por isso aceitam a prorrogação por doze meses.<sup>206</sup> A 28 de Dezembro os responsáveis da RARET reúnem com o Ministro Gomes Araújo, dando início às negociações de renovação do contrato, envoltos numa atmosfera amigável e num espírito de cooperação mútuo. Acrescenta-se ainda a informação que a prorrogação por doze meses terá sido sugerida por Salazar<sup>207</sup>.

Porém, na opinião do presidente da RFE, John Richardson, o reatar de negociações em nada diminui o sentimento de angústia, ao qual acresce a incompreensão das motivações das autoridades portuguesas. Neste sentido informa a estrutura da RFE para procurar uma localização alternativa à Glória, ao mesmo tempo que retomam as renegociações. Várias alternativas são estudadas: Espanha; Ilhas Baleares; Irlanda; Sudoeste de França; Ilhas Canárias e como último recurso Porto Rico. Consideram ainda as localizações de Marrocos, Tanger e Argélia, contudo demasiados instáveis para os fins em vista. O plano de expansão da Glória previa a compra de quatro novos emissores de 250 kW e o aumento das cortinas de antenas, todos estes equipamentos recebem prioridade de aquisição, uma vez que no caso de encerramento da Glória, teriam de dispor destes equipamentos de imediato para instalar na nova localização. A aquisição e instalação de novo retransmissor em espaço europeu é estimada em cerca de \$10,000,000 e caso a opção fosse Porto Rico, ou outra localização no

---

<sup>205</sup> MUN-75, 18 December 1961. HU OSA 298-1-2-43-2400; [Electronic Records] President's Office: FEC New York and RFE Munich; OSA at Central European University, Budapest. <http://hdl.handle.net/10891/osa:b9eda108-38c9-48be-86a7-afe0b7226177>. Consulta 03/01/2019.

<sup>206</sup> MUN-109, 26 December 1961. HU OSA 298-1-2-43-2437; [Electronic Records]: President's Office: FEC New York and RFE Munich; OSA at Central European University, Budapest. <http://hdl.handle.net/10891/osa:649f7aed-399a-43ef-8630-3adc10e9603d>. Consulta 03/01/2019.

<sup>207</sup> MUN-113, 28 December 1961. HU OSA 298-1-2-43-2441; [Electronic Records] President's Office: FEC New York and RFE Munich; OSA at Central European University, Budapest. <http://hdl.handle.net/10891/osa:109e3b76-2087-4125-8d67-084602ac86dd>. Consulta em 03/01/2019.

hemisfério ocidental, mas fora da Europa seria o dobro. Finalmente reconhece-se a incapacidade em prosseguir-se com a operação da RFE, suportada unicamente nos emissores localizados em solo alemão<sup>208</sup>.

As retransmissões a partir da Glória prosseguem sem alterações ou quebras, o número de horas anual mantem-se constante em torno das 7400, ou seja, 308 dias de emissão por ano atingem os países da Cortina de Ferro.

As negociações em Lisboa, entre os responsáveis da RARET e as autoridades portuguesas, prosseguem num clima amigável. Em 9 de Junho de 1962 Gregory Thomas informa John Richardson que o tão desejado acordo de longo prazo encontra-se em suspenso, muito por conta da postura e a atitudes hostis, dirigidas pelo governo norte-americano ao governo português. Porém, encontra-se convencido que a operação da RARET não será prejudicada e rapidamente haverá um acordo de cavalheiros que permitirá prosseguir o plano de expansão dos emissores da Glória, não sendo aconselhável no momento presente insistir na assinatura de contrato de longa duração. Este foi o resumo da conversa de Gregory Tomas com Oliveira Salazar e reportada aos responsáveis da RFE em Nova Iorque e Munique.<sup>209</sup>

Em Junho de 1962 foi enviado a Lisboa o Secretário de Estado dos EUA Dean Rusk, em representação do Presidente Kennedy. A visita tinha como objetivo discutir a questão colonial portuguesa e os apoios dos EUA ao regime portugueses, bem como o acordo das Lajes. A visita foi acompanhada com natural interesse pelos responsáveis do FEC/REF, para além do acordo das Lajes, também eles tinham o acordo da RARET em aberto<sup>210</sup>

A intervenção de Gregory Thomas no processo de renegociação possibilitou o desbloquear de uma situação complexa, fruto da nova realidade diplomática e da política externa, vivida entre ambos os governos de Portugal e dos EUA. Os termos do acordo de cavalheiros, garantiam no imediato a manutenção temporária das emissões, ao mesmo tempo que abriam espaço negocial para encontrar a prazo novas condições em moldes mais satisfatórios e definitivos, sem colocar em causa a principal missão da RFE num dos momentos de maior tensão da Guerra-Fria. Para tal poderá ter contribuído o clima de entendimento e cordialidade, desenvolvido e cultivado entre, Salazar e Gregory Thomas, ao

---

<sup>208</sup> MUN-118, 29 December 1961. HU OSA 298-1-2-43-2446; [Electronic Records]: FEC New York and RFE Munich; OSA at Central European University, Budapest. <http://hdl.handle.net/10891/osa:3eb133bd-33c5-4601-8d5c-7b3c6d388918>. Consulta 03/01/2019.

<sup>209</sup> MUN-88, 9 June 1962. HU OSA 298-1-2-44-0888; [Electronic Records]: FEC New York and RFE Munich; OSA at Central European University, Budapest. <http://hdl.handle.net/10891/osa:07821998-6446-493a-aca5-6a03b94526a3>. Consulta 03/01/2019.

<sup>210</sup> MUN-94, 19 July 1962. HU OSA 298-1-2-44-1153; [Electronic Records]: FEC New York and RFE Munich; OSA at Central European University, Budapest. <http://hdl.handle.net/10891/osa:bbe56040-b40d-4f8d-ad93-993869c9f94d>. Consulta 14/01/2019.

longo da década anterior, no sentido de desbloquear uma situação potencialmente ameaçadora para a atividade da RARET e para aliança anticomunista entre, Portugal e os EUA.<sup>211</sup>

A aparente tranquilidade apenas garante a manutenção das instalações e das emissões nos termos do acordo de 1951. Ao longo do ano de 1962 os responsáveis do FEC continuam a elaborar estudos sobre uma nova localização, caso o acordo de longo prazo não se materialize.

As renegociações conhecem novos desenvolvimentos a partir de Janeiro de 1963. Após duas extensões de prazo, os responsáveis do FEC enviam ao cuidado das autoridades portuguesas uma proposta de renovação contratual. Nesta proposta ficou bem patente a necessidade expressa pelos responsáveis do FEC, em aumentar e expandir as instalações da Glória. Novos emissores e mais antenas serão adquiridos, após a renovação do acordo.<sup>212</sup> Os contactos com autoridades portuguesas foram frutuossos, em telegrama de 9 de Abril de 1963 um quadro do FEC expressa o entendimento sobre o processo dizendo: “não estou muito preocupado com as negociações, uma vez que todos os responsáveis e pessoas envolvidas em Portugal conhecem bem as nossas intenções”.<sup>213</sup>

Nos primeiros meses de 1963, as partes estabelecem o entendimento necessário à renovação da concessão e dão passos firmes para assinar novo acordo por dez anos. Finalmente em telegrama de 30 de Abril de 1963 John Richardson Jr. comunica a assinatura de novo acordo, entre os responsáveis do FEC e as autoridades portuguesas, concedendo à RARET a tão desejada licença de concessão por mais dez anos. O novo acordo mantém a entrega dos terrenos e equipamento ao governo português finda a concessão, estipula os novos valores da renda anual a pagar e permite a tão desejada expansão do centro emissor da Glória.

Porém, o fim da angústia americana só terá sido possível, porque reflete os condicionalismos ao nível da política externa portuguesa no início da década de sessenta. O governo português utilizou a posição geoestratégica de Portugal, tanto no domínio militar como comunicacional, em momentos críticos e decisivos para a paz mundial. A prorrogação do contrato da RARET é em todo semelhante ao processo de renovação dos acordos militares e de defesa com EUA sobre os Açores. Pressionando a administração norte-americana e utilizando os mecanismos de pressão ao seu dispor de modo, a reafirmar a sua independência

---

<sup>211</sup> H. Gregory, sound recording 12 May 1981, Sig Mickelson papers, Box 22, Stanford University-Hoover Institution Archives.

<sup>212</sup> NYC-76, 17 January 1963. HU OSA 298-1-2-36-0078; [Electronic Records]: FEC New York and RFE Munich; OSA at Central European University, Budapest. <http://hdl.handle.net/10891/osa:48cf6864-a131-42b6-9f33-3e6f16cce206>. Consulta 14/01/2019.

<sup>213</sup> MUN-87, 10 April 1963. HU OSA 298-1-2-45-0110; [Electronic Records]; FEC New York and RFE Munich; OSA at Central European University, Budapest. <http://hdl.handle.net/10891/osa:b9b5ad57-15b0-49ef-b625-8f0c37082adc>. Consultado em 14/01/2019.

na condução das políticas internas. A intenção das autoridades portuguesas seria a de deixar os responsáveis dos EUA numa posição de nervosismo, obrigando-os a uma constante negociação, num momento crítico e decisivo para a paz mundial.

Os responsáveis do FEC advertem que não haverá comunicação pública do novo acordo, pelo menos no imediato. O relevo e a importância em atingir um patamar de estabilidade nas operações da RARET tiveram de ser celebrados intramuros. Supomos que esta atitude de resguardo terá sido a pedido das autoridades portuguesas. Uma vez que em telegrama de 30 de Maio de 1963 os responsáveis do FEC dão a conhecer que irão efectuar conferência de imprensa em Nova Iorque para anunciar o novo acordo. Porém, referem a importância da consultar às autoridades portuguesas sobre os termos do anúncio, por forma a não afetar as relações luso-americanas.<sup>214</sup>

---

<sup>214</sup>MUN-1 May Crypto Message", 21 May 1963. HU OSA 298-1-2-45-0328; [Electronic Records]: FEC New York and RFE Munich; OSA at Central European University, Budapest. <http://hdl.handle.net/10891/osa:29f6a7aa-dfcf-485e-ae9f-274aa7d680ee>. Consulta 19/01/2019.



## CONCLUSÃO

A procura por uma localização alternativa e complementar aos emissores da RFE, instalados na Alemanha, foi objeto de preocupação constante para os responsáveis do NCFE, desde as primeiras emissões em 1950.

Por um lado, a proximidade face aos alvos - os países da Cortina de Ferro - não permitia um uso conveniente do meio radiofónico, numa escala e potência desejadas, limitando as emissões à utilização de onda média e em alguns casos de onda curta, mas sempre sujeitas à interferência dos emissores dos países socialista.

Por outro lado, a proximidade das forças soviéticas, colocava questões de segurança das próprias instalações, em caso conflito militar. Uma localização alternativa e complementar teria de ser encontrada, a qual permitisse ultrapassar as condicionantes identificadas e ao mesmo tempo garantisse uma operação radiofónica em linha com as propostas exposta na “*political warfare*” norte-americana. Em detrimento de outras opções, a escolha recaiu sobre o território português, uma vez que este reunia todas as condições do caderno de encargos elaborado pelos responsáveis do NCFE.

Contrariamente a outros processos de integração na esfera de influência norte-americana celebrados pelas autoridades portuguesas: a celebração de acordos militares com os EUA; o Economic Recovery Plan (Plano Marshall); ou aos programas de bolsa Fullbright, os quais foram encarados com desconfiança e suspeição por parte das autoridades portuguesas. A adesão ao NCFE foi rápida e sem controvérsia. A exposição do embaixador dos EUA a Oliveira Salazar e a posterior negociação encetada por Gregory H Thomas em muito aceleraram a tomada de decisão. A própria natureza da iniciativa, ou seja, o combate ao expansionismo soviético e à ideologia comunista nos países da Cortina de Ferro, terá contribuído para a rapidez da decisão. A qual dialogava de forma direta com as posições assumidas pelo regime do Estado Novo, sobre o movimento comunista internacional, tido como uma ameaça global. Perante a qual pensamos poder afirmar que a participação portuguesa revestiu-se de um espírito de “cruzada” pelo que considerava ser a defesa da civilização ocidental.

Ao mesmo tempo a possibilidade outorgada pelo convite dos EUA, conferia às autoridades portuguesas uma legitimidade “democrática” extra, contribuindo para reforçar o papel de Portugal junto do novo aliado. Receber um convite com estas características, no contexto da Guerra-Fria foi uma proposta irrecusável, por tudo o que proporcionava.

O primeiro critério para a escolha do território português, baseou-se em critérios de ordem técnica e de segurança. A estes associaram outros, como o facto de ser um país aliado, possuir bons acessos aeronavais, gozar de segurança interna e tranquilidade política, proporcionadas por um governo, cuja política garantiria a permanência em território nacional de uma emissora de rádio com as características da RFE.

A contribuição portuguesa e o seu envolvimento revelaram-se de muitas maneiras. Desde logo constitui-se uma empresa portuguesa - a RARET - que funcionava como filial da RFE em Portugal. A maioria do capital era detida por portugueses, com a correspondente representatividade nos órgãos sociais da empresa, cabendo o restante aos norte-americanos. Pese embora toda a operação fosse financiada pelos EUA, via fundos da CIA e da angariação pública efetuada pela Cruzade for Freedom, a administração, quadros técnicos e demais funcionários eram portugueses. A emissora nacional portuguesa - EN - foi contactada no sentido de fornecer os meios técnicos e humanos, ao seu dispor, para a instalação da nova estação. Vindo alguns dos seus membros a fazer parte da nova estrutura, como foi o caso do Eng. Manuel Bivar e do Eng. Henrique Leote. Ao mesmo tempo figuras ligadas ao regime do EN, entraram para a administração e aí se mantiveram até 25 de Abril de 1974, como foi o caso do General Peixoto e Cunha, de António Quadros Ferro, Tito Arantes, ou os irmãos Pinto Basto.

O acordo inicial previa o pagamento de rendas ao estado português, para além de direitos aduaneiros, por importação de equipamentos e transferências de capitais para financiamento da operação a partir de Portugal. O acordo previa ainda a cedência das instalações e equipamentos às autoridades portuguesas, uma vez finda a operação, o que correria em 1961. Porém, a crescente tensão entre, EUA e URSS, ao longo da década de cinquenta valorizaram crescentemente aos olhos dos americanos os emissores da RARET. Em meados dos anos cinquenta discutia-se no seio do governo português o uso futuro das instalações da RARET, conforme dão nota as várias circulares e pedidos de informação depositados no Arquivo Defesa Nacional em Paço D'Arcos. A título de proveitos diretos e indiretos para o estado português provenientes da presença da RFE nos primeiros doze anos terão sido recebidos cerca de trinta e cinco milhões de dólares.

A operação da RARET foi sempre conduzida por quadros, técnicos e operários portugueses conforme referido anteriormente. Os quais surpreenderam positivamente os responsáveis norte-americanos que se deslocaram às instalações da RARET ao longo dos anos e disso deram conta em relatórios escritos, como foi o caso de John Richardson Jr em 1962.

A utilização dos meios de comunicação, neste caso da rádio, no combate ideológico não eram estranhos às autoridades e técnicos portugueses, a Guerra Civil de Espanha foi o exemplo à escala ibérica. Contudo a operação norte-americana de radiodifusão tinha escala continental, porém direcionada a um velho inimigo - a expansão soviética e o comunismo internacional.

As retransmissões a partir de Portugal permitiram à RFE ganhar escala e eficiência, ao ponto de as instalações da Glória do Ribatejo se tornarem num dos maiores centros emissores em onda curta do mundo. Do ponto de vista americano o relevo atribuído à RARET, em termos comunicacionais, equivalia às facilidades concedidas aos EUA nos Açores, em matéria de defesa militar. Só assim se compreende a posição do governo português de não renovação de ambos os acordos, num dos períodos mais agudos da Guerra-Fria, o início dos anos sessenta.

No entanto é de salientar que contrariamente à divulgação do acordo militar com os EUA, amplamente exposto na comunicação social portuguesa da época, o acordo com o NCFE e as referências ao trabalho desenvolvido na RARET não foram alvo do mesmo tratamento pelo regime. Uma das razões poderá ser a própria natureza e os objetivos da RFE que pretendia combater a opressão soviética em países terceiros, contribuindo para um clima de liberdade e onde fosse possível uma comunicação social sem censura. Seria portanto difícil de justificar no plano interno a aliança de Portugal com os EUA, uma vez que o regime promovia a perseguição política, a existência de presos políticos, a inexistência de formações políticas, à exceção da UN e a censura generalizada. Por outras palavras aliava-se aos EUA para combater as práticas soviéticas em países terceiros, contudo internamente procedia de forma idêntica.

Por último, as alterações introduzidas no quotidiano das gentes da Glória do Ribatejo são outro elemento a destacar. Uma população rural cuja principal fonte de rendimentos, baseava-se na exploração agrícola de subsistência e na extração da cortiça. Habituada a rendimentos sazonais e sem acesso a cuidados de saúde ou de educação. Vê-se subitamente confrontada por uma realidade nova que encara com desconfiança inicial, mas à qual rapidamente adere reconhecendo as possibilidades de melhoria para o seu quotidiano. A população masculina da Glória foi convocada para a construção das instalações do centro emissor da RARET e demais obras necessárias. Posteriormente foram contratados para trabalhar como guarda-fios, serralheiros, condutores, mecânicos, entre outras profissões. Igual processo ocorreu junto da população feminina que assumiu funções como, cozinheira, empregada de mesa, ou de limpeza. Ao mesmo tempo foram disponibilizados cuidados de

saúde aos empregados e seus familiares, mas também à população em geral. A vinda dos americanos para a Glória possibilitou uma melhoria das condições socioeconómicas e da assistência na saúde a esta população. Mas mais do que isso, teve início uma reconversão de trabalhadores rurais, em técnicos e operários especializados. As gerações seguintes de glorianos iriam beneficiar ainda mais da presença americana.

A partir da charneca ribatejana combateu-se uma “guerra hertziana” nos primórdios da Guerra-Fria, desconhecida da maioria da população portuguesa. Beneficiando da posição geoestratégica de Portugal, as autoridades portuguesas, disponibilizaram, o “éter português”, assim como a mão-de-obra necessária para travar o único combate, onde verdadeiramente americanos e soviéticos estiveram frente a frente nos céus da Europa.



## **FONTES & BIBLIOGRAFIA:**

### **Fontes de Arquivo:**

ANTT - ARQUIVO OLIVEIRA SALAZAR

ARQUIVO HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES

ARQUIVO CREST-CIA/FOIA

ARQUIVO DEFESA NACIONAL - SGDN

BIBLIOTECA DE ARTE DA FUNDAÇÃO CALUSTE GULBENKIAN -ESPÓLIO DO ESTUDIO MÁRIO NOVAIS

DRE -DIÁRIO DA REPUBLICA ELECTRÓNICO

STANDFOR UNIVERSITY - HOOVER INSTITUCION LIBRARY AND ARCHIVES

OAC - ONLINE ARCHIVE OF CALIFORNIA

OSA - OPEN SOCIETY ARCHIVES / CENTRAL EUROPEAN UNIVERSITY

WILSON CENTER DIGITAL ARCHIVE

WWW.USCPUBLICDIPLOMACY.ORG

WWW.TRUMANLIBRARY.ORG

WWW.REAGANFOUNDATION.ORG

WWW.VSOTD.COM/SPEECH-ARCHIVE

### **Fontes Orais:**

**Entrevistas realizadas por Sig Mickelson em Lisboa entre 1980 e 1982: Espólio de Sig Mickelson papers, Box 22, Hoover Institution Archives.**

ENTREVISTA - GREGORY H. THOMAS (Vice-Presidente RARET)

ENTREVISTA - ROBERT E. LANG (1º Diretor da Radio Free Europe)

ENTREVISTA - MANUEL BIVAR (Diretor da EN e 1º Responsável Técnico RARET)

ENTREVISTA - CARMEN C. PEREIRA (Secretária da Administração RARET 1975- 1981)

ENTREVISTA - ENG. HORÁCIO NETO (Engenheiro-Chefe RARET)

**Conjunto de três entrevistas realizadas pelo autor da dissertação a três antigos funcionários portugueses da RARET:**

ENTREVISTA - ENG. ALEIXO FERNANDES (responsável pelo parque de antenas da RARET).

ENTREVISTA - ENG. FILIPE VENTURA (aluno na Escola da RARET; professor na mesma escola; responsável das operações e segurança da RARET de 1982 a 1996).

Entrevista - Sr. CRISTOVÃO ABADE (aluno na Escola da RARET; quadro técnico da RARET de 1973 a 1996).

## Bibliografia

- CAL, Rosa, *Radio Liberty: LA CIA EN PLAYA DE PALS*, Vision Libros, Madrid, 2017.
- CASTAÑO, David, “PORTUGAL e a ONU, a primeira aproximação”, *Relações Internacionais*, nº 47, Setembro 2015.
- CULL, Nicholas J., Public Diplomacy before Gullion: The evolution of a Phrase, in SNOW, Nancy & TAYLOR, Philip M., *Routledge Handbook of Public Diplomacy*, New York, 2008.
- COSTA PINTO, António (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000.
- CUMMINGS, Richard. H, *Cold War Radio: The Dangerous History of American Broadcasting in Europe 1950-1989*, McFarland & Co.,2009.
- CUMMINGS, Richard. H, *Crusade for Freedom: Rallying Americans Behind Cold War Broadcasting, 1950-1960*, McFarland & Co.,2010.
- ELLUL, Jacques, *Propaganda - uma análise estrutural*, Lisboa, Antígona, 2014.
- Eisenhower, Dwight D., “The Crusade for Freedom: Truth Our Most Formidable Weapon” *Vital Speeches of the Day*, Vol. XVI, nº 24, October 1950.
- FEINBER, Melissa., *Curtain of Lies: The Battle over Truth in Stlalinist Eastern Europe*, New York, Oxford University Press, 2017.
- GADDIS, John Lewis, *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, 2005.
- GARCIA, José Luís, ALVES, Tânia e LEONARD, Yves, *Salazar, o Estado Novo e os Media*. Lisboa, Edições 70, 2017.
- GOLIN, Cida e ABREU, João Baptista de (Org), “A Batalha Sonora: o Rádio e a Segunda Guerra Mundial”, Porto Alegre, Edipucrs, 2006.
- GUILDAY, Rev. Peter, The Sacred Congregation Propaganda Fide, *The Catholic Historical Review* Nº 4, Vol. 6, January 1921.
- HART, Justin, *Empire of Ideas: The Origins of Public Diplomacy and the Transformation of US Foreign Policy*. New York: Oxford University Press, 2013.
- Johnson, A. Ross. *Radio Free Europe and Radio Liberty - The CIA Years and Beyond*, Stanford University, Woodrow Wilson Center Press, 2010.

LASSWELL, Harold, *Propaganda Technique in the World War*, Nova Iorque, Martino Fine Books, 2013.

LEFFLER. P. Melvyn, & PAINTER. S. David, *Origins of the Cold War - An International History*, Routledg, New York, 1994.

LEFFLER, Melvin P., & WESTAD, Odd Arne (ed.), *The Cambridge History of the Cold War*, vol. 1 Origins, Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

LEMONS, Mário Matos e, *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um Dicionário*, Divisão de Edições da Assembleia da República e Texto Editores Lda., Lisboa, 2009, pp-21.

LIPPMANN, Walter, *Today and tomorrow: Talking about talking*, Washington Post, 19 November, 1953.

LYNN, Katalin Kádár, ed. *The Inauguration of “Organized Political Warfare”: The Cold War Organizations Sponsored by the National Committee for a Free Europe / Free Europe Committee*. Prague, Central European University Press, 2013.

LUCAS, Scott, *Freedom’s War: the American Crusade against the Soviet Union*, New York University Press, 1999.

LUCENA, Manuel, Reflexões sobre a queda do regime salazarista e o que lhe seguiu, *Análise Social* Nº 162, vol. XXXVII, 2002.

MAGALHAES, José Calvet de, *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados unidos da América (1776-1911)*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1991.

MAIA, Matos, *A Invasão dos Marcianos + 3 Fantasias Radiofónicas*, Dom Quixote, Lisboa, 2016.

MARCOS, Daniel, *Uma Aliança Circunstancial: Portugal e os Estados Unidos nos Anos 50*, Lisboa, ISCTE-IUL, 2011. Tese de Doutoramento.

MARCOS, Daniel, “A política externa portuguesa do Ultimato à transição para a Democracia: uma perspetiva bibliografia”, in *Relações Internacionais* Nº 28, Lisboa, 2010.

MARQUES, A.H. Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1986.

MAZOWER, Mark., *Governar o Mundo História de uma ideia: de 1915 aos nossos dias*, Edições 70, Lisboa, 2017.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal, vol. 7, Estado Novo (1926 – 1974)*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.

MAXWELL, Kenneth, Relações entre Portugal e os Estados Unidos (1776-1820) contributos adicionais, *Revistas de Relações Internacionais n° 51*, Setembro de 2016.

MENESES, Filipe Ribeiro de, *Salazar: uma biografia política*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2009.

MENESES, Filipe Ribeiro de, e OLIVEIRA, Pedro Aires (coords.), *A Primeira Republica Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*, Tinta-da-China, Lisboa 2011.

MEDHURST, Martin J., Eisenhower and the Crusade for Freedom: The Rhetorical Origins of a Cold War Campaign, *Presidential Studies Quarterly* 27, n° 4, 1997.

MINEIRO, Gonçalo., *O Sonho Americano: A Troca de Bolseiros e Estagiários entre Portugal e os Estados Unidos da América, 1945-1952*, Tese de Mestrado, ISCTE-IUL, 2014. Tese de Mestrado.

MOREIRA de SÁ, Tiago, *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2016.

Nye JR, Joseph S., *Soft Power - The Means To Success in World Politics*, Ingram Publisher Service US, 2005.

Nye JR, Joseph S., *Bound To Lead: Changing Nature Of American Power*, Basic Books, 1991.

OLIVEIRA, Cesar. Oliveira Salazar e a política externa portuguesa: 1932/1968, in Fernando Rosas, Jorge Ramos do Ó., & César de Oliveira (Eds.) *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989.

PRADOS, John., *Safe for Democracy: The Secret Wars of the CIA*, Chicago, Ivan R. Dee Publisher, 2006.

SCHLOSSER, Nicholas J., Creating an ‘Atmosphere of Objectivity’: Radio in the American Sector, Objectivity and the United States Propaganda Campaign against the German Democratic Republic, 1945-1961, *German History*, Volume 29, Issue 4, December 2011.

PAINTER, David S., *The Cold War: an international history*, London, Routledge, 1999.

PARRY-GILES, Shawn J, *The Retorical Presidency, Propaganda, and the Cold War, 1945-1955*, Praeger Publishers, Westport Connecticut, 2002.

PRADOS, John, *Safe for Democracy: The Secret Wars of CIA*, Chicago, Ivan R, Dee Publisher, 2006.

PUDDINGTON, Arch, *Broadcasting Freedom - The Cold War Triumph of Radio Free Europe and Radio Liberty*, University Press of Kentucky, 2000.

PENA RODRÍGUEZ, Alberto, *O Que Prece É - Salazar, Franco e a propaganda contra a Espanha democrática*, Lisboa, Tinta-da-china, 2009.

PETERSON, Thomas G. e McMAHON, Robert J, *The Origins of the Cold War*, Houghton Mifflin, Boston, 1999.

OSGOOD, Kenneth Allan. *Total Cold War: Eisenhower's Secret Propaganda Battle at Home and Abroad*, University Press of Kansas, 2006.

RISO, Linda, Radio Wars: Broadcasting in the Cold War, *Cold War History* Nº 2, Vol. 13, 2013.

RIBEIRO, Nelson Costa, “*Salazar e a BBC na Segunda Guerra Mundial: Informação e Propaganda*”, Lisboa, Almedina, 2014.

RIBEIRO, Vasco, *A empresa de relações públicas norte-americana contratada por Salazar (1951-1962) - A estreia da ditadura no modelo assimétrico bidirecional no período pós-António Ferro*. UPFL, Porto, 2018.

RODRIGUES, Luís Nuno, George Kennan e as negociações luso-americanas sobre os Açores, *Revista Relações Internacionais* nº 4, Dezembro 2004.

RODRIGUES, Luís Nuno, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002.

RODRIGUES, Luís Nuno (Coord.), *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, FLAD/IPRI, 2006.

ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda norte-americana (1947-1952)*, Editorial Estampa, 1994.

ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão, *Dicionário de História do Estado Novo, vol. I*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.

ROSAS, Fernando e BRITO, José M. Brandão (org.), *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.

SAFIRE, William, *Safire's Political Dictionary*, Random House, 1978.

SALAZAR, António, *Discursos e Notas Políticas 1928 a 1966*, Coimbra, Coimbra Editores, 2015.

SCHLOSSER, Nicholas J., Creating an ‘Atmosphere of Objectivity’: Radio in the American Sector, Objectivity and the United States Propaganda Campaign against the German Democratic Republic, 1945-1961, *German History*, Vol. 29, Nº 4, December 2011.

SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno, Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na fundação do pacto do Atlântico, *Análise Social*, vol. XXVIII, 1993.

TELLO, António, *Portugal e a NATO - O reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

TELLO, António, *Propaganda e a guerra secreta em Portugal: 1939-1945*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1990.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, Breve ensaio sobre a política externa portuguesa, *Revista Relações Internacionais* nº 28, Dezembro 2010.

TORGAL, Luís Reis, *Estados novos, estado novo: ensaio de história política e cultural*, Vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

TORGAL, Luís Reis e LEMOS, Mário Matos e, *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um Dicionário*, Texto Editores Lda., Lisboa, 2009.

TORRES, Sílvia. *O Jornalismo Português e a Guerra Colonial*, Lisboa, Editora Guerra & Paz, 2016.

WARNER, Michael, “The CIA'S Office of Policy Coordination: From NSC 10/2 to NSC 68”, *International Journal of Intelligence and Counter Intelligence*, January 2008

WINSTON, Brian. *Media, Technology and Society. A History from the Telegraph to the Internet*. London, Routledge, 1998.

WU, Tim. *The Master Switch. The Rise and Fall of Information Empires*. Nova Iorque, Atlantic Books, 2010.



## **ANEXOS:**

### **Anexo A:**

#### **Formulário de Entrevista Realizadas em Janeiro / Fevereiro de 2018 a três antigos funcionários da RARET.**

- Como tomou conhecimento com a RARET?
- Em que ano entrou ao serviço da RARET?
- No processo de admissão havia algum procedimento especial relativamente à seleção e admissão de pessoal?
- No seu caso concreto foi alvo desse tipo de procedimento?
- Tem alguma ideia de como era feito o recrutamento dos funcionários?
- Em termos profissionais quais eram as suas atribuições na RARET, o que fazia concretamente?
- Quantos anos esteve ao serviço da RARET?
- Sabia quais os objetivos do trabalho desenvolvido na RARET?
- A direção da RARET contava com portugueses ou eram apenas norte-americanos?
- As condições de trabalho, os salários e outras regalias, eram boas?
- Os serviços de Censura/Exame Prévio atingiam de alguma forma o vosso trabalho?
- Existiam contactos entre a RARET e as restantes emissoras portuguesas, nomeadamente a Emissora Nacional?
- Os funcionários estavam sujeitos a alguma norma de confidencialidade?
- O 25 de Abril de 1974 teve algum impacto na RARET?
- E se teve qual foi esse impacto?
- As populações beneficiaram de alguma forma com a instalação da empresa neste território?
- Em retrospectiva e na sua opinião de que forma o trabalho desenvolvido na RARET, ajudou ao desmembramento do Bloco de Leste?

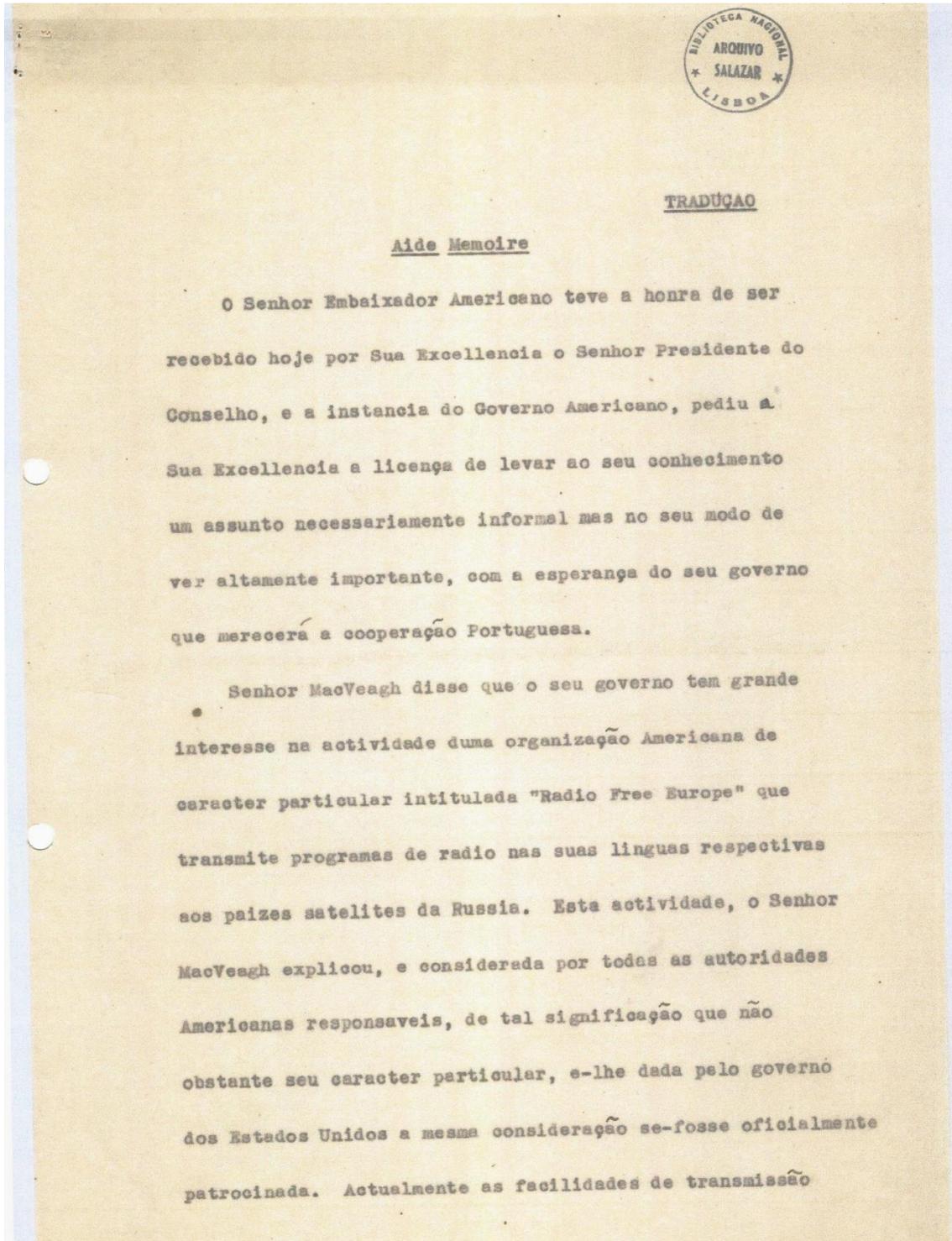
**Anexo B:**

**Tabela representativa dos perfis dos entrevistados:**

<b>Nome</b>	Eng. Aleixo Fernandes	Eng. Filipe Ventura	Sr. Cristóvão Abade
<b>Idade</b>	95	62	67
<b>Género</b>	Masculino	Masculino	Masculino
<b>Habilitações Literárias</b>	Licenciado em Engenharia Eletrotécnica/IST	Licenciado Engenharia Telecomunicações/ISE L	Curso Técnico Rádio Montador
<b>Profissão</b>	Funcionário da RARET/Subdiretor Reformado.	Responsável p/manutenção- operação/ segurança. Reformado.	Operador/Chefe Manutenção. Reformado.
<b>Residência</b>	Lisboa	Marinhais	Glória do Ribatejo
<b>Naturalidade</b>	Lisboa	Glória do Ribatejo	Glória do Ribatejo
<b>Características Pertinentes p/entrevista</b>	<p>Fez parte do primeiro grupo de engenheiros/IST contratados p/RARET em 1951. Chefe de manutenção e responsável pelo parque de antenas da RARET.</p> <p>A partir dos anos 70 foi Subdiretor Técnico d' RARET, adjunto do Eng. Horácio Neto, Diretor Técnico da RARET / Prof. no IST.</p>	<p>Aluno da Escola Industrial RARET. Professor na mesma escola 1978/82.</p> <p>Funcionário da RARET 1982/1996.</p> <p>Responsável pela Segurança e Operações.</p> <p>Integrou a equipa instaladora dos emissores da RARET, transferidos p/a Radio Free Asia nas Ilhas Marianas em 1997/98.</p>	<p>Aluno da Escola Industrial RARET. Funcionário da RARET desde 1973 a 1996.</p> <p>Entra ao serviço da RARET, operador de rádio de 3ª classe em 1973, após o SMO.</p> <p>Termina a carreira como Chefe da Manutenção.</p> <p>Integrou a equipa instaladora dos emissores da RARET, transferidos p/ Radio Free Asia nas Ilhas Marianas em 1997/98.</p>

Anexo C:

PROJECTO DOS EUA DE INSTALAÇÃO EM PORTUGAL DE UMA ESTAÇÃO DE RETRANSMISSÃO DA RADIO FREE EUROPE. DOCUMENTO COMPOSTO POR QUATRO PÁGINAS E INTITULADO "AIDE MEMOIRE". PT/TT/AOS/D-J/12/11/26. ARQUIVO SALAZAR, NE-2C1, cx. 427, pt. 26.





da "Radio Free Europe", tanto de onda media como de onda curta, estão localizadas na zona Americana da Alemanha. A programação é feita em Nova York e uma percentagem grande dos programas são de Nova York irradiados pelas vias usuais. Infelizmente, entretanto, as condições (atmosfericas) de transmissao sobre o Atlantico Norte, são taes que é muito difficil receber os programas na Alemanha na qualidade adequada, e como se espera que esta situacao desfavoravel se prolongue por alguns anos enquanto se desenvolvem facilidades melhores de transmissao, é necessario procurar um sitio favoravel de retransmissao (relay) mais perto de Alemanha para que a actividade em questao possa desenvolver se e continuar com exito. Os competentes estudos tecnicos feitos sobre a materia indicam que o sitio favoravel para a mesma se encontra algures no territorio Portugues, ou nos Açores ou no Continente, e portanto a cooperativa boa vontade e o apoio do Governo Portugues, permitindo a installação e operação da estação de retransmissão (relay station) indicada, são penhoradamente e urgentemente solicitadas.



1001

O Senhor Embaixador informou a sua Excelência que o Senhor Robert E. Lang, director da "Radio Free Europe", deve visitar Portugal no futuro proximo e que durante esta visita os detalhes tecnicos poderiam ser examinados mas que no entretanto o Governo Americano gostaria saber se em principio o Governo Portugues poderia facilitar da maneira sugerida o projecto em questão. O Senhor Embaixador adiantou que "Radio Free Europe" esta disposta a comprar ou a alugar os terrenos para a instalação dos seus aparelhos. Os terrenos necessarios para uma estação de retransmissão do tipo contemplado abrangera duas areas variando cada uma de  $\frac{1}{4}$  a  $\frac{1}{2}$  de milha quadrada situadas a uma distancia de pelo menos 7 milhas uma da outra. São necessarios somente tres ou quatro tecnicos para as operações e o projecto não acarretará despesa alguma para o Governo Portugues.

Concluindo, o Senhor Embaixador disse que achava desnecessaria frizar o interesse commun das nações do Oeste em quebrar, tanto quanto possivel, a muralha psicologica e cultural erigida pelo regime Sovietico entre os seus

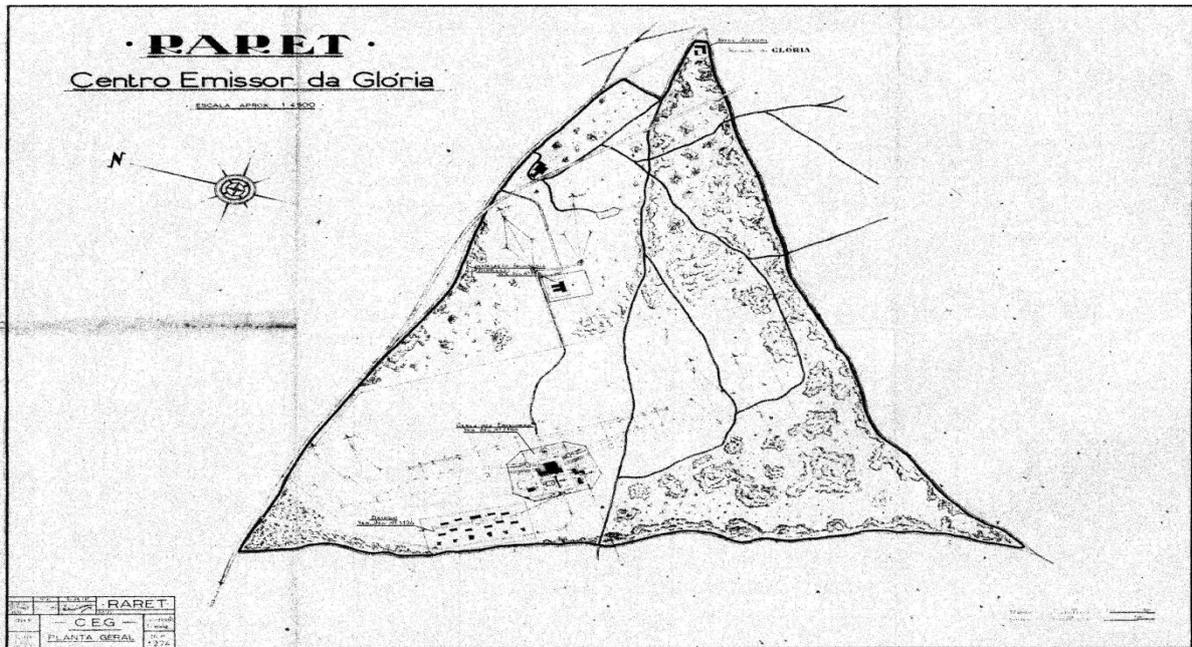


satelites desgraçados e o mundo livre. O Governo dos Estados Unidos deseja amparar de toda maneira possível o trabalho da "Radio Free Europe" que considera como um esforço construtivo e prometedor no sentido da conservação e promoção da paz e do meio de vida do Ocidente e portanto espera poder contar com o apoio de Portugal.

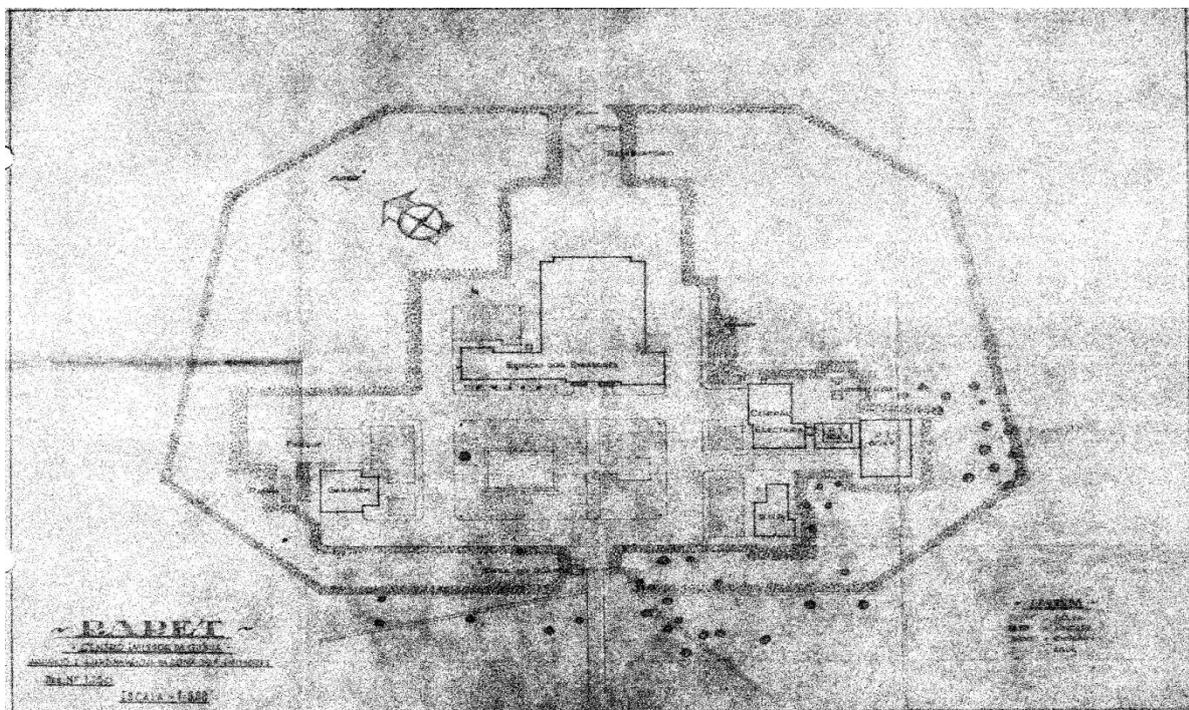
19 de Dezembro, 1950

**Anexo D:**

**ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL-SECRETARIADO GERAL DA DEFESA NACIONAL.  
DEFESA DOS ORGÃOS SENSIVEIS. DEFESA DAS INSTALAÇÕES DA RARET.  
PT/ADN/SGDN/1REP/058/0216/038. CONJUNTO DE QUATRO PLANTAS (TELAS FINAIS)  
DO CENTRO EMISSOR DA RARET DA GLÓRIA E DA MAXOQUEIRA.**



**Planta Geral do Centro Emissor da Glória.**

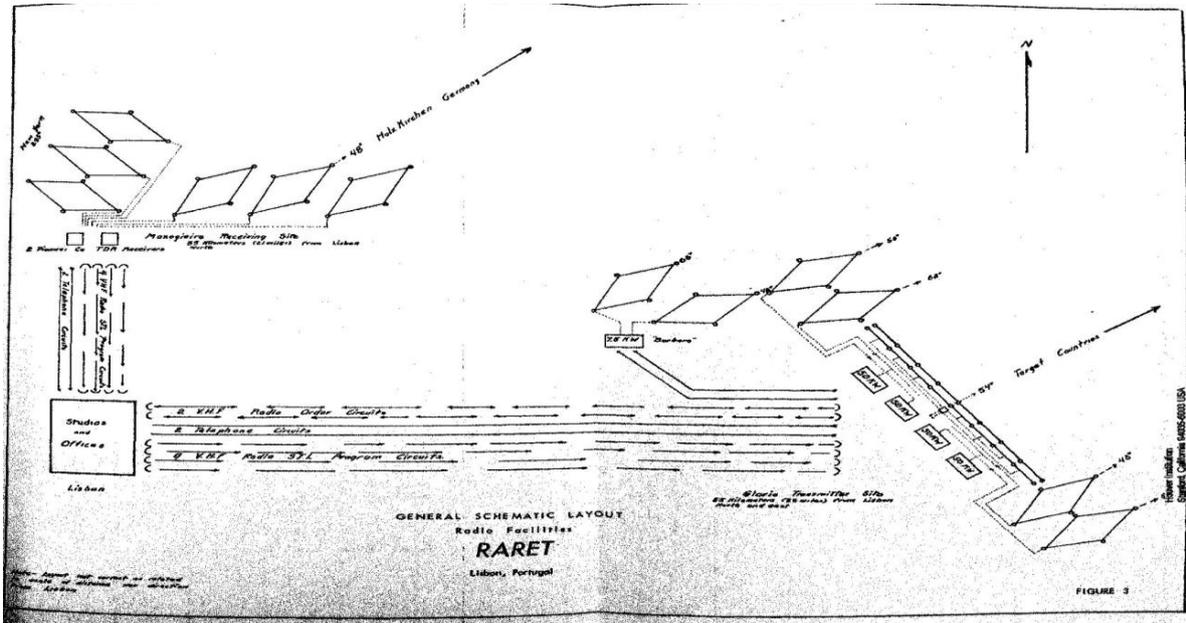


**Planta RARET Centro Emissor da Glória - Arranjos e Ajardinamento da zona dos Emissores.**

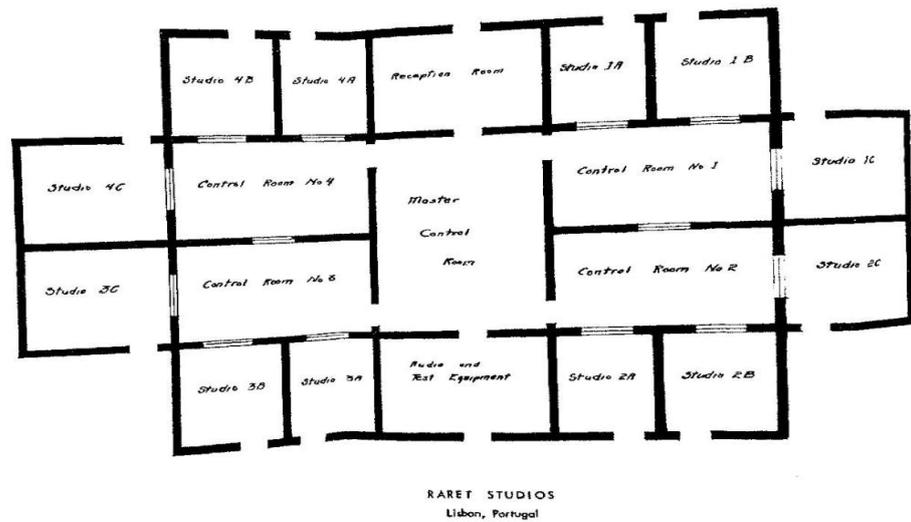


Anexo E:

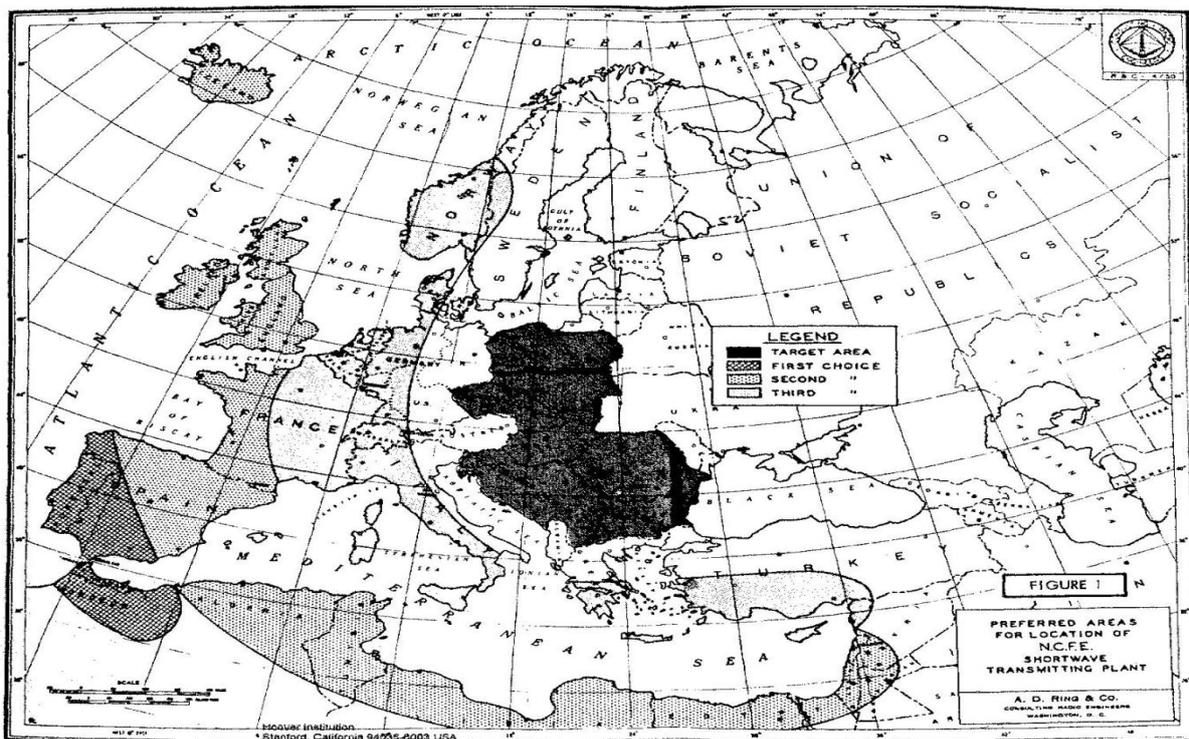
SURVEY REPORT OF SOCIEDADE ANÓNIMA RADIO RETRANSMISSÃO (RARET). SIG MICKELSON PAPERS 1950-1995 in STANFORD UNIVERSITY - HOOVER INSTITUTION, COLLECTION 82074, BOX 6. CONJUNTO COMPOSTO POR: ESQUEMA GERAL DE ANTENAS RARET; PLANTA DAS INSTALAÇÕES CENTRAIS DA RARET (EDIF. MONUMENTAL); TRÊS MAPAS DA EUROPA OCIDENTAL E CENTRAL; DOIS ORGANOGRAMA (NCFE e RARET).



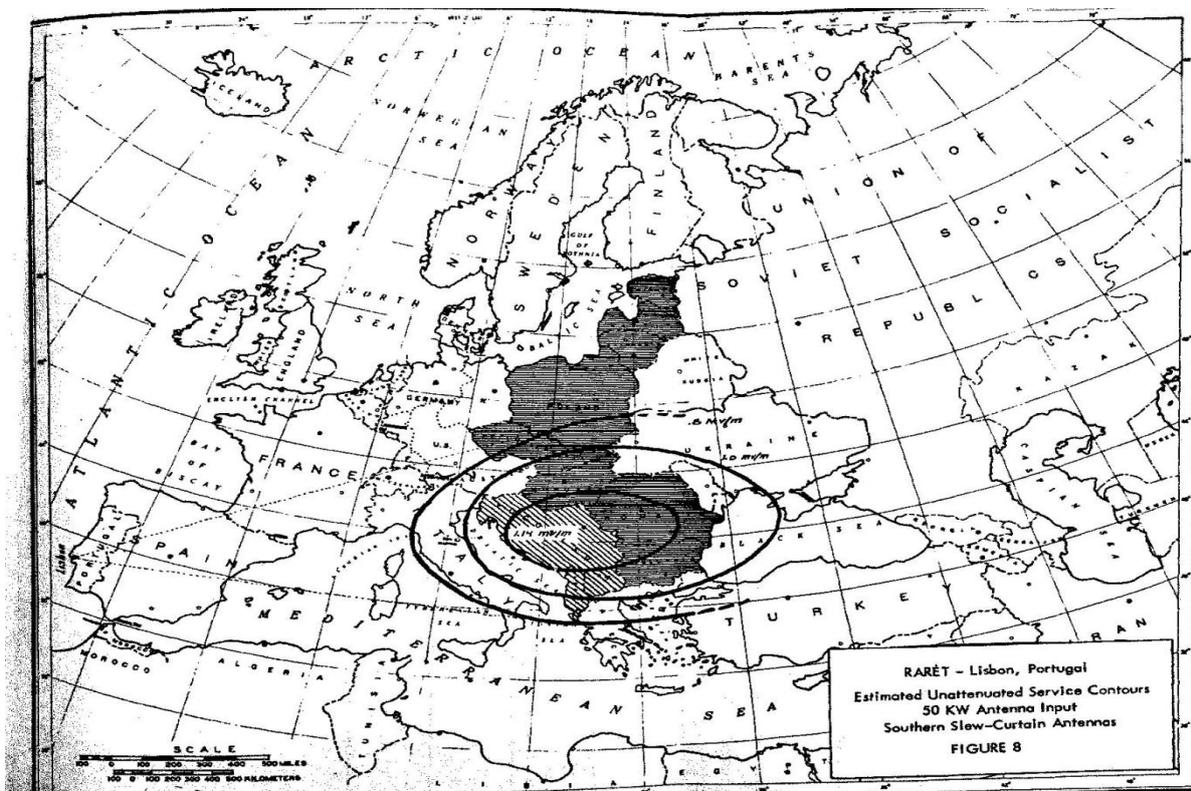
Esquema Geral de Antenas (Recepção/Maxoqueira; Estudos de Lisboa; Retransmissão/ Glória).



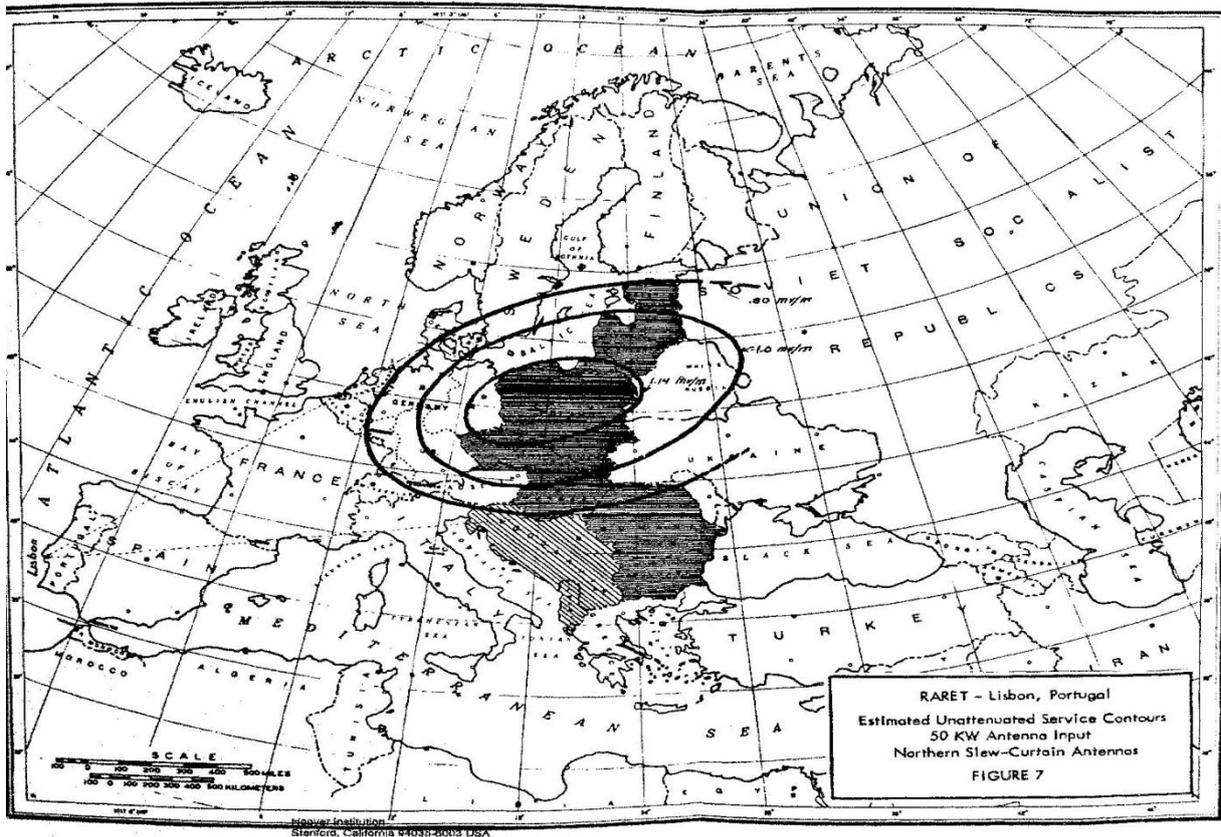
Planta dos escritórios e estúdios da RARET (Edifício Garagem Monumental) Areiro - Lisboa.



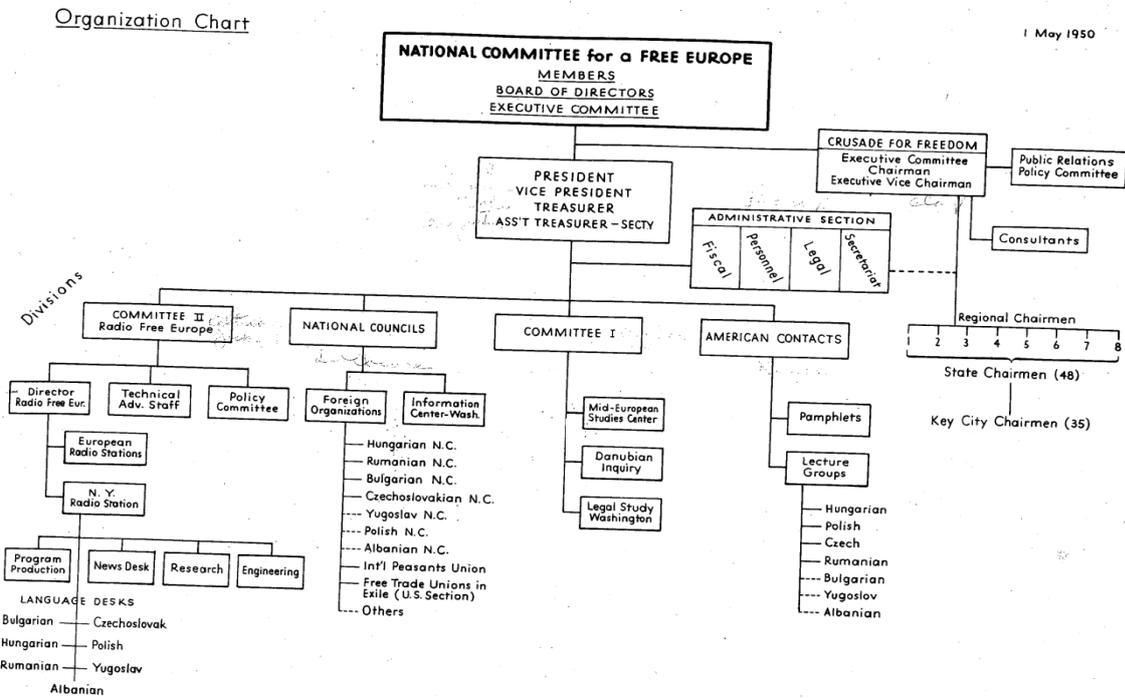
Áreas Preferenciais para Localização dos Emissores de Onda-Curta do NCFE. Estudo da responsabilidade da empresa de consultadoria A.D.Ring & Co. de Washington D.C.



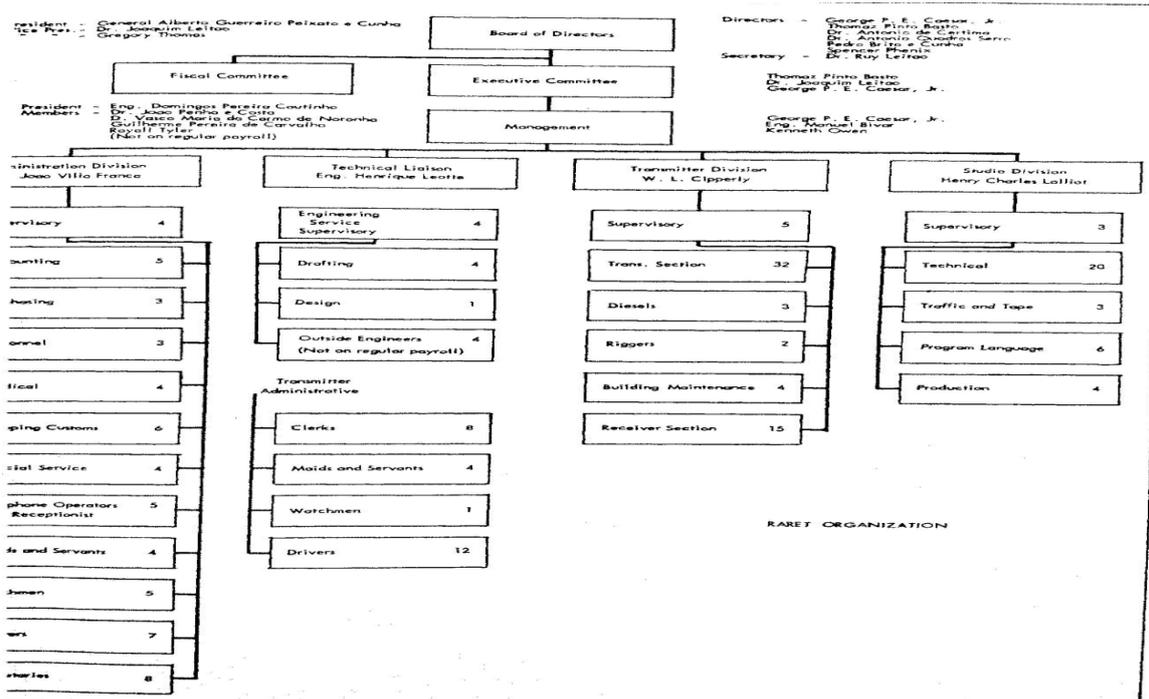
Contorno das áreas abrangidas pelos quatro emissores de 50 kw do Centro Emissor RARET no quadrante sul.



Contorno das áreas abrangidas pelos quatro emissores de 50 kw do Centro Emissor RARET no quadrante norte.



Organograma Geral do National Committe for a Free Europe em 1 de Maio de 1950.



Organograma Geral da RARET em Março de 1952 com indicação total do numero de funcionarios e suas categorias profissionais.

**Anexo F:**

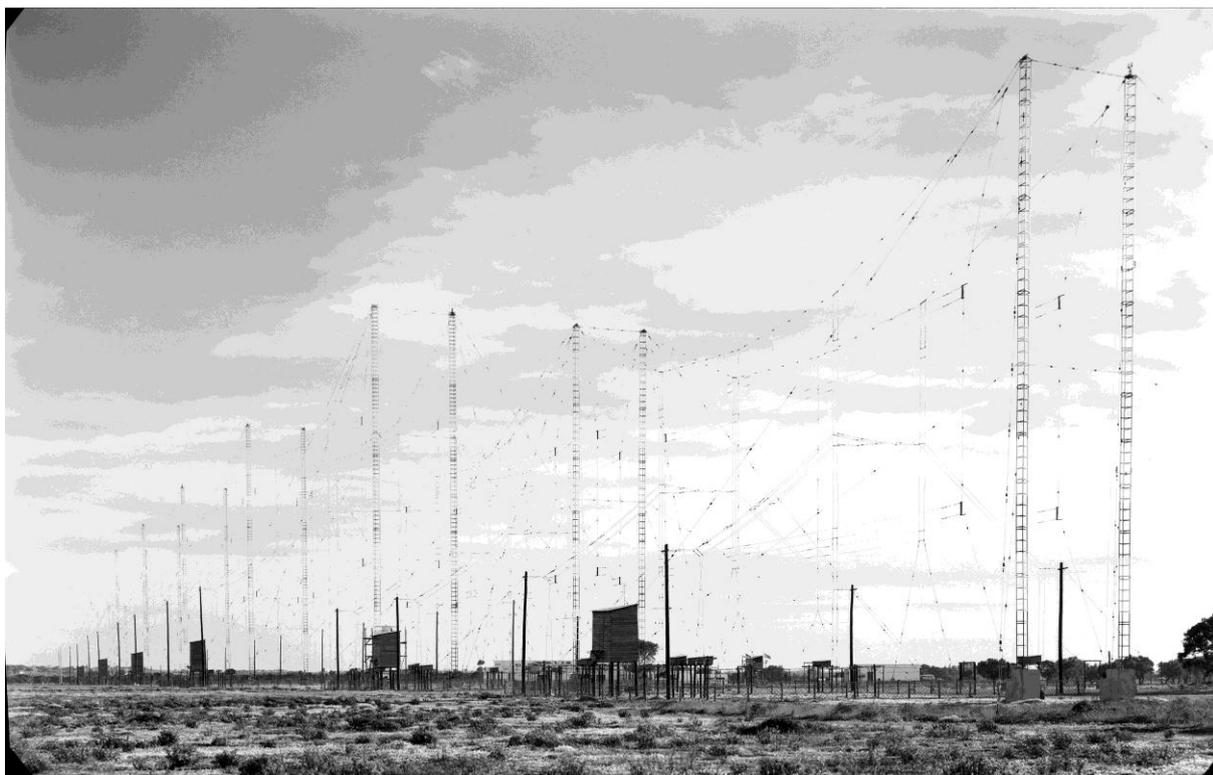
**CONJUNTO DE OITO FOTOGRAFIAS PERTENCENTES AO ESPÓLIO DO ESTÚDIO MÁRIO NOVAIS, DEPOSITADAS NA BIBLIOTECA DE ARTE - FUNDAÇÃO CALUSTE GULBENKIAN. DISPONIVEL EM <https://www.flickr.com/photos/biblarte/albums/72157613562603023>.**



**Vista da entrada principal da RARET, Glória do Ribatejo, Portugal. Fotografia s/d, CFT003 087138.ic.**



**Vista panorâmica do Centro Emissor da RARET. Fotografia s/d, CFT003 072329.ic.**



**Vista do campo de antenas do Centro Emissor da RARET. Fotografia s/d, CFT003 072327.ic.**



**Vista do Bairro da RARET destinado aos funcionários. Fotografia s/d, CFT003 072348.ic.**



Vista da torre da água e traseiras do edifício principal. Fotografia s/d, CFT003 072350.ic



Vista interior do edifício principal (nave central). Nas paredes laterais pode ler-se a inscrição em português e inglês: “*Deus Permita que o Mundo Ressurgua para a Liberdade*” intervalda por dois Freedom Bell’s. Fotografia s/d, CFT003 034562.ic.



**Vista interior do edifício (nave central) a partir do posto de controle principal. Fotografia s/d, CFT003 034573.ic.**



**Vista do padrão comemorativo da aliança luso-americana descerrado por ocasião da inauguração do Centro Emissor da RARET em 1952. A inscrição na face visível foi da autoria de Oliveira Salazar. Fotografia s/d, CFT003 012375.ic.**



**Visão pormenorizada do padrão comemorativo da aliança luso-americana. Ao centro encontra-se uma réplica do Freedom Bell. Fotografia s/d, CFT003 012571.ic.**



**Vista lateral da entrada principal do Centro Emissor da RARET, ao centro as bandeiras nacionais de Portugal e dos EUA, ao fundo à esquerda a zona residencial. Fotografia s/d CFT003 072358.ic.**